UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE TURISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO
MESTRADO EM TURISMO

CHRISTIANO HENRIQUE DA SILVA MARANHÃO

TURISMO, CAPITAL SOCIAL E PRODUÇÃO DO ESPAÇO: uma leitura a partir do município de Natal/RN no período de 1980 a 2012

Natal
2012

CHRISTIANO HENRIQUE DA SILVA MARANHÃO

TURISMO, CAPITAL SOCIAL E PRODUÇÃO DO ESPAÇO: uma leitura a partir do município de Natal/RN no período de 1980 a 2012

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Turismo - Mestrado, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como pré-requisito para a obtenção do Grau de Mestre em Turismo. Área de concentração: Turismo, Desenvolvimento e Gestão.

Orientador: Prof. Francisco Fransualdo de Azevedo, Dr.

Natal
2012

Catalogação da Publicação na Fonte.
UFRN / Biblioteca Setorial do CCSA

Maranhão, Christiano Henrique da Silva.

Turismo, capital social e produção do espaço: uma leitura a partir do município de Natal/RN no período de 1980 a 2012/ Christiano Henrique da Silva Maranhão. - Natal, RN, 2012.

166 f.

Orientador: Profº Dr. Francisco Fransualdo de Azevedo.

Dissertação (Mestrado em Turismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-graduação em Turismo.

1. Turismo - Dissertação. 2. Produção do espaço - Dissertação. 3. Capital social – Dissertação. 4. Sociedade civil – Dissertação. I. Azevedo, Francisco Fransualdo de. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/BS/CCSA CDU 338.48-1

CHRISTIANO HENRIQUE DA SILVA MARANHÃO

TURISMO, CAPITAL SOCIAL E PRODUÇÃO DO ESPAÇO: uma leitura a partir do município de Natal/RN no período de 1980 a 2012

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Turismo - Mestrado, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como pré-requisito para a obtenção do Grau de Mestre em Turismo. Área de concentração: Turismo, Desenvolvimento e Gestão.

Orientador: Prof. Francisco Fransualdo de Azevedo, Dr.

Aprovada em 20 de Abril de 2012.

BANCA EXAMINADORA

_____

Francisco Fransualdo de Azevedo, Dr.
Universidade Federal do Rio Grande do Norte- UFRN
Orientador

_____

Lissa Valéria Fernandes Ferreira, Drª.
Universidade Federal do Rio Grande do Norte- UFRN
Examinadora

_____

Celso Donizete Locatel, Dr.
Universidade Federal do Rio Grande do Norte- UFRN
Examinador

_____

Juliana Vieira de Almeida, Drª.
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte- IFRN
Examinadora

Natal
2012

Por todo carinho e apoio, dedico este estudo aos meus pais, Francisco Maranhão e Francidalva Maranhão, e aos meus irmãos, Anderson Maranhão e Francisco Pereira Maranhão Júnior.

AGRADECIMENTOS

Ao iniciar meus agradecimentos, exponho minha eterna gratidão a Andréa Virgínia Sousa Dantas, professora e atual coordenadora do Curso de Turismo da UFRN, por tudo que representou nas minhas escolhas iniciais, presenteando-me com sua amizade, e por me fazer observar a verdadeira importância do Mestre na construção do pensamento, fato que favoreceu à minha formação integral enquanto sujeito pensante e cidadão.

De forma similar, agradeço ao meu orientador e amigo, professor Francisco Fransualdo de Azevedo, por toda disponibilidade, paciência e empenho nesta pesquisa. Por todo exemplo pessoal de conquistas, por toda dedicação à profissão de professor e pesquisador e por deixar clara a parceria na relação (orientador e orientando), o que tornou nossos encontros e reuniões, em ocasiões de construção interativa de aprendizado.

Aos Professores do Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, representados neste momento pela professora Lissa Valéria Fernandes Ferreira, por tornarem o meu percurso acadêmico mais rico de profissionalismo, amizade e respeito.

Aos meus amigos mestrandos, onde encontrei amizades carinhosas. Agradeço em especial, a minha amiga de longas datas, Edilene Adelino Pequeno, pessoa companheira, corajosa e orientadora de muitos momentos pessoais, que sempre estará comigo. Similarmente, sou grato a Sylvana Kelly Marques da Silva, pessoa que revelou sinceridade, sonhos e amizade durante os dois anos de Mestrado. Agradeço de igual modo a Flávia Luana Sousa de Melo, por ter representado junto comigo, todos os discentes do Programa de Pós-graduação no ano de 2010.

Aos meus amigos da Igreja Católica (Pastoral da Catequese, Pastoral da Juventude, Pastoral do Crisma e Ministério de Música Santa Cruz) que além de me revelarem a face de Deus nas batalhas do dia a dia , sempre me incentivaram a ter gosto por estudar e conquistar novos horizontes. Agradeço também a minha família: Francisco Maranhão, Francidalva Maranhão, Anderson Maranhão, Francisco Maranhão Júnior que muito me ensinam na convivência diária. E por fim, agradeço a DEUS, que sempre está comigo. Católico convencido de minha fé e instrumento nas mãos do Criador.

“Os sete pecados capitais responsáveis pelas injustiças sociais são: riqueza sem trabalho; prazeres sem escrúpulos; conhecimento sem sabedoria; comércio sem moral; política sem idealismo; religião sem sacrifício e ciência sem humanismo.”

Mahatma Gandhi

RESUMO

Na conjuntura contemporânea, a fase que o turismo vivencia em Natal/RN é intitulada de internacionalização do turismo e denota um modelo turístico que apresenta um planejamento e uma gestão pautados nas necessidades dos visitantes. Este processo tem evidenciado que tanto a produção, quanto a (re) produção dos espaços municipais com o intuito de condicioná-los para o turismo, geralmente exclui de sua composição, a participação efetiva dos sujeitos locais. Desse modo, a pesquisa surge da percepção do turismo como uma atividade com significativo poder de transformação dos espaços sócio-naturais, com interferência e apelo exógeno, observando de maneira relacionada, uma baixa participação do residente nos direcionamentos da atividade turística no município de Natal. No Entanto, já é possível notar que parte da sociedade civil natalense ora organizada, inicia ainda que de forma tímida, certa mobilização com vistas a desenvolver ações coletivas que combatam os impactos negativos provocados pelo mau planejamento e ineficiente gestão do turismo, buscando efetivar o direito da participação local nos direcionamentos da atividade. Diante desse panorama, busca-se saber nesta dissertação, de que forma a ação mobilizadora do capital social constituído em Natal/RN tem contribuído para redirecionar o processo de produção espacial, inerente ao processo de expansão do turismo no município de Natal/RN? O estudo apresenta um recorte temporal que inicia no ano de 1980, data que marca a primeira intervenção estatal com a finalidade de desenvolver o turismo na capital, contemplando ainda uma análise da contemporaneidade, isto é, 2012. Já como recorte espacial, a pesquisa abarca as praias de Natal que concentram critérios e ações como: visitação, apelo turístico e foco de investimentos nos fixos, destacando-se as praias de: Ponta Negra, Areia Preta, Praia dos Artistas, Praia do Meio, Praia do Forte e Redinha. Este estudo se caracteriza como descritivo-exploratório quanto aos seus objetivos, e no que se refere ao tratamento do objeto, nomeia-se como qualitativo. O instrumento utilizado para a coleta das informações junto à amostra foi à entrevista estruturada, com questões abertas. Ainda sobre as opções metodológicas, utiliza-se a Análise de Conteúdo e a Metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo. Os resultados evidenciam que ainda inexiste em Natal um nível de organização social expressivo ligado ao turismo, capaz de redirecionar em totalidade a produção espacial voltada para a atividade. É pertinente dizer que as lideranças sociais de Natal apresentam dificuldades quanto ao incentivo à confiança, à cooperação espontânea e à participação cívica, fundamentos básicos para a formação de um capital social efetivo, fato este, que dificulta uma articulação mais expressiva na realidade natalense. É oportuno relatar que o turismo em Natal/RN não é includente, fato que fomenta uma segregação socioespacial expressiva, valorizando primordialmente a ação dos agentes hegemônicos (Estado e Mercado), deixando para a participação da sociedade, pífias oportunidades. Nota-se que as ações continuam sendo encaminhadas num contexto de notória ausência de participação popular. Por isso, afirma-se que o capital social constituído em Natal/RN ainda não contribui, de forma ideal, para um redirecionamento mais justo da produção espacial voltada para o desenvolvimento do turismo e para o bem comum da população natalense. Com base nesses descompassos, considera-se que esta participação existe, mas de forma pontual, não sendo suficiente para provocar um redirecionamento significativo nas ações do turismo de Natal necessita na atualidade.

Palavras-Chaves: Turismo. Sociedade Civil. Capital Social. Produção do Espaço.

ABSTRACT

Nowadays, there is a tourism phase in the city of Natal/RN called “internationalization of tourism”, which shows a tourism model with a planning and an administration, based on the needs of the visitors. Such process shows that the production as well as the reproduction of the city spaces with the goal of favor tourism excludes of its composition the effective participation of local subjects. Thus, the research is a result of the perception of tourism as an activity with a meaningful power of transformation of the social and natural space taking into account the low participation of the residents in the decisions of the tourism activities in the city of Natal/RN. Despite that reality, it is possible to note Natal that civil society, starts to mobilize its citizens trying to develop collective actions to low the negative impacts caused by the bad planning as wells not efficient tourism administration, trying to put in action the right of the local population to take part in the decisions of the city activities. Having this panorama as background, this paper aims at investigating in which way the mobilizing action of the social capital in Natal has contributed to change the spatial production which is part of the process of expansion of tourism in Natal/RN? The research presents a temporal picture which starts in the year of 1980, when occurs the first effective state intervention aiming to develop tourism in the capital, taking into account an analysis of 2012. Concerning the spatial picture, the research investigates the beaches of Natal which concentrates criteria and actions such as: visitation, tourism appeal and focus of investments, highlighting the following beaches: Ponta Negra, Areia Preta, Praia dos Artistas, Praia do Meio, Praia do Forte and Redinha. This study is of a descriptive and exploratory nature concerning its goals. With respect to the treatment of its object it is a qualitative research. The data was collected through structural interviews, with open questions. Regarding the methodological choices, it was used the content analysis proposed as well as the collective discursive subject methodology. The results show that there´s not yet in Natal a meaningful social capital related to tourism, capable to change the spatial production related to the activity. It should be stressed that Natal social capital presents difficulties concerning the incentive to trust, spontaneous cooperation and the civic participation, which are the foundation for the development of an effective social capital, which makes it harder for a more expressive articulation in the reality in Natal/RN. It should be stressed, as an answer to the research questions, that tourism in Natal/RN is represented by social and spatial segregation. In other words it emphasizes mainly the action of hegemonic agents (State and market), leaving little room for the participation of society. It can be noticed that the actions related to tourism in Natal keeps the popular participation out of the way. Thus, it can be said that the social capital in Natal/RN does not yet contribute to a more fair spatial production related to the expansion of the tourism as well as the well being of the population of Natal/RN. In conclusion, it should be taken into account that this participation do exists but not in a meaningful way. In other words, it´s not enough yet to cause meaningful changes in the actions which tourism needs nowadays in Natal/RN.

Key-words: Tourism. Civil Society. Social Capital. Spatial Production.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01- Elementos constituintes da relação entre Turismo e Capital Social 41
Figura 02- Simulação da paisagem do morro do careca e dunas associadas (ZPA-6) adicionada de empreendimentos verticais 103
Mapa 01-Circuito de praias urbanas do município de Natal. 20
Quadro 01-Estudos na área de turismo, comunidade local, produção do espaço e capital social 23
Quadro 02- Breve levantamento do capital social constituído em Natal/RN 44
Quadro 03- Idéias centrais referentes à percepção de lacunas, dificuldades e possibilidades relacionadas à mobilização e participação da sociedade natalense na práxis do desenvolvimento do turismo, sob a ótica das lideranças do capital social de Natal/RN 60
Quadro 04-Percepção de lacunas, dificuldades e possibilidades referentes à mobilização e participação da sociedade natalense na *práxis* do desenvolvimento do turismo, sob a ótica das lideranças do capital social de Natal/RN 61
Quadro 05-Tipologias de participação no turismo. 76
Quadro 06-Fragmentos da lei orgânica do municipio de Natal, referentes à produção urbana espacial, ao turismo e a participação popular 87
Quadro 07- Fragmentos do instrumento de ordenamento urbano, referentes à produção urbana espacial, turismo e participação popular. 88
Quadro 08- Fragmentos do plano diretor de Natal, referentes à produção urbana espacial, turismo e participação popular 89
Quadro 09- Programa de investimentos previstos no PPA 2010/2013 93
Quadro 10- Diretrizes orientadoras da ação municipal na elaboração da política urbana 95
Quadro 11- Estudos, teses e pareceres técnicos analisados. 96
Quadro 12-Idéias centrais referentes às principais contribuições que visam o redirecionamento das ações ligadas à produção do espaço para fins turísticos desenvolvidas em Natal/RN, na percepção dos membros que representam as lideranças do capital social natalense 116
Quadro 13- Percepção das principais contribuições que visam o redirecionamento das ações ligadas à produção do espaço para fins turísticos desenvolvidas em Natal/RN, na percepção dos membros que representam as lideranças do capital social natalense 119
Quadro 14-Agrupamento das idéias centrais do objetivo específico B. 145
Quadro 15- Agrupamento das idéias centrais objetivo específico C 154

LISTA DE TABELAS

Tabela 01- Entrada de capital estrangeiro por setor econômico no RN..... 15

Tabela 02-Formas de reivindicação dos residentes em relação aos problemas socioambientais 18

Tabela 03-Levantamento do número de empreendimentos verticais de Natal de 2000/2009 101

Tabela 04-Panorama dos serviços públicos do município de Natal/RN, 2010 113

LISTA DE SIGLAS

ABPN	Associação dos Barraqueiros de Ponta Negra
ABAV/RN	Associação Brasileira de Agências de Viagens do Rio Grande do Norte
ABIH/RN	Associação Brasileira da Indústria Hoteleira do Rio Grande do Norte
AC	Ancoragens
AEIS	Área Especial de Interesse Social
AME	Associação dos Moradores, Empresários e Amigos de Ponta Negra
AMHT	Associação dos Meios de Hospedagem e Turismo
APDC	Associação Potiguar em Defesa da Cidadania
APA	Área de Proteção Ambiental
ASPOAN	Associação Potiguar dos Amigos da Natureza
ASPRORN	Associação dos Profissionais do Sexo e Congêneres do Rio Grande do Norte
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
CAERN	Companhia de Água e Esgotos do Rio Grande do Norte
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
COMDICA	Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes da Cidade do Natal
CONETUR	Conselho de Turismo do Rio Grande do Norte
CONSEC	Conselho Estadual dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes
CONPLAN	Conselho Municipal de Planejamento e Meio Ambiente de Natal.
COOTUR	Cooperativa de Desenvolvimento da Atividade Hoteleira e Turística
CS	Capital Social
DSC	Discurso do Sujeito Coletivo
ECH	Expressões-Chaves
EC	Estatuto da Cidade
IAPHACC	Instituto dos Amigos do Patrimônio Histórico e Artístico Cultural e da Cidadania
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IC	Idéias Centrais
IDEMA	Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte
INFRAERO/RN	Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
ONGs	Organizações Não-Governamentais
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PPA/Natal	Plano Plurianual do Município de Natal
PDN	Plano Diretor do Município de Natal
PDTIS/RN	Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Rio Grande do Norte
PETROBRÁS	Petróleo Brasileiro S/A
PRODETUR/RN	Programa de Desenvolvimento do Turismo no Rio Grande do Norte
PD/VC	Parque das Dunas - Via Costeira
RITUR	Relatório de Impacto de Tráfego Urbano
SEBRAE/RN	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Norte
SEMURB	Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo de Natal
SEMPLA	Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Tecnologia da Informação
SFH	Sistema Financeiro de Habitação

STTU	Secretaria de Transito e Transporte Urbano de Natal
SUDENE	Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste
TBC	Turismo de Base Comunitária
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UERN	Universidade Estadual do Rio Grande do Norte
UFR	Unidade Fiscal de Referência do Município
USP	Universidade de São Paulo
Unp	Universidade Potiguar
VLT	Veículo Leve Sobre Trilhos
ZPA	Zona de Proteção Ambiental
ZET	Zona Especial Turística

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 15
1.1 Problemática 15
1.2 Justificativa 21
1.3 Objetivos 24
1.3.1 Objetivo Geral 24
1.3.2 Objetivos Específicos 24
1.4 Estruturação do Trabalho 25

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS 27
2.1 Tipo de Estudo 27
2.2 Abrangência do Estudo 28
2.3 Coleta de Dados 29
2.4 Análise de Dados 30

3 TURISMO E CAPITAL SOCIAL EM NATAL/RN: UMA ARTICULAÇÃO NECESSÁRIA 34
3.1 Caracterização do capital social natalense ligado ao turismo 42
3.2 Lacunas, dificuldades e possibilidades referentes à mobilização e participação da sociedade natalense na "*práxis*" do desenvolvimento do turismo, sob a ótica das lideranças do capital social em Natal/RN 57
3.3 O Turismo de Base local como uma "alternativa" viável no processo de (re)produção do espaço urbano em Natal/RN: Breves considerações 65

4 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO TURÍSTICO NATALENSE : ERROS E ACERTOS .. 71
4.1 Os agentes que produzem o espaço turístico em Natal/RN 76
4.2 A produção do espaço urbano natalense co-relacionada ao turismo: As ações dos agentes produtores do espaço turístico *versus* a legislação municipal vigente 82
4.3 Apresentação das principais contribuições que redireciona(ra)m as ações ligadas à produção do espaço para fins turísticos em Natal/RN: Interpretando a percepção das lideranças do capital social natalense 114

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 122

REFERÊNCIAS 129

APÊNDICES 136

ANEXOS 159

1 INTRODUÇÃO

1.1 Problemática

O turismo no município de Natal é uma realidade e se constitui como uma de suas atividades econômicas mais relevantes e com expressivo poder de captação de investimentos nacionais e estrangeiros. Estes configuram a atual fase da expansão do turismo em Natal, intitulada de *Internacionalização do turismo* (FONSECA e TAVEIRA, 2009), resultado direto dos investimentos efetuados pela primeira etapa do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Rio Grande do Norte. (PRODETUR/RN).

Na tabela 01 é possível referenciar a conjuntura que demonstra a chegada de significativas cifras de capital estrangeiro no Rio Grande do Norte. Nota-se, no entanto, que os dados informam uma realidade vivenciada pelo estado como um todo, mas este fato não impede o respaldo para a análise, por saber que a capital potiguar é a principal porta por onde entram e aportam essas divisas.

SETORES	**ANOS E VALORES (em %)**						
	2001	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**
Petróleo/ Energia	88.70	83.55	-	74.61	26.65	-	38.30
Alimentos/ Bebidas	0.46	5.15	0.11	0.18	3.61	9.03	0.12
Agrícola/Agroindustrial	1.14	5.46	2.53	1.98	25.12	12.28	0.35
Industrial	1.85	0.09	34.41	0.88	1.30	0.60	0.19
Turismo e Imobiliário	**4.58**	**1.95**	**34.06**	**18.90**	**38.11**	**74.31**	**59.87**
Equipamentos Elétricos e Hospitalares	1.88	2.71	14.12	1.70	4.84	0.01	0.75
Financeiro	-	-	0.81	-	-	-	-
Outros	1.41	1.10	13.95	1.75	0.36	3.78	0.43

Tabela 01: Entrada de capital estrangeiro por setor econômico no RN (2001-2007).
Fonte: Banco Central do Brasil, *apud* Dantas, 2010, p.157.

Como se pode observar nos dados, o RN apresenta valores que demonstram entradas de capital estáveis e crescentes em um periodo de 07 anos. Além disso, o estado destaca-se em investimentos no turismo e imobiliário, sendo este setor bastante significativo em comparação com os outros setores da economia potiguar. É possível identificar no ano de 2001 que o setor turismo e imobiliário representava (4,58 %) do total de investimentos, e sete anos após, passa a representar mais da metade das entradas de capital estrangeiro, isto é, (59,87%).

Face ao exposto, a referida fase de internacionalização do turismo acaba denotando o modelo turístico adotado na capital potiguar, o qual apresenta um escopo voltado à demanda externa. Somada a este panorama, está à crença nos benefícios que o turismo pode oferecer, gerando um *boom* turístico, que recebe contribuição direta e incentivo das políticas de valorização das zonas de praia, que transformam e adaptam os espaços litorâneos em pontos de recepção e de distribuição de fluxo turístico, modificando radicalmente a paisagem do litoral e transformando-o em mercadoria nobre. (DANTAS, 2010).

Visualiza-se em Natal, a principal contradição espacial percebida na sociedade contemporânea, que é a confrontação entre o espaço abstrato (exteriorização de práticas econômicas e políticas da classe dominante junto ao Estado) com o espaço social (espaço de valores de uso, produzidos pela complexa interação de todas as classes na vivência diária). Nota-se o espaço abstrato (homogêneo, fragmentado e hierárquico) dominando o espaço social (integrado de comunhão social), o qual acaba perdendo sua unidade, dispersando-se em grupos distintos com lutas sem uma representação efetiva. (GOTTDIENER, 2010).

Essa realidade sinaliza para o fato que, tanto a produção quanto a (re) produção dos espaços no município de Natal, com o intuito de condicioná-lo para o turismo, exclui de sua composição e dos debates decisórios, a população local e seus interesses. Sabe-se por meio da fala de Santos (2009) que a composição do espaço, enquanto totalidade revela a junção de fixos (construções concretas) e fluxos (relações sociais), isto é, de objetos e de ações, enfatizando um sentido de complementaridade.

Desta forma, fica evidenciado, quer seja por meio das políticas de caráter estrutural (modificadoras de espaços), adotadas pelo poder público local (CRUZ, 2000), quer seja por meio da alocação de um grande número de empreendimentos, casas de segunda residência, vastas áreas de lazer e complexos turísticos de nível internacional (FONSECA, 2007), que o espaço físico do município de Natal, como também as suas interações cotidianas, vem se transformando por influência de uma ótica externa ao local, deixando cada vez mais na lembrança a imagem peculiar do município de Natal, descrita por Mário de Andrade em seu livro *O turista aprendiz*, fruto de uma viagem de férias do autor à capital potiguar. (ANDRADE, 2002).

Esta conjuntura de fortes transformações espaciais pode também ser ratificada por meio das fotografias das praias urbanas do litoral natalense que compõem o Anexo A desta pesquisa. O que se observa nas fotografias, é a intensidade na forma como as praias foram modificadas ao longo do tempo pela ação humana e com expressiva contribuição da atividade

do turismo. Nota-se a inserção de fixos[1] das mais variadas tipologias, como: pontes, viadutos, estradas, construções verticais entre outros, justificados pela gestão pública, como importantes peças para o desenvolvimento do município de Natal.

Em cotejamento com toda esta realidade, dados de pesquisas recentes (FURTADO, 2005; SILVA 2007; FRATUCCI, 2008; FONSECA e TAVEIRA, 2009; DANTAS, 2010) comprovam que a implantação equivocada de ações voltadas para a atividade turística acaba por provocar uma série de tensões sociais, geradas pela massiva reestruturação do espaço e por uma concepção errônea da atividade, de maneira que centraliza suas ações em função dos visitantes.

Desse modo, os moradores locais quando não permanecem passivos diante dos impactos provocados pelo turismo, tentam, mesmo que timidamente, por meio da constituição das contrafinalidades (SANTOS, 2009), proteger suas especificidades que aos poucos vão se diluindo. Visando romper com as imposições neoliberais e possibilitar uma ação contra-hegemônica dos oprimidos.

É nítido que a lógica que domina e transforma as zonas de praia em mercadoria, acaba provocando simultaneamente a inserção de novos atores e a expulsão dos antigos habitantes, bem como o surgimento de movimentos de resistência que continuam a se multiplicar, por não se identificarem com as transformações impostas nas capitais litorâneas do nordeste. Por conta disso, esses movimentos passam a serem vistos, como críticas ao modelo de desenvolvimento adotado. (DANTAS, 2010).

Silva (2007) revela em sua pesquisa que, a maior parte da população natalense ainda reage de forma passiva frente aos impactos provocados pelo turismo. Na Tabela 02, percebe-se que mais de 60 % de um total de 116 pesquisados, permanece alheio às tensões sociais geradas pelo mau direcionamento dado à prática do turismo em Natal/RN, que exclui os residentes do seu processo decisório.

No entanto, observa-se que 31 % dos residentes pesquisados expressam suas queixas, por meio de ações bem diversas. Fato que talvez venha reforçar a idéia de que a falta de uma representatividade ativa e direcionada, possa ser reflexo direto da carência de ações efetivas entre os munícipes.

[1] Conforme Santos (2009) Os fixos, são os elementos concretos (construções), fixados em cada lugar, os quais permitem ações que modificam o próprio lugar. Ações originam-se dos fluxos (relações sociais que permeiam os fixos).

TIPO DE MANIFESTAÇÃO	PORCENTAGEM (%)
Denunciando aos órgãos competentes	14,7
Mobilizando a Sociedade	6,0
Fazendo passeatas	4,3
Divulgando na imprensa	1,7
Outro tipo de manifestação	4,3
Não se manifesta	**68,1**
Não responderam	0,9
TOTAL	100

Tabela 02: Formas de reivindicação dos residentes em relação aos problemas socioambientais
Fonte: Silva, 2007, p.101.

Ao contrapor a forma pela qual o turismo vem se expandindo em Natal, pautado, sobretudo em fatores exógenos, nota-se que a sociedade civil natalense inicia certa organização e mobilização com vistas a desenvolver ações coletivas que combatam os impactos danosos provocados pela errônea gestão do turismo, lutando ainda para que isso lhes confira o pleno direito de participação nos direcionamentos da atividade. Entende-se o fato, como o possível início de mobilização e fortalecimento das lideranças sociais natalenses, parte constituinte do capital social. Visualizando nesta ocasião, uma organização política da sociedade civil, cooperando em prol de ações que visam ao alcance de objetivos coletivos e direcionados para o bem comum. (PUTNAM, 2006).

Os princípios basilares que compõem o termo Capital Social para esta pesquisa fornecem subsídios para um novo modo de fomento do turismo pautado na: participação ativa da população, no exercício da cidadania, no desenvolvimento da cooperação e confiança mútua entre os agentes, e por fim, da promoção de ações mais humanizadas e humanizadoras, possibilitando um embate frente à lógica desigual do capitalismo.

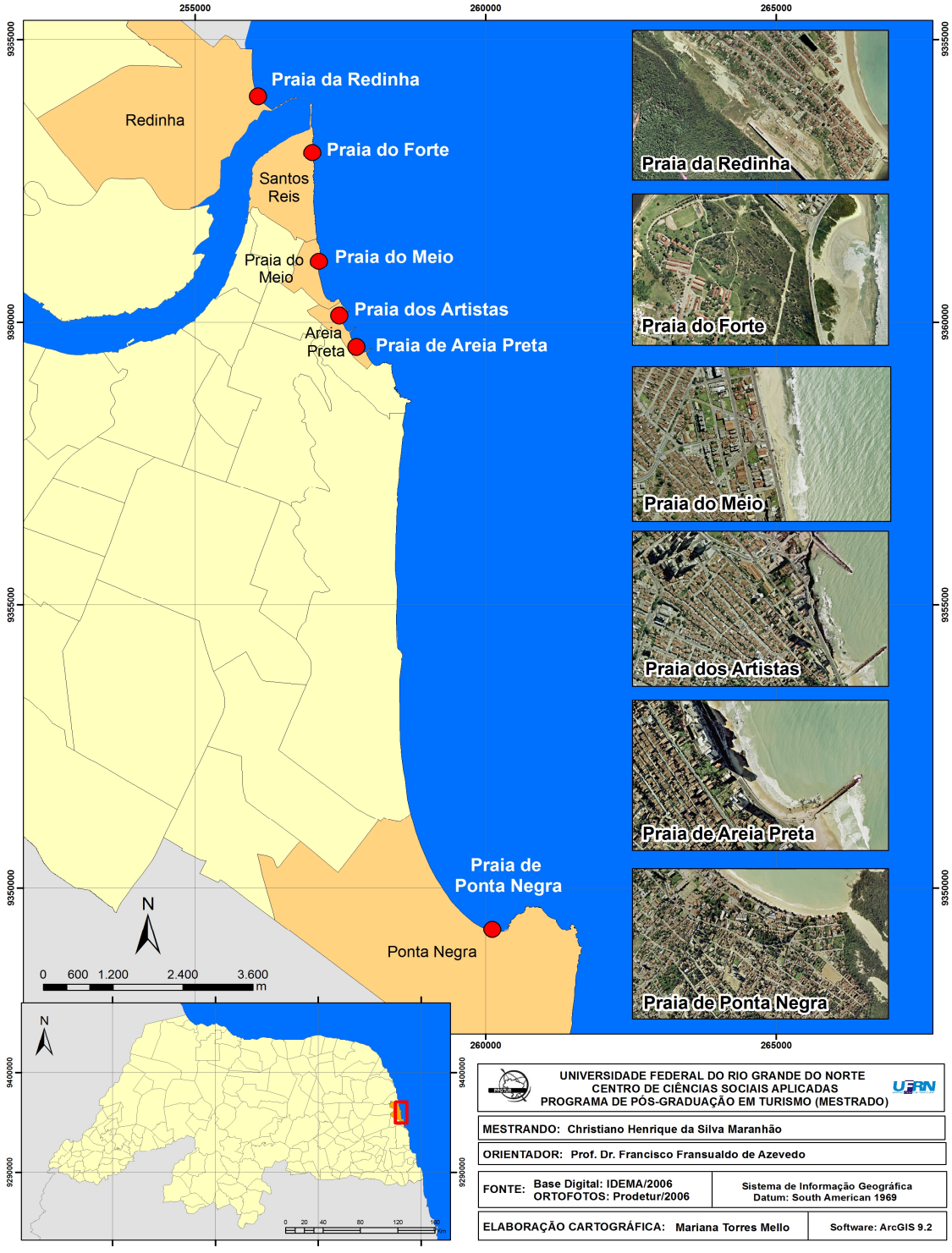
É oportuno frisar que o atual cenário teórico que compõe a temática sobre a participação ativa do morador local dentro dos direcionamentos do turismo, recebe grande atenção dos pesquisadores e acaba revelando múltiplas concepções, por diversos autores (CUNHA, 2000; MOWFOTH e MUNT, 2006; SILVA, 2007; COLODZEISKI, 2007; FRATUCCI, 2008; PIRES e ALCANTARINO, 2008; SHARPLEY e TELFER, 2008; SEBELE, 2010; KYTZIA, WALZ e WEGMANN, 2011), os quais oferecem um olhar subjetivo sobre o tema, relacionando o turismo com o empoderamento local, por meio da inserção dos moradores locais nas decisões do planejamento da atividade.

Cabe considerar que embora marcado por uma heterogeneidade de abordagens, não se pode deixar de examinar as opiniões destes autores, na medida em que se busca dialeticamente, incitar novas discussões acerca do fenômeno turístico e de como ele se materializa na produção do espaço local, interferindo nas relações sociais já existentes.

Para fins desse estudo delimita-se como recorte temporal o interstício que se inicia em 1980, data que marca a primeira intervenção organizada através de projeto financiado pelo poder público, com a finalidade de fomentar o turismo na capital potiguar, até os dias atuais. Convém ressaltar também que a incipiência de dados referentes a períodos anteriores no tocante a implantação do turismo no município, contribuiu igualmente para a escolha desse recorte temporal.

No que tange o recorte espacial, a pesquisa estuda as ações mobilizadas pelo capital social natalense, nos bairros de: Ponta Negra (Sul), Redinha (Norte), Santos Reis (Leste), Praia do meio (Leste) e Areia preta (Leste), onde se localizam as 06 (seis) praias urbanas natalenses, caracterizadas por critérios de visitação, apelo turístico e foco de investimentos. As praias são: Ponta Negra, Areia Preta, Praia dos Artistas, Praia do Meio, Praia do Forte e Redinha, ilustradas no Mapa 01.

Assim sendo, como resposta a essa especialização dos espaços litorâneos em Natal/RN, que obedece às exigências externas e mercadológicas, intensificando os problemas de natureza socioambiental que interferem no cotidiano local, é que se busca saber nesta investigação: De que forma a ação mobilizadora do capital social constituído em Natal/RN tem contribuído para redirecionar o processo de produção espacial, inerente ao processo de expansão do turismo no município de Natal/RN?



Mapa 01: Circuito das praias urbanas do município de Natal
Fonte: Base digital: IDEMA/2006. Ortofotos: Prodetur/2006.

É importante destacar que mais do que tecer discussões limitadas de um turismo benéfico ou não para o município de Natal, busca-se aqui analisar o turismo de forma macro, e seus rebatimentos no lugar, enquanto um fenômeno produtor e refletor dos problemas da/na sociedade onde se acampa.

1.2 Justificativa

Um dos motivos que levou a escolha deste estudo relacional entre turismo, capital social e produção do espaço se dá em função da participação do projeto de monitoria, intitulado de Sociedade, Estado e Políticas de Turismo, o qual veio discutir questões que envolviam elementos sobre a sociedade e como esta se relaciona com a implementação e expansão do turismo, percebendo assim, certas lacunas no conhecimento gerado a partir dessa relação. Somado a isso, cita-se o diálogo frequente com o orientador do trabalho, o qual desenvolve projetos de pesquisa e extensão, além de publicar artigos científicos sobre essa temática.

Consequentemente, por meio desta percepção, se revela o interesse em abordar este tema sob o viés que busca estudar o turismo como um fenômeno sócio-espacial (FRATUCCI, 2008), justamente por se saber que é no espaço onde tal fenômeno se manifesta, alterando dinâmicas locais, criando e recriando novas formas e novos usos dos recursos materiais e imateriais.

Há também que se considerar para esta justificativa, o entendimento de que a busca individual e desarticulada por questões sociais não se reveste de expressivo impacto, frente à supremacia dos agentes produtores do espaço turístico no município de Natal (Estado e Mercado), chamando atenção com isso para a importância da organização e cooperação da sociedade civil em busca de seus direitos.

Por essa razão, trabalha-se o referido tema a fim de analisar as ações promovidas pelo residente que participa ativamente da realidade local e que dessa forma, compõe o capital social natalense, na busca por um melhor desenvolvimento local. A população local é vista neste momento como um elemento de fundamental importância para o redirecionamento de um processo turístico equilibrado do ponto de vista socioeconômico, tendo em vista que tal fenômeno permeia a dinâmica socioeconômica e política do município cotidianamente.

Observa-se ainda que inserido na análise do espaço, enquanto totalidade (SANTOS, 2009), um dos seus papéis constitutivos é representado pelo homem, que é visto como elemento que fornece poder de ação ao capital social. Fato que corrobora para o

entendimento da importante função do residente, como agente produtor do espaço turístico, capaz de intervir, modificar ou influenciar o curso dos direcionamentos, por meio de sua participação e fiscalização efetiva. Busca-se ressaltar o papel do residente, enquanto agente ativo e co- responsável pelo modelo turístico adotado no referido município, gerando por meio disso, resultados com escopos mais sociais e por fim, democráticos.

Com base nas novas tendências que caracterizam o turismo na atualidade e que de certa forma valida esta justificativa, cita-se a busca pela "descentralização da gestão; a adoção [...] de estratégias de cooperação, alianças e parcerias [...], o maior comprometimento com a conservação ambiental e com as comunidades locais; a adoção de códigos de certificação e de ética." (RODRIGUES, 2006, p.299). Estas tendências levam o suprimento de abordagens do turismo, para além das tradicionais questões quantitativas e esse aprofundamento pode gerar novos conhecimentos perante uma área multidisciplinar.

Outro fator que abona a referida pesquisa é a forte ocorrência de estudos que fazem uso da temática que investiga a relação entre o turismo e a comunidade local, na contemporaneidade, tendo em vista os fortes impactos gerados, que acabam excluindo a participação popular do processo gestor da atividade turística. São vários os estudos que se aproximam de forma complementar, com a proposta desta averiguação.

No Quadro 01 estão listadas pesquisas relacionadas com esta dissertação, que embora apresentem focos transversais, com abordagens subsidiadas pela área econômica, ecológica, social e cultural, não deixam mesmo assim, de apresentar uma interface com esta proposta.

TITULO	AUTOR	INSTITUIÇÃO	ANO
Turismo e Capital Social: A experiência de desenvolvimento local sustentável no Distrito de Morro Azul, Litoral Norte do RS	Ana Caroline Teixeira da Silva Colodzeiski	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	2007
O processo de urbanização turística em Natal: a perspectiva do residente	Karina Messias da Silva	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	2007
Turismo e Desenvolvimento: percepções e atitudes dos residentes da Serra da Estrela	Crhis Anderson Martins Souza	Universidade de Aveiro, Portugal	2009
Determinants of tourism success for DMOs & destinations: An empirical examination of stakeholders' perspectives	Tom Bornhorst ,J.R. Brent Ritchie, Lorn Sheehan	Tourism Management	2010

Associativismo e Capital social: um perfil das lideranças comunitárias de Natal/RN	Lindijane De Souza Bento Almeida	Seminário de Governança Urbana e Desenvolvimento Metropolitano (UFRN)	2010
How do private entrepreneurs transform local social capital into economic capital? Four case studies from rural Denmark	Gunnar Lind Haase Svendsen , Chris Kjeldsen , Egon Noe	The Journal of Socio-Economics	2010
How can tourism use land more efficiently? A model-based approach to land-use efficiency for tourist destinations	Susanne Kytzia , Ariane Walz , Mattia Wegmann	Tourism Management	2011

Quadro 01: Estudos na área de turismo, comunidade local, produção do espaço e capital social
Fonte: Dados da Pesquisa, 2012.

Deste modo, esta análise surge da percepção do turismo como uma atividade de grande poder de transformação dos espaços sócio-naturais, com forte apelo para as relações exógenas e verticais, observando a ocorrência de maneira concatenada, de uma baixa participação do residente nos rumos da atividade turística no município de Natal. Putnam (2006) expõe que, um sistema de relações sociais que se caracteriza verticalmente, é incapaz de sustentar a cooperação social, justificando com isso a necessidade de um maior desenvolvimento de capital social, principalmente quando a busca visa à estabilidade política, a boa governança e o desenvolvimento econômico.

Esta situação de dependência impossibilita que se ultrapassem os enclaves impostos pelo autoritarismo, refletindo com isso, na falta de cooperação entre os agentes que buscam interesses individuais. Rodrigues (2006, p.312) afirma que "a contiguidade espacial entre sujeitos envolvidos com o turismo não garante de fato, sua cooperação, a qual depende, antes de tudo, da capacidade de construir novas territorialidades através de um consenso local que permita a união de forças, tendo em vista um objetivo comum."

É relevante perceber que a maior parte do turismo realizado no mundo ocorre em espaços em que as populações, historicamente, já se estabeleceram e nos quais vivem. Apreender o papel do turismo na produção do espaço é tarefa, portanto, complexa, justamente porque o turismo, apesar de ser um fenômeno social, é imposto como uma atividade econômica, e se atribui aos lugares, como se os mesmos fossem inanimados.

Revela-se, pois, que a principal finalidade diante deste cenário científico não é a de esgotar a discussão, mas lançar novos questionamentos a fim de suscitar novos debates, contribuindo para a ampliação de um arcabouço teórico consistente. Promovendo subsídios na perspectiva de adesão de melhores modelos gerenciais participativos, para que a inserção da sociedade civil organizada possa enfim, ser efetivada.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

Analisar a relação entre turismo, capital social e produção do espaço no município de Natal/RN, buscando compreender como a ação mobilizadora dos agentes sociais não hegemônicos do município de Natal/RN, contribui para redirecionar o processo de produção espacial relacionado ao turismo nesse município.

1.3.2 Objetivos específicos

a) Caracterizar os principais grupos que constituem o capital social local, que estão de algum modo, ligados à atividade turística em Natal/RN;

b) Explicar como as lideranças sociais natalenses percebem as lacunas, as dificuldades e as oportunidades no que concerne à mobilização e participação da sociedade civil no processo de gestão e expansão do turismo em Natal, especialmente quanto à busca por melhorias para o bem comum da população autóctone;

c) Identificar as principais ações, fruto da mobilização e organização política da população, apresentando as principais contribuições no tocante ao redirecionamento das ações ligadas à produção do espaço para fins turísticos em Natal/RN, a partir da percepção dos membros que representam as lideranças sociais natalenses;

d) Analisar como se dá o processo de produção do espaço urbano natalense a partir do turismo, considerando as relações entre as ações dos principais agentes produtores do espaço turístico e a legislação municipal vigente.

1.4 Estruturação do Trabalho

Com o intuito de facilitar a leitura e organizar as idéias com coerência, esta dissertação foi sistematizada em 05 capítulos, sendo o primeiro caracterizado por esta introdução, onde é possível localizar a problemática que originou a questão principal da pesquisa; os objetivos que nortearam e auxiliaram na composição dos resultados; e a relevância teórico-empírica que justifica a escolha da temática e como consequência, a realização do estudo.

Sequencialmente, o capítulo 02 faz referência aos PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS utilizados durante a pesquisa, na produção da análise. Esboça-se aqui a tipologia de estudo e sua abrangência; a coleta de dados, explicitando os instrumentos e métodos que foram utilizados em cada fase da pesquisa; e por fim os modelos de análise que foram instrumentalizados.

O capítulo 03, intitulado de TURISMO E CAPITAL SOCIAL EM NATAL/RN: UMA RELAÇÃO NECESSÁRIA. Realiza uma reflexão teórica sob o entendimento da relação que deve existir entre os termos "turismo" e "capital social", relacionando a significância conceitual de ambos com a prática diária, à luz da literatura atual e especializada, de maneira que se possa avançar no conhecimento epistêmico a fim de contribuir para a produção do conhecimento e esclarecimentos de teorias novas.

Para isto, o capitulo subdivide-se em três tópicos: o primeiro faz referência à caracterização do capital social natalense ligado ao turismo, expondo a necessidade de se ter conhecimento da existência desses grupos e as formas como eles dirigem suas ações; o segundo tópico revela quais as lacunas, dificuldades e possibilidades referentes à mobilização e participação da sociedade natalense na *práxis* do turismo, sob a ótica das lideranças do capital social de Natal/RN pesquisado no tópico anterior e o terceiro revela o Turismo de Base Local, como possível alternativa quando se busca fomentar o turismo com vistas no empoderamento local. Evidencia-se que a participação social efetiva perpassa o meio e o fim do processo de desenvolvimento, e facilita o alcance de contribuições obtidas pelo uso da gestão participativa, descentralizada e heterogênea.

Motivado por estas percepções do capital social natalense ligado ao turismo, inicia-se no capítulo 04, intitulado "A PRODUÇÃO DO ESPAÇO TURÍSTICO NATALENSE: ERROS E ACERTOS", a análise de como ocorre o processo de produção espacial ligado ao turismo, os seus possíveis acertos e erros. Este capítulo divide-se em três

frentes de dados, a saber: (a) os agentes responsáveis pela produção do espaço turístico, (b) a relação existente entre as ações desses agentes e as determinações oriundas da legislação municipal, que regulam e orientam à produção e reprodução de espaços urbanos aproveitados diretamente ou não, pela atividade turística e (c) apresenta as principais contribuições que redirecionam as ações ligadas à produção do espaço para fins turísticos desenvolvidas em Natal/RN e seus efeitos positivos, na ótica das lideranças do capital social natalense, as quais foram entrevistadas durante a pesquisa.

Por fim, o capítulo 05 – CONSIDERAÇÕES FINAIS – consta as principais conclusões extraídas dos cruzamentos e interpretações de dados e informações coletadas na pesquisa de campo, o que resultou nas devidas análises dos resultados, bem como em pareceres práticos e alusões para a realização de novos estudos correlacionados, dando continuidade à temática.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

2.1 Tipo de Estudo

Em conformidade com autores que discutem os processos metodológicos, a saber: Dencker (1998), Noronha e Ferreira (2000), Gil (2007), Richardson (2008) e Veal (2011), este estudo se caracteriza como descritivo-exploratório quanto aos seus objetivos, uma vez que busca relacionar o tema capital social com o turismo, por meio de um levantamento documental e de entrevistas aprofundadas, seguindo roteiros previamente construídos.

Conforme Gil (2007, p.44) o estudo caracteriza-se como descritivo por ter o "objetivo de levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população." Faz-se necessário frisar ainda que a natureza mutante dos fenômenos estudados no turismo é um dos motivos que justifica o uso da pesquisa de caráter descritivo, na busca de monitorar padrões básicos de comportamento e assim formular a explicação. (VEAL, 2011).

Pelo fato de o turismo ser um campo de estudo novo, grande parte de suas pesquisas descritivas, pode ser considerada também como exploratória. Desse modo, esta pesquisa se assinala como exploratória, conforme Veal (2011), uma vez que busca descobrir, descrever ou mapear padrões de comportamentos em áreas ou atividades. Ainda no que concerne o seu caráter exploratório, verifica-se também a utilização de artifícios técnicos, como é o caso da pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. (DENCKER, 1998).

Já no que se refere ao objeto, nomeia-se esta pesquisa como qualitativa, por se observar o homem e seus interesses como elemento norteador para o funcionamento da análise. Uma pesquisa de caráter qualitativo permite analisar os aspectos implícitos do desenvolvimento co-relacionado ao turismo. Para Richardson (2008, p.79) "a abordagem qualitativa, [...] justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social". Contribuindo ainda com esse panorama, cabe informar que é possível o uso de múltiplas técnicas na abordagem qualitativa, sendo as mais utilizadas às entrevistas em profundidade e a análise de documentos. (DENCKER, 1998; VEAL, 2011).

Por se tratar de um tema que apresenta complexidade, revelando um contexto teórico pouco explorado, percebeu-se a chance de realizar um exame dessa natureza com escopo de esclarecer conceitos e idéias que colaborem com estudos posteriores, exatamente por se tratar de uma temática nova, na qual trata o estudo relacional do turismo com a constituição de um capital social frente à produção do espaço.

Quanto ao esboço da pesquisa, esta apresenta um caráter desenvolvido a partir das abordagens teórico-conceituais por meio de livros e artigos científicos que versam sobre temas como: turismo de base local, participação do residente nos processos decisórios, produção do espaço e a constituição de capital social. Dessa forma, a pesquisa priorizou como resultado, a produção de um texto pluralista.

2.2 Abrangência do Estudo

Com o propósito de identificar se as ações fomentadas pelo capital social em Natal têm surtido efeito na maneira como a produção espacial ligada a expansão do turismo vem sendo conduzida, buscou-se como participantes para esta pesquisa, os sujeitos que compõem o capital social e que possuem a representatividade de líder dentro do movimento ou do grupo, direcionando ações dentro do recorte espacial desta pesquisa. Somado a eles, também participaram da pesquisa, pesquisadores especialistas nas áreas de turismo, planejamento, políticas públicas e produção espacial.

Neste momento é preciso fazer uma observação no que se refere à escolha dessas lideranças do capital social natalense como participantes da pesquisa, justamente por se saber que não é imperativa a existência de um líder para que ocorra a constituição e mobilização de um capital social, segundo Putnam (2006).

A seleção dessas lideranças como amostra para esta pesquisa é justificada, por entender que para a realidade natalense, seria difícil a possibilidade efetiva de oposição à lógica atual por esses movimentos, e sequer a criação dos mesmos, sem o direcionamento de um líder. Uma vez que os quesitos cívicos em Natal têm baixa expressividade, diferentemente da Itália na época da pesquisa de Putnam (2006).

Somado a isto, essas lideranças apresentam funções no planejamento participativo e na mobilização da sociedade civil organizada em Natal, em questões relacionadas ao turismo. Desse modo, os representantes da sociedade civil organizada do município de Natal, foco das entrevistas desta pesquisa, foram: as lideranças dos conselhos comunitários, as lideranças dos movimentos sociais e as lideranças de organizações não-governamentais (ONGs), as quais se envolve(ra)m direta e indiretamente com o turismo.

É necessário informar também, que para o alcance das respostas do objetivo específico D, torna-se indispensável à coleta de informações junto a pesquisadores especialistas na área. Uma vez que as questões propostas fazem referências diretas a análises, estudos e pareceres sobre o processo de produção espacial ligado ao turismo em Natal,

necessitando, pois, de um entendimento técnico e profissional. Assim foram entrevistados pesquisadores doutores de renome municipal.

Todos estes fatos acenam para a tipologia da amostra que foi utilizada para este exame, caracterizando-a como não probabilística por julgamento, uma vez que a escolha dos participantes foi elencada em função do interesse do estudo e das condições e disponibilidade dos sujeitos. (LEFÈVRE, 2003). Com efeito, o universo da pesquisa se deu através da atividade turística em nível municipal, por meio das suas implicações sócio-espaciais.

2.3 Coleta de Dados

A fim de certificar as evidências que norteiam esta análise, os dados foram coletados por meio de uma pesquisa documental em fontes primárias, contidas em arquivos, relatórios e dados estatísticos de instituições públicas e/ou privadas. E no que tange as fontes secundárias, estas foram angariadas por meio de artigos de jornais, periódicos científicos, dissertações e publicações de obras diversas, que exploram as temáticas de turismo, capital social e produção do espaço. Estas colaboraram sobremaneira com o embasamento teórico e, consequentemente, com a análise comparativa dos dados primários coletados.

Destaca-se como uma basilar fonte secundária para esta pesquisa, a obra de Robert Putnam (2006), intitulada de: *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna.* Vale fazer uma ressalva que dada à escassez de dados estatísticos provenientes do órgão oficial de turismo do Estado, em diversas ocasiões as fontes de dados secundários vieram a suprir as informações faltantes.

Somadas às fontes de dados já citadas, também foram coletadas informações junto à amostra estudada a partir de entrevistas semi-estruturadas, com questões abertas e ordenadas conforme os escopos da pesquisa, direcionadas para o perfil dos entrevistados. Nesse sentido, foram utilizados dois roteiros de entrevistas. Um visando depreensões das lideranças do capital social de Natal e outro formulado para os pesquisadores e especialistas da área.

A entrevista foi utilizada como instrumento de conhecimento no que diz respeito às opiniões e percepções dos entrevistados e foram registradas em um gravador portátil, com o consentimento prévio do entrevistado, e digitadas na íntegra, a fim de preservar o rigor e a forma espontânea da fala do entrevistado. Para a realização das entrevistas, inicialmente, foram feitos contatos prévios por email e por telefone, requerendo a permissão, bem como especificando os objetivos da pesquisa, o que permitiu o agendamento das mesmas e sua aplicação.

É preciso ressaltar que todos os entrevistados foram citados no transcorrer do estudo, por meio de códigos aleatórios que variam de CS*1* a CS*n*, com o intuito de preservar o anonimato dos respondentes e a legitimidade ética da pesquisa.

É preciso reforçar que a aplicabilidade das entrevistas é direcionada para os líderes do capital social constituído no município de Natal e com estreita relação com o turismo e designadamente para o objetivo específico D, a entrevista foi direcionada para especialistas que se relacionam com a temática. Dessa forma é possível localizar nos apêndices, os dois modelos de roteiro de entrevista que foram utilizados.

Vale salientar que as entrevistas seguiram a lógica de composição da entrevista sugerida por Lefèvre e Lefèvre (2003, p.43), a qual revela que a pergunta ideal é aquela que: "leva o entrevistado à produção de um discurso, responde com exatidão aquilo que o pesquisador está investigando, leva o entrevistado a responder o que acha e não o que o entrevistador tem em mente e é apropriada e perfeitamente compreensível pelo sujeito entrevistado."

Ainda sobre as entrevistas, a grande vantagem delas com relação às outras técnicas é a de que ela permite a apreensão imediata da informação desejada. Torna-se particularmente útil por atingir informantes que não poderiam ser atingidos por outros meios de investigação. (BRANDÃO, 2010).

2.4 Análise dos Dados

A pesquisa por se caracterizar qualitativamente, revela um processo interativo de coleta e explicação de dados. Portanto, passada a etapa da coleta dos dados, por meio de instrumentos e procedimentos já mencionados, os mesmos foram ordenados e transcritos de forma a possibilitar sua apreciação e interpretação. Feito isso, foi realizada a análise de conteúdo, devido à sua forte ligação com pesquisas qualitativas, segundo Richardson (2008). Foram executadas três etapas básicas, fundamentadas em Bardin (2004) e Richardson (2008), são elas:

(Etapa 01)- Pré-análise: objetivou operacionalizar e sistematizar idéias, referindo-se em primeiro plano, à seleção e leitura superficial do material e dos procedimentos a serem adotados, bem como fazer o levantamento dos possíveis componentes sociais que compõem o capital social do município de Natal/RN;

(Etapa 02)- Exploração do material: nesta etapa houve a exploração do material coletado, tratando basicamente de codificá-lo, categorizá-lo e quantificá-lo em termos informacionais;

(Etapa 03)- Tratamento e interpretação dos dados: como terceira etapa, operacionalizou-se como meta, a interpretação, buscando gerar as inferências e resultados inerentes a investigação. (BARDIN, 2004).

Tratando-se ainda da análise do conteúdo, escolheu-se aplicar nesta fase, a análise temática, que "consiste em isolar temas de um texto e extrair as partes úteis, de acordo com o problema investigado, permitindo sua comparação com os outros textos escolhidos similarmente". (RICHARDSON, 2008, p.197). É preciso informar que a análise do conteúdo exposta acima, abarcou tão somente as questões de pesquisa específicas (a) e (d), por melhor se relacionar com a essência dessas questões.

Ainda sobre o objetivo (d), especificamente, foi levantada, e criteriosamente estudada, toda a legislação e normatização vigente no município de Natal, que possa fornecer respaldo legal para afirmações que permitam ou não, a forma como a urbanização nos espaços urbanos está ocorrendo.

Dessa forma foram analisados os documentos: (a) O Plano Diretor do Município de Natal/RN (2009); (b) O Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Pólo Costa das Dunas - Rio Grande do Norte. (PDITS/2001); (c) A Lei Orgânica do Município de Natal (2009); (d) O Estatuto da Cidade (2000/2004), (e) O Instrumento do Ordenamento Urbano de Natal (2009), (f) Código Ambiental Municipal (2009) e (g) O Plano Plurianual do Município de Natal (2010/2013). Para confrontá-los analiticamente, foram analisados documentos provenientes dos estudos do Observatório das Metrópoles, núcleo Natal, como: O Rio Grande do Norte e sua região metropolitana no Censo de 2010 (2011) e Como andam Natal e Recife? (2009) dentre outros.

Por meio de todo esse embasamento, foi possível verificar as possíveis incoerências, erros e infrações no processo de produção dos espaços da capital potiguar, que influenciam diretamente ou não, a espacialização do turismo em Natal.

Seguindo com a análise dos dados, para as questões específicas (b) e (c) utilizou-se a metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) de autoria de Fernando Lefèvre e Ana Maria Lefèvre, a qual é descrita por seus autores, como sendo:

> Uma metodologia de [...] processamento de matéria-prima dos depoimentos para que, sobre esta matéria-prima preparada, que revela o que pensam as coletividades, possa ser exercida toda a força da explicação sociológica, antropológica, ética,

> política [...] e – por que não? do próprio senso comum, capaz de dar conta do porque pensam assim às coletividades pesquisadas. (LEFÈVRE e LEFÈVRE, 2005, p.8).

A escolha da metodologia é oriunda da finalidade de fornecer um suporte teórico e referencial para a interpretação do material colhido em campo e de buscar articular o pensamento coletivo do capital social envolvido com o turismo em Natal, para com isso justapor os discursos coletados, objetivando a produção de um texto final que represente um coletivo pensante. O DSC se distingue por tornar os discursos individuais em uma representação social significante. Conforme Lefèvre e Lefèvre (2005, p.46) "O discurso do sujeito coletivo é uma forma de representar a opinião coletiva por meio de um discurso da realidade."

Dessa forma para obter o pensamento coletivo, necessitou-se, conforme a metodologia, convocar os indivíduos, um a um, para que cada indivíduo pudesse expor seu pensamento social, liberto da pressão psicossocial do grupo ao qual faz parte e para que o conjunto dessas individualidades opinantes possa representar, sociológica e estatisticamente, um coletivo. (LEFÈVRE e LEFÈVRE, 2005).

Finalmente à luz das múltiplas fontes de evidências que foram aplicadas neste estudo e de suas bases analíticas, buscou-se dar um sentido mais amplo aos dados analisados procedendo à interpretação dos mesmos e fazendo uma ponte entre eles e o conhecimento existente. A interpretação consistiu em expressar o verdadeiro significado do material, no qual foram feitas as ligações lógicas e comparações, enunciando e efetivando generalizações, que conduziram ao estabelecimento de conceitos pertinentes. Para a aplicação da técnica, foi preciso enfatizar alguns critérios necessários:

> A proposta consiste, [...] em analisar o material verbal coletado extraindo-se de cada um dos depoimentos as idéias centrais e/ou ancoragens e as suas correspondentes expressões-chave. Com as expressões-chave das idéias centrais ou ancoragens semelhantes compõe-se um ou vários discursos-síntese na primeira pessoa do singular. (LEFÈVRE e LEFÈVRE, 2003, p. 16).

O Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) apresenta quatro figuras metodológicas, criadas pelos seus autores visando deixar clara a maneira correta de aplicar a técnica. As figuras metodológicas são expressões-chave (ECH), as idéias centrais (IC), as ancoragens (AC) e o próprio Discurso do Sujeito Coletivo (DSC). (LEFÈVRE E LEFÈVRE, 2003, 2005, 2007).

As expressões-chaves (ECH) são trechos ou transcrições literais do discurso, que devem ser colocadas em destaque pelo pesquisador, pois revelam o cerne do depoimento. Nas expressões-chave encontra-se o depoimento, literalmente. Os autores afirmam que é por meio da matéria-prima das expressões-chave que se constroem os discursos. Já as idéias centrais

(IC) revelam e descrevem, de maneira resumida, concisa e legítima, o significado de cada um dos discursos ponderados, que vão gerar o DSC. (LEFÈVRE e LEFÈVRE, 2003). As ancoragens (AC) são afirmações genéricas veiculadas nos depoimentos, que enunciam valores, crenças, ideologias previamente estabelecidas na sociedade. São expressões de uma dada teoria que o entrevistado professa e que estão embutidas no seu discurso como se fosse uma afirmação corriqueira.

Para a elaboração do Discurso do Sujeito Coletivo é necessário um trabalho analítico de decomposição das principais idéias centrais presentes nos discursos individuais, para com isso, reunir e construir a representação social que os discursos demonstram. Quando se trata de resultados, o DSC conforme seus criadores (LEFÈVRE e LEFÈVRE, 2003, p. 32): "Dá como resultado um painel de discursos de sujeitos coletivos, enunciados na primeira pessoa do singular, justamente para sugerir uma pessoa coletiva falando como se fosse um sujeito individual de discurso."

Uma observação importante que precisa ser mencionada é aquela que explica a adaptação feita ao DSC para este exame. Seguindo a lógica de que a entrevista direcionada para os líderes do capital social foi estruturada sistemicamente em 03 etapas, correspondendo com isso, aos 03 primeiros objetivos específicos, o DSC que foi feito além de ser aplicado em apenas duas das questões específicas (b) e (d), gerou 01(um) discurso para cada objetivo de pesquisa, ao invés de 01 (um) discurso para cada pergunta que compõe as etapas aludidas.

Justifica-se essa modificação, devido à forte sinergia entre as questões citadas, uma vez que por meio dessa estreita proximidade, as mesmas poderiam fornecer discursos repetitivos, caso fossem analisadas de forma isolada. Neste caso específico foram confeccionados dois discursos, relacionados aos objetivos específicos (b) e (c). Por conseguinte, após essas ressalvas, tem-se uma base fundamentada para compreender os resultados encontrados.

3 TURISMO E CAPITAL SOCIAL EM NATAL/RN: uma articulação necessária

Falar sobre turismo enquanto objeto de reflexão torna-se um desafio, na medida em que a área em questão ainda procura gerar uma massa crítica que forneça avanços no fomento de seu conhecimento. No entanto, mesmo não apresentando bases epistemológicas sólidas para determinar com exatidão o seu objeto de estudo e uma conceituação aceita por todos os pesquisadores, é unânime a idéia sobre a importância econômica que o turismo desempenha nos locais onde se instala no decorrer do tempo e, de forma mais enfática, na contemporaneidade.

Todavia é sabido que não se pode comprimir o turismo apenas aos quesitos econômicos, e por essa razão, buscou-se nesta pesquisa dar ênfase a idéia de que a "[...] relevância do turismo, extrapola largamente os circuitos econômico-financeiros e adquire significado mais profundo quando é apreendida como prática intercultural." (SANTOS, 2007, p.13). Dessa forma, objetiva-se construir um território epistêmico que permita pensar o turismo enquanto experiência complexa e totalitária, não o reduzindo de modo algum aos aspectos econômicos, sociológicos e/ou técnicos por mais importantes que estes sejam.

As teorias do turismo concebidas até o presente momento pecam justamente na estruturação do conhecimento, limitando-o em especialismos pontuais. É notório que este isolamento temático causa dificuldades no avanço para uma discussão conceitual de turismo, justamente por gerar uma compreensão fragmentada de um fenômeno que por si só, já é complexo.

Estudiosos (BARRETTO, 2001; PANOSSO NETO 2005; SANTOS, 2007; PANOSSO NETO e LOHMANN, 2008; FRATUCCI, 2008 e SANTOS FILHO, 2009) apresentam similaridade em suas pesquisas, e revelam que intrínseca ao turismo, é a forma como ele interfere nas relações entre os seus agentes, por meio das experiências efetuadas. Estas intervenções implicam em processos, movimentos e contradições, que aproximam o turismo de uma forma analítica que o considera como um fenômeno social em essência bruta.

Em face ao surgimento de vários paradigmas, aproxima-se desta pesquisa a análise do turismo visto como experiência, co-relacionando os elementos constitutivos do que se considera ser uma teoria geral da experiência com uma teoria dos espaços. Para Santos (2007, p.15):

> A análise da experiência turística supôs uma reconstituição estruturada por uma série de dimensões da existência humana, como sejam: o desejo, a imaginação, a memória, a razão, que situam os indivíduos no espaço-tempo social [...], donde

> emergem sistemas técnicos que os envolvem e que, simultaneamente, configuram novos modelos de subjetividade.

Os modelos que deram forma a essa experiência turística constituem padrões históricos, que afetam os novos imaginários, fazendo emergir um modelo de transição, no qual se justapõem traços de todos os modelos passados. Santos (2007), adjetiva de *"hibrido"* o modelo que desemboca na experiência turística atual. É nesse contexto que se delineia a abordagem da multidimensionalidade do turismo. "A experiência turística, [...] não emerge, nem se edifica apenas na forma de consumo do mundo em objetos, mas como sistema de significados que ele inaugura, no seio da ficcionalização mais geral da experiência." (SANTOS, 2007, p. 105).

Deste modo, observa-se que a modernidade passa por mutações substantivas, o que acaba provocando o aparecimento de novas subjetividades que atuam diretamente no circuito do processo turístico, resultando em novas percepções de sentido que instauram novos imaginários. Dar-se início a partir daí, a uma análise científica do turismo, com o pensamento voltado e com redobrada atenção à nova consciência do imaginário e do simbólico enquanto partes estruturantes da própria experiência turística.

Sendo a experiência do turismo dotada de complexidade, opta-se por tomar como seu centro analítico os quesitos do imaginário, que se tornam essenciais, na medida em que é esse imaginário que se constitui como objeto de trabalho por parte dos agentes e operadores de captação de fluxos. Santos (2007) esclarece que o imaginário do turismo na atualidade se organiza com base em quatro eixos essenciais: a imagem, o espaço, o tempo e a comunicação e é por meio destes elos que ocorrem simultaneamente os deslocamentos.

Contrariando esta abordagem do turismo visto como fenômeno social e experiencial é a maneira como ele vem sendo gerido na atualidade, fato que provoca focos de tensão social entre os agentes que compõem a conjuntura turística, levando a sérios conflitos, de forma mais visível, os de ordem social.

No município de Natal/RN esta realidade pode ser visualizada, por meio do descaso que o turismo recebe por parte do poder público em relação à gestão e ao planejamento com uso de parâmetros sociais. É perceptível que os gestores e planejadores do turismo natalense limitam-se apenas aos quesitos econômicos fomentados pela atividade. Assim, o turismo acaba interferindo diretamente e de forma desigual nas relações sociais cotidianas, o que corrobora para a explicação do dinamismo de certas regiões e o declínio de outras, conforme a gestão e planejamento turístico que lhe é conferido. (VALLS, 2006).

Em resposta a esses problemas gerados, o turismo vem se adaptando e agregando novos adjetivos ao longo do tempo, que demonstram a necessidade imediata de mudanças no curso das ações deliberadas para a atividade, objetivando uma expansão mais equilibrada para todos os agentes envolvidos.

Face ao exposto, surge em 1987, o paradigma que busca um desenvolvimento sustentável, por meio do relatório "*Nosso futuro Comum*" (RODRIGUES, 2000) o qual foi rapidamente incorporado aos discursos turísticos, devido aos fortes impactos ambientais promovidos pela atividade. Seguindo a tendência de adaptações, aparece também a concepção do desenvolvimento de base comunitária (SOUZA, 1999, 2004), que sugere uma implantação e gestão do turismo que priorize as ações horizontais, confrontando com a lógica capitalista (ditatorial e antidemocrática) que vem sendo adotada em escala macro nos dias atuais.

Diante deste panorama, muitos estudiosos buscam equalizar esta situação conflituosa, promovendo uma análise mais focada e minuciosa dessas relações que alicerçam um possível sucesso do turismo em uma localidade. Isto é, começa-se a entender que, em meio ao escopo do turismo, existem elementos sociais imprescindíveis e que precisam ser respeitados para que se alcance o êxito esperado. É a partir deste ponto que se busca investigar o turismo, por meio das contradições visíveis que os seus processos, experiências e movimentos ateiam.

Umas das principais contradições observadas na gestão turística atual que se pode mencionar é a negligência aos processos participativos, principalmente quando se trata da inserção dos moradores locais, no desenvolvimento das destinações turísticas. Para Souza (2004, p.12):

> É preciso perceber que o planejamento não é monopólio do Estado. Os ativismos sociais, como protagonistas da produção do espaço urbano, devem e precisam ter muito a dizer sobre as soluções e propostas, e não apenas como críticos daquilo que não lhes agrada, mas como autores de estratégias e planejamento alternativo.

Convém observar que os principais agentes hegemônicos produtores do espaço turístico são: Estado, Mercado[2] e os próprios turistas (SILVA, 2007). Por essa razão não é de se estranhar a tendência crescente entre os pesquisadores (SILVA, 2007; MOWFORTH e MUNT, 2007; SHARPLEY e TELFER, 2008; SOUZA, 2009) de reservar nos seus estudos sobre o turismo, um espaço para o empoderamento da comunidade local sobre os processos decisórios, visando uma maior participação e uma maior representatividade da população local nas agendas que visam planejar e gerir o turismo.

[2] O agente Mercado agrega vários outros agentes como: agentes imobiliários, agentes da construção civil, empresários do *trade* (bares e meios de hospedagem).

Fica evidenciada, portanto, uma articulação e relação da prática do turismo bem planejado com a constituição de um capital social local que corrobore para o êxito da atividade. Diante disso, nota-se a sinergia existente entre a participação ativa da sociedade local no processo de tomada de decisão voltado para a atividade e a espacialização de um turismo bem planejado, pautado em quesitos sociais.

Entende-se nesta pesquisa, o conceito de Capital Social (CS), baseado na obra de Robert Putnam, intitulada de *Comunidade e Democracia: A experiência da Itália Moderna*, que versa sobre o nível da democracia italiana no período em que a Itália deixou de ser um Estado unitário (1970), onde por meio de uma reforma administrativa passou a ter 20 regiões com capacidade de autogoverno.

Antes é necessário destacar que o estudioso James Coleman (1990) foi o pioneiro a usar o conceito de CS e a partir daí, surgiram outros pesquisadores como: Evans (1993), Fukuyama (1996), Fox (1996) e Ab-El-Haj (1999) e o próprio Putnam (2006), que apesar da diversidade de análises, contribuíram para a composição de uma corrente teórica, ampliando as discussões sobre a temática, demonstrando a complexidade e abrangência do tema.

A noção de CS em sua gênese suscitou muitos debates na comunidade sociológica, recebendo algumas críticas no que se refere ao uso do termo “capital”. Alegavam ilegítima a utilização do termo, por não se adequar a teoria econômica e de forma particular, as análises de Karl Marx. No entanto, conforme Lin (2001, p.1):

> Assistimos à emergência de uma nova teoria do capital (*neo-capital theory*), que elimina a referência às classes e por meio da qual se desenvolvem os conceitos de capital humano, capital cultural e capital social. Essa nova teoria se interessa pelo jogo das ações individuais e das posições sociais no processo de capitalização.

Conforme Putnam (2006, p.177) o capital social diz respeito às “características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando ações coordenadas.” Dessa forma, o capital social pode ser entendido quando parte da sociedade civil se organiza e reivindica por benefícios coletivos, de forma espontânea e associada na busca por ações que priorizem o bem-comum. Segundo Azevedo (2008, p.99) “Pode-se acrescentar nessas características, as redes sociais, desde que contribuam para melhorar a eficácia da sociedade, fazendo com que as ações coordenadas fluam e surtam efeitos positivos no processo de construção da democracia e do desenvolvimento social.”

O CS caracteriza-se como produtivo e heterogêneo e, por meio de um viés político, estimula a participação cívica, possibilitando a obtenção de metas sociais que seriam inalcançáveis se o mesmo inexistisse, devido às ações tendenciosas realizadas pelos agentes

hegemônicos, já citados anteriormente. Na análise de Souza (2004) a sociedade civil precisa se organizar, de forma autônoma e independente do Estado, fomentando ações e estabelecendo diversas parcerias que busquem fortalecer a atividade e que possam fiscalizar o devido cumprimento das leis, por parte do Estado.

Por essa razão, Azevedo (2008) afirma que é indispensável à existência de igualdade política, com o intuito de favorecer a maneira pela qual se desenvolvem as relações sociais. Para este autor é preciso que essas relações baseiem-se nos sistemas horizontais de participação cívica e rejeite qualquer tipologia de sistema vertical e hierarquizado.

Conforme Abramovay (2000, p.4) "O capital social é uma resposta a um dos mitos fundadores da civilização moderna, o de que a sociedade é um conjunto de indivíduos, onde cada qual age para alcançar objetivos de maneira independente uns dos outros." A noção de capital social consiste em entender que os indivíduos não agem de forma avulsa e que seus objetivos não estão estabelecidos de maneira individual. Dessa forma as estruturas sociais devem ser vistas como recursos e ferramentas, caracterizando-se como ativos formadores de CS de que os sujeitos podem dispor.

O CS é gerado como subproduto de outros elementos sociais. A confiança é um dos componentes básicos do CS e promove a cooperação, que por sua vez, volta a gerar confiança, caracterizando um círculo virtuoso. No entanto, sabe-se que apenas a confiança não é o único atributo determinante nestas relações. Até porque existe confiança também em outras tipologias de relações sociais, como é o caso da máfia, e mesmo assim, a particularidade da relação reside na verticalidade, gerando desequilíbrio entre as partes. (PUTNAM, 2006).

De acordo com Putnam (2006, p.176), os requisitos utilizados para projetos institucionais de ação coletiva devem ter: "a) clara definição de limites da instituição, b) participação efetiva das partes interessadas na definição das regras, c) adoção de sanções gradativas para transgressores, d) existência de mecanismos pouco onerosos para a solução dos conflitos." Cabendo ainda frisar que resulta em CS, a soma do capital físico-estrutural (insumos, infra-estrutura) com o capital humano (educação, preparação técnica). Com efeito, informa-se que o capital físico é tangível e dessa forma, concretizado materialmente, e o capital humano, por ser menos tangível, incorpora as habilidades e conhecimentos adquiridos pelo sujeito.

Face ao exposto nota-se que o capital social é um conjunto de recursos, boa parte deles, simbólicos, de cuja apropriação depende em grande parte da forma como o cotidiano é vivenciado. Ao contrário das outras formas de capital, o CS não existe nos objetos nem nas

pessoas, mas antes de tudo, existe entre os seres humanos. (SVENDSEN, KJELDSEN e NOE, 2010) e a sua acumulação resulta no processo de aquisição de poder e até de mudança na correlação de forças no âmbito local.

Outra característica que se pode destacar do CS é o fato de que ele se constitui em um bem público, sendo um atributo da estrutura social em que se insere o indivíduo. Desse modo, "o CS não é propriedade particular de nenhuma das pessoas que dele se beneficiam. Isto explica o fato de ser insuficientemente valorizado e suprido pelos agentes privados." (PUTNAM, 2006, p.180). Fato este, que também revela a inexistência da necessidade de lideranças no CS.

É importante ter em mente, segundo Cunha (2000), que o CS é multidimensional, e dessa forma comporta 03 dimensões co-relacionadas: (a) dimensão estrutural (ligações e configurações da rede e dos membros), (b) dimensão relacional (confiança, normas, obrigações e identificação com o grupo) e (c) dimensão cognitiva (representações, interpretações e idéias compartilhadas). A partir disso, "o capital social pode ser usado para entender a eficácia do trabalho em equipe, observando o comprometimento dos indivíduos [...] impulsionados por meio das suas três dimensões. (LIN, 2011, p. 916). Ainda seguindo as idéias de Putnam (2006) e Sacchet (2009), o CS pode-se apresentar por meio de três tipologias:

a) Bonding[3]: O CS caracteriza-se por ligações entre grupos homogêneos, que apresentam experiências comuns (ex: família, vizinhos, comunidade). Deriva de grupos que lutam por questões relacionadas com experiências pessoais similares;

b) Bridging[4]: As relações aqui são menos profundas, porém mais abrangentes. São estabelecidas entre grupos heterogêneos. Seus membros têm formação, conhecimentos e experiências diversas (ex: membros de partidos, clubes, grupo de profissionais);

c) Linking[5]: Por fim, o CS pode referir-se às ligações com pessoas e/ou grupos que estão em posição de poder ou influência, sejam elas relativas à economia ou a política. Ocorrem ligações dos indivíduos com instituições formais. (ex: Ministério Público).

[3] *Bonding* significa em português, união
[4] *Bridging* significa em português, conexão
[5] *Linking* significa em português, ligação

Diante do exposto, acredita-se que o conceito de capital social, mesmo não sendo tão explorado na atualidade quando relacionado ao turismo, acaba por aproximar-se e articular-se frente à necessidade visível de uma melhor organização, mobilização e representatividade cidadã nos processos que decidem os rumos da expansão da atividade.

O fomento do processo de tomada de consciência e de organização por parte dos autóctones abre um caminho novo para o relacionamento do morador local com o turismo. Observando por meio disso que a comunidade local é o agente mais apto a nortear os caminhos por onde o desenvolvimento deve agir primeiro, não podendo ser colocada a margem do processo de gestão e planejamento.

Por essa razão, atesta-se a necessidade de relação e articulação entre o planejamento e a gestão do turismo com o conceito de capital social expresso por Putnam (2006). Entende-se que a superação dessa conjuntura desigual visualizada no turismo atualmente, imposta por um planejamento e por uma gestão ineficaz, depende de uma cooperação voluntária entre as coletividades, onde a comunidade que apresente um maior estoque de civismo e um maior ativismo de capital social poderá obter melhores resultados diante das práticas comumente excludentes que se aplicam ao turismo.

Ratificando esta idéia, Azevedo (2008, p.100) declara que “Nas regiões onde as comunidades cívicas participam ativamente da política, organizando-se em associações autóctones, incorporando sensos de responsabilidades sociais e se imbuindo do espírito público, os avanços sociais são mais notórios.”

Na Figura 01, busca-se sistematizar a relação entre turismo e capital social, revelando a articulação existente entre os principais elementos presentes no contexto das áreas em estudo, os quais são elementos que compõem os fundamentos da teoria do conhecimento do turismo e do capital social para esta pesquisa.

A referida Figura 01, expõem ainda os espaços de interseção, onde se pode atestar a necessidade de articulação entre as esferas, a fim de contribuir para a expansão de um turismo que venha inserir e atingir a população local, por meio de impactos positivos, garantindo uma melhor qualidade de vida para o residente e reservando espaços para a comunidade local poder se expressar e decidir os rumos da atividade, de forma cooperativa e participativa, e por meio de relações horizontais.

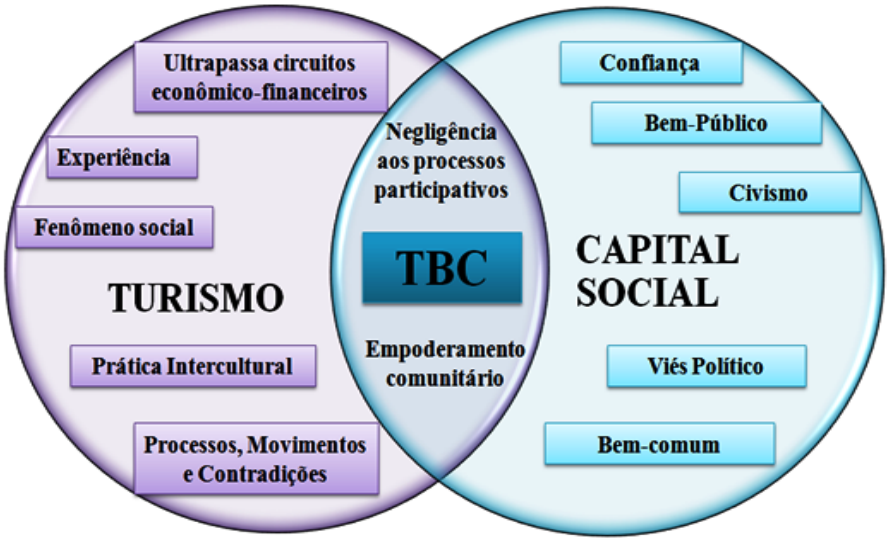


Figura 01: Elementos constituintes da relação e interseção entre turismo e capital social
Fonte: Elaboração própria (2012) baseado em: Abramovay (2000); Putnam (2006); Mowforth e Munt (2007); Sharpley e Telfer (2008) Azevedo (2008) e Souza (2009).

Ainda fazendo alusão a Figura 01, fica demonstrado que o conceito de CS emerge no turismo a partir do momento em que se busca um desenvolvimento de base comunitária, como resposta frente ao distanciamento com a dimensão local. Visualiza-se um embate de forças horizontais de coletividade contra as relações verticais de autoridade e dependência impostas pelos agentes hegemônicos. Assim o capital social surge em meio à promoção de ações cooperativas, e como uma possibilidade de enriquecer o tecido social da localidade que o estimular.

Destarte, é imperativo ratificar a relação existente entre turismo e capital social, uma vez que é na prática do fenômeno social turístico que se encontra fortes segregações sociais, geradas por processos desiguais e de caráter exógeno, os quais dificultam uma organização social legítima, e que possa vir a contribuir para uma vida cívica e coletiva mais harmônica e com perspectiva endógena.

O papel que o turismo representa no processo de desenvolvimento possui fortes laços com a natureza do destino e com as características socioeconômicas dos seus agentes produtores. (SOUZA, 2009), por essa razão entende-se que o CS, passa a ser visto como um elemento determinante na mudança da tipologia sobre o fenômeno turístico adotado em uma destinação, considerando como elemento prioritário na consolidação do seu projeto de desenvolvimento endógeno, a população local. Souza (2004, p.82-83) enfatiza, dizendo que:

> Na qualidade de participantes ativos, homens e mulheres lutam por seus direitos, estabelecem laços de cooperação e realizam ações de caráter político e cultural [...]

> tentando tornar-se mais que simples sujeitos passivos do processo social, afirmando-se como agentes e protagonistas de seus destinos.

Assim ressalta-se que a constituição do capital social pode impulsionar o processo que busca inserir a população local nos processos decisórios e do mesmo modo, pode levar as relações para um patamar de diálogo entre os agentes. O desafio consiste, portanto, em dotar as populações afetadas pelo turismo, de forma positiva ou não, de prerrogativas que as torne protagonistas centrais da construção de uma nova sociedade. Uma vez que se pode perceber que o capital social constitui-se em um importante atributo da destinação turística para a orientação do seu processo de desenvolvimento e por consequência, para o direcionamento da produção dos seus espaços.

Há de se considerar diante do exposto, que a ação social comunitária necessita ser vista como ferramenta de empoderamento local a partir da potencialização do CS inserido no debate do turismo e de outros temas de interesse coletivo. Existe a possibilidade, segundo Putnam (2006) do desenvolvimento local, através de práticas de associativismo, reverter estágios de declínio e tensão, tendo como principal motivação o CS, através da mobilização comunitária e da criação de cooperativas. Assim, o capital social pode e deve se tornar em um subproduto destas questões que o turismo provoca.

Em Natal/RN, mesmo com o parcial desconhecimento do termo ou com o uso de outras nomenclaturas, existem grupos compostos pela sociedade civil que buscam por meio de ações coletivas, uma maior representatividade nas agendas de planejamento e gestão e, consequentemente, almejam uma maior participação nas decisões que são tomadas e que determinam o direcionamento dado ao turismo municipal. Segue o estudo detalhado sobre esses grupos, caracterizando-os e revelando a forma como funcionam diante da conjuntura natalense.

3.1 Estudo e caracterização do capital social natalense ligado ao turismo

Iniciando o estudo do capital social (agentes sociais não hegemônicos) constituído no município de Natal, que busca contribuir para o processo de inserção da população local nos direcionamentos e decisões da atividade do turismo em âmbito municipal, faz-se necessário confirmar que o critério utilizado para classificá-los é a ligação direta de suas ações de mobilização, organização e participação com a dinâmica do turismo natalense nas praias urbanas dos bairros do município de Natal que fazem parte do escopo desta pesquisa.

Vale ressaltar a grande dificuldade em levantar dados alusivos a esses agentes de Natal/RN, devido à inexistência de um órgão de cadastro que pudesse agrupar dados e

informações referentes aos movimentos sociais, ong's, associações e suas diferentes ações e conquistas no transcurso da história, de modo que se tenha ao menos uma fonte de pesquisa e sociabilização de informações de forma confiável.

Este fato, do mesmo modo ajuda a justificar a limitação da pesquisa em obter alguma informação de capital social constituído em Natal e relacionado com o turismo referente à década de 1980, fato que fragiliza parcialmente a parte empírica da pesquisa. Somado a isto, não se tem conhecimento de alguma ação desses movimentos na atualidade, uma vez que muitos já não existem, e consequentemente não atuam mais.

O que se sabe, por meio de relatos pessoais de alguns entrevistados e dos poucos escritos que se teve acesso, é que houve um movimento ambientalista paralelo ao fomento do Mega Projeto Parque das Dunas - Via costeira - PD/VC (década de 1980), que promoveu um embate com o poder público local e com os empresários, no que tange os fortes impactos que poderiam ser causados com a implantação do projeto, devido à área selecionada se tratar de uma Área de Proteção Ambiental (APA), responsável pelo abastecimento de água da população.

Desde a concepção do projeto (1970), as metas de interligar as diretrizes com escopos mais sociais foram motivadas sob forte pressão popular, que já alertava para a cautela dos critérios para a implantação do projeto. As ações desse movimento ambiental incentivaram modificações no projeto base e obtiveram como principal conquista para o município de Natal, a criação do segundo maior parque urbano de mata atlântica do Brasil, perdendo apenas para a floresta da Tijuca (RJ), nomeado de Parque das Dunas de Natal. (CAVALCANTI, 1993; CRUZ, 2000; FONSECA, 2005).

Relata-se, no entanto, o impedimento do acesso as informações específicas sobre o referido movimento, fato que poderia fornecer novos subsídios para a pesquisa, e com isso faria com que o documento tivesse um caráter histórico. No entanto a informação obtida é de certa forma pontual, o que impede o aprofundamento detalhado sobre o movimento.

No Quadro 02, apresenta-se um sucinto levantamento dos movimentos sociais, ONGs que compõem os agentes sociais não hegemônicos de Natal/RN, apresentando diversas frentes de ações, para além da área do turismo. Este levantamento é fruto da pesquisa de campo e não tem pretensão de ser um trabalho completo, mas busca de forma inicial, demonstrar mais uma vez, a necessidade de um órgão de cadastro dessas frentes populares e sua importância enquanto utilidade pública. Explica-se que apenas os agentes que estão em destaque no Quadro 02, participaram da amostra dessa pesquisa, por relacionar suas ações com o turismo.

ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS (ONGS)	
1-	ONG Baobá
2-	**ONG Oceânica (Pesquisa, Educação e Conservação)**
3-	**Responsabilidade Social Posta em Prática (ONG RESPOSTA)**
4-	ONG Casa do Bem
5-	Coletivo Leila Diniz
6-	Rede Ambientalista Potiguar (RAP)
MOVIMENTOS SOCIAIS	
7-	**Movimento S.O.S Ponta Negra**
8-	Movimento S.O.S Mangue
9-	Movimento S.O.S Mãe Luiza
10-	Movimento S.O.S Mata Atlântica
11-	Movimento Pró-Pitimbú
12-	Filhos de Ponta
ASSOCIAÇÕES	
13-	**Associação dos Barraqueiros de Ponta Negra (ABPN)**
14-	**Associação dos Moradores, Empresários e Amigos de Ponta Negra (AME)**
15-	Associação Representativa de Ponta Negra,
16-	**Associação dos Moradores da Vila de Ponta Negra**
17-	**Associação de Artesãos da Vila e da Praia de Ponta Negra**
18-	Associação Potiguar em Defesa da Cidadania (APDC)
19-	Associação Potiguar Amigos da Natureza (ASPOAN)
20-	Associação dos Ambulantes da Praia do Forte
21-	**Associações e Centros Associação de Vendedores Ambulantes de Ponta Negra**
22-	Associações e Centros Associação Comunitária de artesões da Redinha
CONSELHOS COMUNITÁRIOS	
23-	**Conselho Comunitário de Ponta Negra**
24-	Conselho Comunitário da Redinha
25-	Conselho Comunitário da Praia do Meio
26-	Conselho Comunitário de Areia Preta
27-	Conselho Comunitário de Santos Reis
OUTROS (PROJETOS SOCIAIS, ENTIDADES CIVIS, COOPERATIVAS)	
28-	Projeto Felipe Camarão
29-	Cooperativa de Desenvolvimento da Atividade Hoteleira e turística (COOTUR)
30-	Natal Voluntários
31-	Casa Renascer
32-	Companhia Terra Mar
33-	Instituto dos amigos do patrimônio histórico e artístico cultural e da cidadania. (IAPHACC)
34-	Vozes da Vila

Quadro 02: Breve levantamento do capital social constituído em Natal/RN.
Fonte: Dados da Pesquisa, 2012.

A seguir, caracterizam-se apenas os grupos ou instituições que se relacionam diretamente com ações que buscam um desenvolvimento social através do turismo em Natal, com efetiva participação popular nos processos decisórios. Os que foram levantados, mas não incluídos na pesquisa são devido à falta de conectividade de suas ações com o turismo e dessa forma, com a proposta desse estudo.

(a) Movimento Social S.O.S Ponta Negra

O movimento tem inicio quando um morador, que será denominado nesta pesquisa de CS1, por questões éticas, passou a ter conhecimento do fato que construtores estavam de posse de projetos que previam a construção de 05 prédios, com 15 andares cada, ao lado do Morro do Careca, cartão postal mais importante para o turismo natalense e para a praia de Ponta Negra, a fim de venderem as unidades habitacionais para o público estrangeiro.

A venda era diretamente ligada às imobiliárias espanholas, italianas, portuguesas e norueguesas, e toda transação seria feita em Euros. Os valores das unidades eram tão caros e o espaço era tão reduzido, por volta de 50 m², que acabou não interessando ao residente natalense a compra desse produto. Em entrevista concedida, CS1 (2012) relatou que:

> Achei um absurdo a prefeitura autorizar a licença ambiental para aquilo e o natalense aceitar. Uma vez que o Morro do Careca é o principal cartão postal da cidade. É o emocional, a identidade cultural do natalense. O turismo se beneficia do cartão-postal Morro do Careca, da plástica, da paisagem. O conjunto da praia e do morro, tirando a poluição quando você chega perto, de longe é maravilhoso. De perto já é possível observar vários problemas, como em qualquer outra praia. Eu notei que se esses prédios fossem construídos, seria um verdadeiro "tiro no pé" para Natal. O destino turístico de Natal estava ameaçado caso esse fato acontecesse. Então a partir disso, comecei a pesquisar, fiz um levantamento, criei o *blog* e ao mesmo tempo sabia que minha vida nunca mais seria a mesma, porque eu estava mexendo "num vespeiro com vara curta." (DADOS DA PESQUISA, 2012).

Apesar de paulistano de nascimento, CS1 há anos residi na Vila de Ponta Negra, onde pôde observar toda a transformação da área e estabelecer contato com os mais diversos tipos de moradores, fato que o dotou da identidade cultural necessária para lutar pela cidadania e pela qualidade de vida do local. Por meio da entrevista, CS1 afirma que:

> Uma vez que o poder econômico está diretamente ligado ao poder político e que a construção civil é um setor poderoso na economia potiguar, comecei a fazer enquetes e as pessoas não tinham conhecimento do que estava para acontecer. Quando lancei o *blog*, foi no mesmo período que as eleições para o Governo e Presidência em 2006. O assunto era tão grave e despertou tanto interesse que disputou as capas dos principais jornais e atenção da televisão, com as eleições. No dia 03 de outubro aconteceram às eleições e no dia 05 de outubro, o prefeito Carlos Eduardo suspendeu as licenças. Dando inicio a uma verdadeira disputa em Tribunais. Meu telefone foi grampeado, tive que me esconder devido correr risco de vida durante um período de 06 meses. (DADOS DA PESQUISA, 2012).

Em meio a toda essa conjuntura, o movimento S.O.S Ponta Negra surge em agosto de 2006. O movimento não é burocrático e também não possui um local fixo para as reuniões e encontros, por acreditar que a informalidade, facilite a aproximação de qualquer cidadão que queira participar. Conforme CS1 (2012) "Na medida em que se institucionaliza, se elencando cargos de presidente, diretor, tesoureiro entre tantos outros, acaba por afastar quem quer participar, por entender que é um grupo fechado."

No momento da entrevista, CS1 (2012) enfatiza a idéia citada acima, afirmando que: “Nós somos um movimento e você pode fazer parte dele, a hora que você quiser. Podendo se afastar, viajar, chamar mais gente.”

Ainda é possível localizar no *site* do movimento, as suas principais definições estruturantes, onde se afirma que o movimento S.O.S Ponta Negra é um :

> Espaço aberto, coletivo, democrático e livre. Criado em defesa dos principais cartões postais de Natal/RN: a praia de Ponta Negra e o Morro do Careca. O movimento não tem nada a ver com política partidária. Nossa luta é a favor de todo mundo e pela cidade, pela praia, pelo Morro do Careca, pelo turismo, pelo cartão postal, pelo visual, por nós mesmos e pelo nosso futuro. É uma iniciativa cidadã para cidadãos e cidadãs conscientes! Não se pode mais ficar lamentando o que poderia ser feito, temos que fazer o que podemos no momento. Garantindo um desenvolvimento com equilíbrio e responsabilidade, preservamos nossa qualidade de vida, melhoramos a auto-estima e proporcionamos a valorização da cultura e das tradições. (MOVIMENTO S.O.S PONTA NEGRA, 2012).

O crescimento de adesão do movimento foi geométrico. A primeira reunião constava com apenas 06 (seis) pessoas, depois o número de participantes cresceu para 3.000 (três mil) pessoas em pouco menos de 10 reuniões. Os encontros e reuniões para as mobilizações são divulgados pela internet, por telefone e/ou contato pessoal. De agosto de 2006 até início de 2008 havia uma periodicidade de encontros, motivados pela revisão do Plano Diretor de Natal, atualmente, as reuniões ocorrem uma vez por bimestre ou com base na exigência da demanda.

Pelo fato de o S.O.S Ponta Negra não possuir sede fixa, os encontros e reuniões de mobilização ocorrem em conselhos comunitários, casa de amigos, parques públicos e associações de bairro. Segundo CS1 (2012) Para aderir ao movimento, basta entrar em contato através do *blog* e se informar das ações e começar a participar.

Diante da ação proposital de não criar normas, estatutos ou regras que pudessem regular a adesão ao movimento, o S.O.S Ponta Negra acabou se tornando um grande “guarda-chuva” de projetos que se formalizaram, interferindo em questões sobre o turismo sexual, a especulação imobiliária , a proteção ao meio ambiente, o esporte amador. Ou seja, por meio do movimento S.O.S Ponta Negra , acabou ramificando outras bandeiras e causas.

Questionado sobre quais seriam os resultados mais impactantes, já alcançados pelo movimento, CS1 (2012) cita que “o maior impacto em termos de ações do movimento foi, primeiro, suspender e finalmente cancelar as licenças e qualquer outra possibilidade de construção desses prédios absurdos próximo ao Morro do Careca.” O entrevistado cita outras ações fomentadas pelo S.O.S Ponta Negra:

> O movimento conseguiu emplacar na revisão 2007 do Plano Diretor, duas emendas criadas no bairro, que ainda não foram efetivadas, as quais foram inseridas na pauta da revisão do Plano Diretor de Natal 2007, uma delas é a aprovação da emenda para

> se formatar um plano setorial específico para o bairro de Ponta Negra, uma vez que Capim macio, Neópolis e Ponta Negra fazem parte de um grande conjunto que utilizam da mesma estrutura de abastecimento de água, saneamento básico, trânsito, áreas públicas de lazer. Em outras palavras, seria um Plano Diretor específico para o bairro, que compreendesse e buscasse o equilíbrio de como conciliar o uso residencial, comercial, turístico. A segunda emenda foi sobre a área especial de interesse social (AEIS) para a Vila de Ponta Negra, que já existe em Mãe Luiza, que inclusive ocorre um boicote histórico a mais de 10 anos por parte do poder público. A área de interesse social funciona assim, você impede que pequenos terrenos sejam aglutinados para formar uma grande área capaz de permitir a construção de grandes prédios. Ela limita a construção de pavimentos em até 03 pavimentos. O que isso beneficia a comunidade? O IPTU não vai para estratosfera, uma vez que se o IPTU aumente muito, o nativo acaba migrando, ocorrendo o que se chama de "expulsão branca", o que torna inviável a moradia do nativo em lugares paradisíacos como a Vila de Ponta Negra. Se evita a especulação imobiliária desenfreada, que faz com que as pessoas acabem abandonando seu local de origem devido à inviabilidade de moradia no local. (DADOS DA PESQUISA, 2012).

O referido entrevistado ainda menciona a mudança dos planos de construção do emissário submarino no bairro de Ponta Negra como mais uma ação que o movimento ajudou e se envolveu. E lança algumas perguntas "Por que queriam construir o emissário em Ponta Negra? Porque queriam "resolver" a questão do saneamento básico? Justamente para justificar a liberação de grandes empreendimentos, uma vez que hoje tem muita coisa parada por falta de saneamento. Era um dominó que a gente conseguiu tirar uma peça e as coisas pararam de cair sob efeito." (DADOS DA PESQUISA, 2012).

Os principais parceiros do movimento S.O.S Ponta Negra citados por CS1 são: Conselho Comunitário de Ponta Negra, Associação dos Moradores do Conjunto Ponta Negra, Associação de Moradores da Vila de Ponta Negra, Associação Potiguar dos Amigos da Natureza (ASPOAN), Associação de Moradores e Empresários de Ponta Negra, Conselho Comunitário de Capim Macio entre outros.

(b) ONG Resposta (Responsabilidade Social Posta em Prática)

A história da ONG Resposta tem início em meio a uma conjuntura em que se buscava prevenir a exploração sexual de crianças e adolescentes no contexto turístico potiguar, lutando contra a falta de conhecimento e conscientização por parte de todos os agentes. Segundo CS2 (2012), entrevistado que representa a organização:

> Nós tínhamos uma barreira que impedia o diálogo entre as temáticas que envolviam turismo e infância, em contrapartida, havia um crescente surgimento de ONG's e movimentos sociais com enfoque na proteção e promoção dos direitos das crianças, mas isso não dialogava com a área do turismo. No século passado (1990), o senso comum pensava que os setores sociais e fiscais do turismo eram selvagens, capitalistas, e que só queriam o lucro fácil e que buscavam estimular os "bichos papões", principalmente da Europa, a vir comer criancinhas no Brasil. Era bem radical. Enquanto isso, o setor privado pensava "Esse povo é um monte de chato que

> só querem atrapalhar nossos negócios. Não são propositivos e não tem agenda, só sabem criticar." Então com a estratégia pensante do Código de Conduta, a qual foi feita por esses agentes, gerou uma aproximação dos mesmos. Por quê? Bom, chegamos a um consenso que criança e adolescente tem que ser protegido. Isso é um consenso internacional, o mundo já concorda que prostituição não é atividade direcionada e adequada para criança. Então do ponto de vista político, já conseguimos esta conquista, que criança deve ser protegida e que mercado sexual, não é mercado para criança. Mas quando esse tema envolvia o turismo, não tínhamos respaldo algum. Começamos a ter algumas conquistas, quando o código de ética mundial do turismo começou a divulgar que o turismo não pode esta a serviço de nenhum tipo de exploração do ser humano. Então isso deu uma abertura enorme para o setor entender que existia relação. (DADOS DA PESQUISA, 2012).

Identifica-se neste momento, a necessidade de se fazer um resgate histórico desse contexto, na busca pelo entendimento das raízes que fundamentaram essa organização de renome nacional e internacional. Assim sendo, no ano de 2001, foi organizado um seminário intitulado de: "O Rio Grande do Norte sabe proteger as suas crianças e adolescentes", fomentado e liderado por três vertentes com focos acionários distintos: Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Casa Renascer e Universidade Potiguar (UNP), constituindo dessa forma uma aliança intersetorial, que veio favorecer a consistência da iniciativa e do debate justamente por unir três visões complementares sob um mesmo interesse. Esse episódio é comentado por CS2 (2012), quando informa que:

> No início do projeto, tínhamos três pessoas: a professora Jurema Márcia (Curso de Turismo Unp), o senhor José Maria Vilar (Banco do Nordeste) e Eu, que na época estava na Casa Renascer. Houve uma aliança intersetorial, que favoreceu a adesão na causa. Penso que se fosse somente o movimento social ou somente a iniciativa privada, não iria ressoar tão forte e nem ter legitimidade. Então com essa aliança, nós conseguimos um discurso que une a Universidade que tem a missão de preparar profissionais para o mercado, com o Banco do Nordeste que entra com os financiamentos e a Casa Renascer, representante da sociedade civil e detentora de legitimidade de quem atua na área da infância. (DADOS DA PESQUISA, 2012).

Como ação resultante desse seminário e marcando o ineditismo no Brasil e na América do sul, elabora-se em 2001 um Código de Conduta do Turismo contra a Exploração Sexual Infanto-Juvenil buscando regular e orientar a conduta das empresas que atuam no RN, associadas ao turismo, visando à proteção de crianças e adolescentes.

Conforme informações de CS2 (2012), o Código de Conduta do Turismo no RN surge: "Da observação empírica de três organizações que identificaram que o segmento do turismo não reconhecia a temática da prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes como revestida de relevante interesse nessa atividade econômica."

É importante destacar que o lançamento do Código de Conduta ocorreu em uma reunião ordinária do Conselho de Desenvolvimento de Turismo Pólo Costa das Dunas (Conselho Integrante do Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste do Brasil - PRODETUR), onde simultaneamente foi lançada a Campanha *Turismo Sexual Infanto-*

Juvenil. Não dá pra maquiar. Campanha amplamente trabalhada no Aeroporto Internacional Augusto Severo (Parnamirim/RN), por meio de parceria com a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (INFRAERO/RN). Vale salientar que uma vez atendidos os requisitos exigidos pelo código de conduta, é concedido às organizações o *Selo Paulo Freire de Ética no Turismo*, cuja renovação acontece a cada dois anos, após novo processo de avaliação e capacitação. (BARBOSA *et all*, 2008).

Outro episódio importante que marca esse processo de desenvolvimento foi à estratégia em motivar o interesse e a participação por parte do *trade* turístico e das demais organizações relacionadas com a situação, na adesão ao Código de Conduta. Pode-se dizer que os três setores do turismo local que assinam o termo, como ato de incentivo e estímulo para os demais, foram: Associação Brasileira da Indústria Hoteleira (ABIH/RN); Associação Brasileira de Agências de Viagens (ABAV/RN) e a Associação dos Meios de Hospedagem e Turismo (AMHT).

No ano de 2003, posterior à aliança intersetorial que resultou no lançamento do código, notou-se uma grande demanda e necessidade de expansão das ações práticas inerentes à causa, como por exemplo: as formações e as capacitações de bugueiros e taxistas. Essas atividades ultrapassavam a esfera de ações específicas das três entidades formadoras do código, fato este que passou a justificar a fundação de uma organização que fosse diretamente responsável pela promoção dos direitos das crianças e dos adolescentes e por essa tipologia de ações. Surge, pois, a ONG Resposta (Responsabilidade Social Posta em Prática), fomentada inicialmente por 17 pessoas com notáveis serviços prestados ao estado do RN. Este fato pode ser corroborado por CS2 (2012), na afirmação que:

> As atividades do código começaram a ter demanda que extrapolavam a nossa capacidade e muitas delas, não era mais missão das instituições a que estávamos vinculados. Então a rotina foi dando a necessidade de constituir uma instituição que tivesse essa missão da promoção e que pudesse desenvolver esses trabalhos posicionando estas estratégias. (DADOS DA PESQUISA, 2012).

Em face deste novo cenário, o Código de Conduta passa a ser administrado pela ONG Resposta no ano de 2003, com a missão de promover os direitos da criança e do adolescente potiguar, mobilizando e articulando os diversos setores da sociedade, estimulando a adoção de práticas éticas e socialmente responsáveis. É importante frisar que a Resposta possui cadastro no Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes da cidade do Natal (COMDICA) e no Conselho Estadual dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes (CONSEC) e é portadora de Títulos de Utilidade Pública estadual e municipal, publicados em Diário Oficial.

O lançamento público da organização, contou com a presença de dezenas de autoridades e ocorreu no Centro Cultural Casa da Ribeira. Assim, a ONG Resposta já surgiu contando com o reconhecimento público relevante.

O ano de 2004 foi dedicado ao fortalecimento institucional da ONG Resposta, celebrando convênios, parcerias, declaração de missão, visão, valores, elaboração do planejamento estratégico e estudos técnicos que deram suporte e apoiaram a elaboração do padrão de excelência que integram as capacitações oferecidas pela ONG nas empresas.

Em 2005, a ONG prestou consultoria técnica para a *Atlântica Hotels International* e para a *Child hood* Brasil, para a elaboração de conteúdo na seara de políticas públicas envolvendo temas sobre o Turismo Sustentável e Infância. O documento produzido pela ONG Resposta foi lido e subsidiou a abertura da reunião dos Ministros de Turismo da América do Sul.

Chegando ao ano de 2006, a ONG Resposta desenvolveu a campanha conhecida como *Exploração sexual infanto-juvenil não é brincadeira de adulto*. *Muito menos de criança*, contando com a parceria dos veículos de comunicação do RN. Essa campanha foi trabalhada com 1.010 profissionais do sexo, de 150 casas de prostituição na região da Grande Natal, mediante parceria da ONG Resposta com a Associação dos Profissionais do Sexo e Congêneres do Rio Grande do Norte (ASPRORN). (BARBOSA *et all*, 2008).

Embasando o que já foi mencionado, sobre a forma como ocorre à participação da população local nas ações da organização, CS2(2012) declara que hoje a ONG Resposta:

> Tem 17 sócios fundadores compostos por pessoas: da academia, do terceiro setor, da iniciativa privada, que fundaram a Resposta com a missão de promover os direitos e a defesa das crianças e dos adolescentes. As formas de contribuições que temos são os sócios, os voluntários (geralmente estudantes de turismo por afinidade), uma vez que os professores dos cursos já possuem uma interlocução com a Resposta, compreendendo que é importante na formação do profissional do turismo o aprendizado sobre a temática, divulgando que o estudante, pode fazer a sua parte enquanto especialista na área. Nós temos também uma equipe contratada por projeto. Os estudantes quando não se envolvem do ponto de vista pragmático (campanhas), eles possuem a oportunidade e possibilidade de produzir conhecimento. Então hoje, diante de toda trajetória da Reposta, o ano de 2011, foi o que tivemos o maior número de alunos, de diversos ramos do conhecimento (Geografia, Turismo, Arquitetura e Urbanismo, Relações Internacionais entre outros) estudando a temática. (DADOS DA PESQUISA, 2012).

A ONG Resposta, do ponto de vista institucional e conforme declaração fornecida por CS2 (2012) é:

> Regida por um estatuto e constituída por uma assembléia geral de sócios, órgão máximo e soberano da instituição. Essa Assembléia é composta pela Diretoria, Primeiro e Segundo Presidente, Conselheiros fiscais, Tesoureiros e Secretarias e tem a equipe técnica que operacionaliza as ações. Dessa forma a Assembléia geral decide os rumos, estuda os cenários, as oportunidades, aprovam contas, a diretoria toma decisões estratégicas e a equipe técnica executa. (DADOS DA PESQUISA, 2012).

No que se refere às principais conquistas e ações promovidas pela ONG Resposta, dar-se destaque: a) valorização dos direitos das crianças e dos adolescentes no mercado turístico em Natal, b) prevenção de casos de exploração sexual nas empresas do *trade*, c) investimento na área de educação de adultos, visando transmitir o aprendizado sobre a proteção das crianças e adolescentes, d) denúncias de casos de exploração sexual ao Ministério Público do estado do Rio Grande do Norte, e) proposição e acompanhamento da atuação da Frente Parlamentar dos Direitos das Crianças e Adolescentes na Câmara de Vereadores do município de Natal e na Assembléia Legislativa do estado do Rio Grande do Norte, propondo políticas públicas e ampliação do orçamento público para iniciativas de interesse das crianças e adolescentes, f) cobrança por políticas públicas para melhorar os sistemas de defesa e responsabilização nos casos de crimes cometidos contra crianças e adolescentes, g) adesão ao Código de Conduta como critério para a inserção de empresas locais no Programa de Qualidade em Serviços Turísticos, dirigido pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE/RN, i) Prestação de serviços e colaboração técnica para implantação de políticas corporativas, entre outros. (BARBOSA *et all*, 2008) e Ainda conforme CS2 :

> A mobilização do setor do turismo em torno da causa é uma conquista. Hoje nós temos 123 empresas signatárias do código de conduta. Temos um projeto mais abrangente, pois antes se centralizava muito em Natal e hoje já possui ações em Tibau do sul, em função do crescimento de Pipa. Todos os cursos superiores de turismo possuem certa aceitabilidade para abordar a temática, o que antes inexistia. Hoje eles apresentam disciplinas com carga horária, sobre ética, legislação e meio ambiente. Posso citar também a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) contra exploração sexual em 2003, sendo uma concepção nossa. A produção de material para diversas campanhas em aeroportos também é outro exemplo de ação da Resposta. Nós hoje somos os coordenadores locais das campanhas pelo Ministério do Turismo. Participamos de feiras nacionais que reúne o *trade* do turismo, para sensibilizar os operadores; atualmente estamos desenvolvendo uma metodologia focada nos adolescentes, para que eles se protejam. Eu acho que uma das grandes inovações da Resposta foi inserir os adolescentes nesta discussão, adolescentes de comunidades empobrecidas. (DADOS DA PESQUISA, 2012).

Partindo para ações quantitativas, a ONG Resposta é responsável pela capacitação na temática de turismo sustentável, de 310 colaboradores de empresas de turismo no RN somente no ano de 2006. Pode-se citar também que 53 estudantes de turismo foram capacitados na temática sobre a promoção do turismo sustentável e a proteção das crianças e dos adolescentes. A ONG Resposta também habilitou 162 condutores de veículos tipo *buggy*, 171 taxistas e 40 guias de turismo e recebeu apoio de estudantes universitários, que se engajaram nas causas, prestando serviços voluntários, promovendo eventos e participando das mobilizações sociais. (BARBOSA *et all*, 2008).

Dentre os principais parceiros da ONG Resposta, CS2 (2012) cita: a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Potiguar (Unp), Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN), Centro Educacional Dom Bosco, entre outros. Vale destacar que nem todas as parcerias garantem ajudas financeiras, muitas vezes ajudam cedendo seus espaços físicos para eventos, formações e outras ações.

Finalizando a caracterização da ONG Resposta, vale salientar que a mesma elegeu, diante do seu planejamento estratégico, medidas voltadas para a mobilização de recursos a fim de assegurar a sustentabilidade dos projetos desenvolvidos. A ONG Resposta possui uma política institucional que impede a organização de acessar fundos públicos com o objetivo de preservar sua autonomia diante do Poder Público.

As principais fontes de financiamento da organização são: as vendas de produtos da organização, permutas e patrocínios, mobilização de voluntários, captação de recursos junto a indivíduos e pessoas jurídicas, prestação de serviços de consultoria a fim de gerar receita para organização, investimentos. (BARBOSA *et all*, 2008).

(c) ONG Oceânica (Pesquisa, Educação e Conservação)

Com fundação datada de 01 de agosto de 2002, a ONG Oceânica é uma organização não governamental, sem fins lucrativos que atua no ambiente costeiro e marinho por meio do desenvolvimento de projetos de pesquisa, elaboração e implantação de programas de educação ambiental, auxiliando a criação e a manutenção de áreas de conservação, divulgando os resultados em meios de circulação acadêmica e mídia popular.

A ONG Oceânica possui sede própria, localizada na praia de cotovelo, possuindo escritório em Pirangi do Norte. Apresenta como missão: “Garantir a conservação dos ecossistemas costeiros e marinhos por meio da pesquisa e educação, respeitando a cultura e promovendo o bem estar humano atual e das futuras gerações." (ONG OCEÂNICA, 2012).

Na ata de fundação, em seu artigo nº 02, constam os objetivos que orientam e que dão suporte a todas as ações propostas e realizadas pela organização. São eles: promover pesquisa, projetos e programas nas áreas ambiental, cultural e social com o objetivo de gerar informações científicas necessárias à aplicação de estratégias de manejo e conservação dos ecossistemas marinhos; elaborar e implementar programas de educação ambiental; promover a identificação, criação e manutenção de áreas de conservação; oferecer estágios de capacitação nas áreas de pesquisa de campo; divulgação de resultados em meios de circulação

acadêmica e popular, através de reportagens, fotos, documentários. (ATA DE FUNDAÇÃO - ESTATUTO SOCIAL- ONG OCEÂNICA, 2012).

A presidência da ONG Oceânica é exercida pela Drª Liana Mendes e a diretoria é composta por Guilherme Pierri e Iacira Schier. A organização também conta com outros membros, serviços terceirizados (pessoal contratado) e voluntários que auxiliam no desenvolvimento dos projetos. O período das eleições ocorre a cada 02 (dois) anos, e conforme entrevista CS3 (2012) afirma que: "A ONG oceânica se reúne 01 (uma) vez por mês, quando necessário com maior frequência (quinzenalmente ou semanalmente), os encontros ocorrem na sede ou no escritório da organização."

CS3 declara que qualquer cidadão de Natal e de outros locais, que estiver interessado nas causas em que a ONG atua, pode através do *site* (oceanica.org.br) se cadastrar e/ou enviar um email de contato. Através desta ferramenta a ONG realiza chamadas nas redes sociais e universidades para participação em ações programadas e cadastra os interessados em participar das ações. É também por meio do *site* que a organização divulga o estatuto que rege toda a participação, tanto de membros da diretoria como dos voluntários. De acordo com CS3 (2012):

> Atualmente 09 membros compõem a diretoria da ONG e contamos com a participação de mais de 20 pessoas, envolvidas diretamente nas ações. Além disto, durante eventos como limpeza de praias, operação verão entre outras contamos com a participação de um grande número de voluntários.

Conforme a Ata de Fundação da ONG Oceânica (2012, p.2), capítulo II, artigo 08 (oitavo), existem três tipologias de sócios, são elas:

> a) sócios fundadores: são os que participaram da Assembléia Geral de fundação da sociedade e assinaram a Ata da Fundação, com direito a votar e serem votados em todos os níveis e instâncias; b) sócios efetivos: pode ser qualquer associado ou pessoa que não seja fundador da sociedade, efetivados pelas assembléias após, pelo menos, três meses de atuação na mesma. Possuem direito a votar e serem votados em todos os níveis e instâncias; c) sócios colaboradores: são as pessoas físicas ou jurídicas que, identificadas com os objetivos da entidade, solicitam e pagam as contribuições correspondentes, segundo critérios determinados pelas assembléias. Não possuem direito a votar e serem votados em nenhum dos níveis e instâncias. (DADOS DA PESQUISA, 2012).

Já no artigo 12 (doze) do referido documento, consta-se os deveres dos sócios, diante da ONG Oceânica.

> a) trabalhar em prol das atividades realizadas pela entidade e pela divulgação das mesmas; b) fazer cumprir este estatuto, o regulamento interno e as deliberações da assembléia geral e da diretoria; c) comparecer às assembléias gerais e as demais sessões que forem convocados; d) aceitar e exercer os cargos e comissões para que for eleito ou designado - salvo caso de força maior; e) manter e incentivar o espírito associativo; f) contribuir financeiramente para a manutenção da entidade na medida de suas possibilidades. (ATA DE FUNDAÇÃO DA ONG OCEÂNICA. 2012 p.2).

CS3 (2012), fala sobre a sua decisão em se envolver ativamente na ONG Oceânica, declarando que decidiu participar: “por acreditar que a instituição realiza um trabalho que contribui com a melhoria na qualidade ambiental e consequentemente na qualidade de vida das pessoas, promovendo o respeito ao meio ambiente e ao homem.”

Especificamente no município de Natal, a ONG Oceânica desempenha atividades relacionadas no combate e conscientização, por meio de campanhas, seminários, palestras e mobilizações sociais, conscientizando principalmente sobre a grande quantidade de lixo que é jogado nas praias urbanas, nas áreas costeiras e nas áreas marinhas próximas como Pirangi (Parnamirim e Nísia Floresta) e APA dos Recifes de Corais (Maxaranguape, Rio do Fogo e Touros). A título de informação, a ONG realiza também atividades de maior impacto como os projetos Ponta de Pirangi para conservação dos recifes (parrachos) de Pirangi e o Plano de Manejo da APA dos Recifes de Corais.

A ONG Oceânica conta com uma série de parceiros e patrocinadores, dentre os quais se destacam: Petrobrás, IBAMA/RN, IDEMA, Prefeituras, UFRN, empresas ligadas à área ambiental, empresas ligadas ao turismo e associações de pescadores, dentre outros. De acordo com CS3 (2012) “Temos relação com todos estes setores. É uma relação onde mostramos nossos resultados e contamos com a colaboração e compreensão maior ou menor dos diversos setores.” (DADOS DA PESQUISA, 2012).

(d) Conselho Comunitário de Ponta Negra

Único dos conselhos entrevistados dentro do recorte espacial da pesquisa, que apresenta ações que se vinculam diretamente ao turismo, o Conselho Comunitário de Ponta Negra apresenta como data de fundação o dia 16 de fevereiro de 1987, e possui sede situada na Vila de Ponta Negra. Atualmente apresenta como presidente, a conselheira Cintia Fernanda, assessorada por uma diretoria composta por 12 pessoas e mais alguns moradores e amigos que acabam se envolvendo com as causas do bairro.

O conselho abrange as áreas de Ponta Negra, Vila de Ponta Negra e Conjunto Alagamar com responsabilidade até a área do Praia Shopping. Coligadas ao Conselho existem as associações da cultura, dos quiosqueiros, dos locadores de cadeiras, ambulantes da praia entre outras.

É missão do Conselho, intermediar o diálogo entre a gestão municipal e estadual com os moradores do bairro. E segundo CS4(2012), esta relação é mantida até certo ponto, de forma positiva. CS4 (2012) exemplifica dizendo que:

> Foi elaborado um documento pelos moradores, com intermédio do Conselho, que levantava todos os problemas do bairro e sugeria soluções práticas para a resolução dos mesmos. Este fato motivou uma convocatória para reunião por parte do poder público, no entanto o projeto ainda encontra-se no papel. A receptividade existiu, no entanto, espera-se ainda pela efetividade. (DADOS DA PESQUISA, 2012).

Todas as ações do Conselho são divulgadas por meio de panfletos espalhados em alguns estabelecimentos comerciais do bairro e por meio da parceria com o movimento S.O.S Ponta Negra, o Conselho disponibiliza um *link* que serve para denúncias. CS4(2012) afirma que sua decisão de participar do conselho, foi motivada:

> Pelas discussões sobre o Plano Diretor no que tange as construções verticais próximas ao Morro do Careca, cartão postal da Natal/RN. O Plano Diretor está para ser revisado em 2012 e existem grupos com interesses distintos da comunidade, afirmando que a implantação de uma AEIS no bairro iria causar impactos ruins e que não traria vantagens. A última reunião data do dia 21 de dezembro de 2011 e eu como participante do bairro, não poderia me omitir. (DADOS DA PESQUISA, 2012).

As eleições do Conselho ocorrem a cada (02) dois anos, e são regidas por meio de um edital que confere regras e orientações para a eleição. Como instrumento regulatório de ações, o Conselho apresenta um Estatuto que rege as frentes de trabalho e que está atualmente passando por uma atualização de conteúdo. O processo de votação ocorre na própria sede do Conselho e em mais duas urnas espalhadas pelo bairro, onde o morador apresenta apenas um comprovante de residência para poder autenticar sua relação com o bairro e torná-lo apto para votação.

Os encontros e reuniões dividem-se em duas frentes. A primeira é quinzenal e composta apenas pela presidência e diretoria, e muitas vezes conforme a demanda dos problemas, as reuniões costumam ocorrer duas vezes na semana. Elas ocorrem na sede do próprio conselho ou no centro pastoral católico, quando a sede esta ocupada com alguma atividade esportiva (aulas de capoeira e *taekwondo*). Já as reuniões abertas para toda comunidade são nas sextas feiras em um período quinzenal. Segundo CS4 (2012) “O público também é bastante variável e a depende da pauta de discussão. Mais existe uma média de 40 pessoas nas reuniões abertas.”

Dentre as diversas ações que são promovidas pelo Conselho Comunitário de Ponta Negra, as que se ligam ao turismo, são as parcerias com o Serviço Brasileiro de Apoio Às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Norte (SEBRAE/RN) em cursos de capacitação e qualidade do atendimento. Estes cursos são destinados exclusivamente para os moradores que trabalham na orla de Ponta Negra. O Conselho também participa do projeto Orla, vinculado a Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo de Natal (SEMURB), que discute sobre a zona de proteção ambiental (ZPA-6) junto com o comitê gestor. Cita-se

também que diante de um curso de elaboração de projetos que a diretoria participou, foi firmada uma parceria, desta vez com a Casa Renascer, para o curso sobre empreendedorismo voltado para o trabalhador da orla.

Atualmente, sob responsabilidade da associação da cultura do bairro de Ponta Negra, foi fomentado um projeto que busca instalar na área da Vila de Ponta Negra, um turismo de base comunitária. O projeto foi apresentado na câmara temática do turismo e dele participam todas as associações já citadas e dentre as metas está à instalação de um roteiro gastronômico, apresentando ao visitante o diferencial que existe na localidade, fugindo um pouco dos elementos sol e mar.

Almeja-se, segundo CS4 (2012) “levar o visitante para comer uma tapioca na casa de um morador local, a participar do ensaio do coco de roda, do bambelô, da pesca de arrasto, jogar a tarafa, passear de jangada.” Conforme CS4 o maior legado fomentado pelo conselho foi:

> A valorização e o resgate da cultura local, por meio do projeto Encantos da Vila. Além das participações ativas das audiências públicas sobre a AEIS. Vale salientar que dentro da própria comunidade aconteceram audiências públicas, objetivando esclarecer a importância das causas e conscientizar o morador local do seu papel participativo. (DADOS DA PESQUISA, 2012).

Entre as parcerias, o Conselho conta com a Casa Renascer, Protagonistas da Paz, Movimento S.O.S Ponta Negra e as Associações do bairro (Associação dos Barraqueiros de Ponta Negra (ABPN), Associação dos Moradores, Empresários e Amigos de Ponta Negra (AME), Associação Representativa de Ponta Negra, Associação dos Moradores da Vila de Ponta Negra, Associação de Artesãos da Vila e da Praia de Ponta Negra e Associações e Centros Associação de Vendedores Ambulantes de Ponta Negra) . Todas as associações mencionadas apresentam vínculo direto com o Conselho de Ponta Negra, e são como subgrupos que apresentam o conselho como núcleo. Inexistem empresas privadas que se envolvam nas causas do Conselho.

Ainda conforme CS4, a relação do morador local com o turista e com a atividade do turismo é considerada boa, até porque a maioria da comunidade trabalha na praia. CS4 (2012) fala que “nos meses de alta estação, a população sofre uma adição em números, por conta de pessoas que moram no interior que alugam casas e quartos e vem para a área por conta do trabalho na alta estação do turismo.”

Nota-se que a Vila de Ponta Negra se modifica em função do turismo. As peixarias, os mercados, os ambulantes, os quiosqueiros entre outros, tudo se movimenta pelo

turismo. CS4 (2012) comenta que “A população é receptiva, mais falta um refinamento e uma capacitação voltada para gastronomia, garçons, qualidade no atendimento entre outros.”

Em seguida, mediante a comprovação da relação necessária entre turismo e capital social com vistas em um planejamento e gestão turística mais horizontal, divulga-se a percepção por parte das lideranças dos agentes sociais não hegemônicos, sobre as principais lacunas, dificuldades e possibilidades que esses movimentos vivenciam diante da prática diária e do conjunto de relações inerentes ao turismo natalense.

3.2 Lacunas, dificuldades e possibilidades referentes à mobilização e participação da sociedade natalense na *práxis* do turismo, sob a ótica das lideranças sociais em Natal/RN

Diante do exposto observa-se que é importante interpretar e entender a percepção das lideranças sociais de Natal, sobre as principais lacunas, dificuldades e possibilidades que os citados movimentos vivenciam na prática e no contexto de relações que marcam o turismo natalense. Cabe ressaltar que a tabulação completa e todo o processo construtivo dos discursos e da técnica empregada, podem ser visualizados na íntegra, nos apêndices D e E desse estudo. Para este momento, serão expostos apenas os extratos e fragmentos de maior significância para a discussão.

É necessário informar que mesmo com a declaração metodológica que sugere a construção dos discursos com o uso da primeira pessoa do singular (Eu), esta pesquisa, especificamente, faz o uso em algumas passagens, da primeira pessoal do plural (nós) para realizar a composição dos discursos, fato que se justifica devido às lideranças sociais natalenses, quando questionadas sobre as contribuições, sempre expressarem-se de forma coletiva: “nossa luta”, “nossos objetivos”, “nossos projetos”, o que impediu a construção do discurso na primeira pessoa do singular, como indicado na metodologia.

Outro ponto necessário a se justificar é que Putnam (2006) em nenhum momento comenta sobre possíveis “lideranças do capital social”, no entanto, sabe-se que o sentimento de civismo da população era bastante desenvolvido na Itália na época de sua pesquisa, o que de certa forma dispensou a formação de lideranças. No caso potiguar, como o civismo é tacitamente limitado, não se percebe motivação espontânea da população, e sem motivação se faz necessário alguém que lidere e direcione as ações.

Tendo feito as devidas ressalvas, a análise inicia-se com o primeiro Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), fomentado com base nas 02 (duas) questões referentes à percepção das lideranças sociais natalenses, relacionadas com a atividade de planejamento e gestão do

turismo do município de Natal/RN. O referido exame conta com representações das lideranças do Movimento S.O.S Ponta Negra, ONG Resposta, ONG Oceânica e Conselho Comunitário de Ponta Negra.

O discurso tem a finalidade de conhecer como as lideranças da sociedade civil percebem as principais lacunas, dificuldades e possibilidades relacionadas com as ações de mobilização e participação efetiva da população local nos processos decisórios, de tomada de decisão e por fim, de planejamento e gestão do turismo natalense. Para isso, o discurso referenciado, foi constituído por meio das seguintes perguntas:

(1) Na percepção do senhor (a) existem lacunas e dificuldades quanto à participação ativa da população natalense no processo de planejamento e gestão do turismo em Natal? Quais? Pode explicar melhor?

(2) Na compreensão do senhor (a), a mobilização e a participação popular no desenvolvimento do turismo em Natal/RN gera possibilidades para a população local? Em caso afirmativo, quais são elas?

Efetuando as devidas análises sobre o material coletado por meio das entrevistas, identifica-se em alguns momentos, a falta de estímulo e descrença em mudanças, e em outros momentos pontuais, um grande fervor em operar ações transformadoras. Percebe-se a falta de estímulo e de crença quanto a mudanças na medida em que se nota uma falta de identidade com as causas do município, consequência direta da parcela expressiva da sociedade natalense, que é composta por migrantes.

Observa-se também diante da análise, uma disparidade social e econômica bastante acentuada, fato que incita a população a buscar prioridades distintas e individuais. Torna-se um desafio o convencimento da população sobre a idéia de que ela é responsável direta pelo destino do município de Natal. Infelizmente, devido à forte segregação, a maioria busca exclusivamente o que é vantajoso pra si, enquanto sujeito individual, em detrimento da coletividade.

Associado a isto, nota-se também que o controle social é cada vez mais enfraquecido, devido à existência de uma forte pressão econômica exercida sobre a pressão política, somada com a falta de princípios de ética e de confiança, os quais levam os movimentos sociais a sucumbirem diante do forte poderio hegemônico do mercado e do Estado. Fica evidente um ciclo vicioso, CS1 (Movimento S.O.S Ponta Negra) afirma que:

> A principal dificuldade é a falta de resultados práticos e o resultado prático está ligado diretamente a boa vontade política. Não tem para onde correr. Só com pressão popular, a boa vontade política pode aflorar. E como não há um resultado prático a curto e médio prazo, esta pressão popular acaba enfraquecendo e a boa vontade política acaba sendo protelada em função do mercado. (DADOS DA PESQUISA, 2012).

Somado a tudo isso, CS2 (ONG Resposta) acrescenta dizendo que a omissão dos gestores públicos deixa a sociedade desacreditada, e exemplifica:

> Eu te pergunto: "O que mudou, por exemplo, na temática específica da Resposta, a gente ter sido governado 08 anos por uma mulher? A cidade ter sido cuidada por uma mulher? Temos uma nova gestão de mulheres, isso repercutiu em que, neste tema? Porque o discurso eleitoral é que eu vou cuidar da cidade, como eu cuido da minha casa. Eu sou mulher, eu sou mãe e eu vou cuidar. É um discurso todo de maternagem com a cidade. O poder público é omisso! No orçamento, quanto tem de dinheiro? Então essa inoperância do poder público faz a sociedade desacreditar e ai é um efeito bola de neve. A sociedade não acredita e por isso não se mobiliza, e por não se mobilizar, não há pressão nos políticos. (DADOS DA PESQUISA, 2012).

É importante pensar que o turismo não se operacionaliza somente por meio de cifras e divisas. Os aspectos sócio-culturais e ambientais também estão representados e são fortemente impactados pelo turismo. Motivados pela fragilidade conceitual do turismo é que alguns estudiosos o "vendem" como elemento capaz de dinamizar a economia dos países, principalmente para os momentos de crise que o sistema capitalista vivencia atualmente.

CS3 (ONG Oceânica) quando questionado, acrescenta que as principais dificuldades enfrentadas decorrem: "do pouco conhecimento do processo de participação por parte da maioria da população, além da representação falha desta população nos diferentes fóruns de discussão sobre a gestão do turismo."

No que se refere às dificuldades em se mobilizar a população local em ações de efeito social, CS2 (ONG Resposta), assevera que mesmo com alguns avanços, referindo-se a tradição da participação da ONG no Conselho Conetur/ Pólo Costa das Dunas[6], ainda é difícil mobilizar a população em torno de causas específicas, devido:

> Envolver estigmas, moral, sexualidade, e mil e uma coisas. Fazer as pessoas saírem de casa, desligar sua televisão e ir para as ruas fazer qualquer ação, ainda é um desafio. Porque a forma como é colocada pela opinião pública dificulta. No caso da Resposta, às vezes as agências internacionais divulgam que 300 milhões de crianças são exploradas no mundo por segundo e se você está em sua casa e escuta esse dado, pensa: "eu não tenho nada o que fazer com isso", porque é tão grande e absurdo, que as pessoas pensam: "quem sou eu? diante dessa problemática desse tamanho." Então o discurso sensacionalista da imprensa é muito desmobilizador. Eu considero que muita gente não se envolve nas temáticas porque ela está associada a redes criminosas, mega ações policiais, quadrilhas internacionais, levando a população a se sentir muito pequena em torno desta problemática. Precisamos divulgar que do

[6] O CONETUR é instância estratégica, inclusive do ponto de vista de investimentos, para o turismo do RN. (FONSECA, 2005).

> lugar que você esta você pode fazer a sua parte, é isso que a Resposta quer estimular. (DADOS DA PESQUISA, 2012).

No que tange às possibilidades, CS3 (ONG Oceânica), afirma que com os devidos aparos das arestas mencionadas anteriormente:

> As ONG´s, associações e demais organizações populares podem oferecer uma importante representação para a população local, com possibilidade de participação efetiva em fóruns de discussão sobre o turismo, além de projetos e atividades organizadas. (DADOS DA PESQUISA, 2012).

Ainda referindo-se às possibilidades, CS1 (Movimento S.O.S Ponta Negra), baseia sua análise no viés que fala sobre os problemas que ocorrem quando inexistem tais oportunidades de melhorias. Para a liderança existem grandes prejuízos no que se refere ao não fornecimento de possibilidades que visam o bem estar do morador de Natal, dessa forma:

> Os espaços públicos diminuem. Não temos mais praças, praças esportivas, calçadão, transporte público eficiente. Não temos sequer um plano para ciclovias.A inexistência no plano de mobilidade para a Copa do Mundo de ciclovias e calçadas é uma grande perda. A outra perda é que por falta de pressão, o poder público acaba sendo ineficiente. Muitas verbas deixam de ser encaminhadas para a cidade por falta de projetos. E sem projetos não vem dinheiro e sem profissional capacitado não tem projeto. A falta de técnicos capacitados na prefeitura, que se utiliza de cargos comissionados e de companheiros políticos não qualificados é nítida. Esses profissionais não têm capacidade de elaborar projetos, uma vez que são os projetos que vão chancelar o recebimento de verbas Públicas, Federais ou até Internacionais para o saneamento da cidade, para recuperar uma biblioteca, construir uma praça. É um ciclo vicioso de incompetência generalizada e a falta de controle e pressão social, que mais uma vez esta enfraquecida, acaba justificando essa incompetência. (DADOS DA PESQUISA, 2012).

Diante das questões citadas, as lideranças sociais expuseram algumas expressões chaves, as quais receberam destaque na pesquisa. São as partes principais do discurso de cada entrevistado, conectadas a partir das idéias centrais expostas no Quadro 03.

IDÉIAS CENTRAIS (IC)
(A) Importância de ações com efeito prático;
(B) Influência do processo histórico sócio-cultural;
(C) Disparidades econômicas e sociais;
(D) O valor da participação popular efetiva;
(E) As falhas do poder público;
(F) Investimento em educação;
(G) O papel da imprensa;
(H) A contribuição do capital social.

Quadro 03: Idéias centrais referentes à percepção de lacunas, dificuldades e possibilidades relacionadas à mobilização e participação da sociedade natalense na práxis do desenvolvimento do turismo, sob a ótica das lideranças sociais de Natal/RN.
Fonte: Dados da Pesquisa, 2012.

Em consequência disso, o primeiro DSC construído com base no ponto de vista das lideranças sociais de Natal/RN, com relação às percepções das lacunas, dificuldades e

possibilidades referentes à mobilização e participação da sociedade natalense na *práxis* do turismo é apresentado no Quadro 04.

Existem muitas dificuldades para mobilizar a população local e mantê-la como participante ativa. A principal delas é a falta de resultados práticos, os quais estão ligados diretamente à boa vontade política. Como inexistem resultados práticos a curto e médio prazo, a pressão popular enfraquece e a boa vontade política acaba sendo protelada. Eu tenho certeza que somente com pressão popular, a boa vontade política pode aflorar. As pessoas justificam que, como não existem resultados rápidos para os problemas emergenciais, elas não se envolvem. Por isso percebo a necessidade de desconstruir algumas idéias. É preciso divulgar que do lugar que o cidadão está, ele pode fazer a sua parte.

Outra dificuldade que posso citar sobre mobilizar a população em torno destas causas é o envolvimento de estigmas, mitos e elementos moralistas. É uma questão histórica e sociocultural. A sociedade natalense é formada por gente de outras cidades, estados e até outros países e isso enfraquece a identidade cultural do município e acaba não favorecendo a um sentimento de pertencimento. Já existe um consenso que afirma que não é a lei quem vai resolver, apesar de dar um amparo legal. Posso citar casos, que mesmo alcançando soluções, existe resistência à participação, até por outras oportunidades passadas que fracassaram.

Os abismos sociais existentes em Natal é outra grande dificuldade em se mobilizar a população local em torno das causas que defendem seus direitos. Posso citar que do final dos anos 1980 e início dos anos 1990, o município recebeu muita grana, e em contrapartida o Estado e principalmente Natal, era extremamente pobre no início dos anos 1980. Com a chegada desse dinheiro, de forma rápida, as pessoas se perderam e não souberam se controlar. Daí você vê uma disparidade social e econômica muito grande em Natal. Enquanto algumas pessoas querem defender o crescimento e um desenvolvimento responsável e equilibrado do município, quem tá ganhando altos salários, morando em altos prédios, com altos carros, não tá nem ai para o que está acontecendo fora dos seus altos muros. O que ele não quer é o trânsito, mas espaço público? Não importa!

Devido à situação de desigualdade, infelizmente a maioria da população, só quer tirar proveito próprio, tirar vantagem das situações. Por isso, penso que o primeiro e grande desafio é convencê-las que elas são responsáveis pelo destino, presente e futuro do município. Esta situação acaba limitando a abrangência dos agentes sociais não hegemônicos (elementos do capital social) em Natal.

As pessoas acreditam que somos 50.000 pessoas, o que na verdade somos 300,

500 pessoas que fazem barulho por 50.000. E são sempre as mesmas pessoas que estão atingindo a zona norte, sul, leste e oeste. Para tudo que é assunto, a gente acaba topando com as mesmas pessoas. O reduzido número de pessoas envolvidas dificulta e diminui efetivamente a pressão que poderíamos fazer sobre assuntos e cobranças como áreas públicas de lazer, transporte público eficiente, espaços para ciclovias entre outros. Por conta da falta de pressão, grande parte desses itens não está contemplada no plano de mobilidade da copa de 2014 que se aproxima.

Percebo que participação popular em todos os processos da gestão pública em geral e principalmente nas questões específicas do turismo, deixa a desejar. E das poucas oportunidades que surgem, boa parte não sabe representar de forma coerente e organizada suas queixas e dúvidas, revelando com isso várias falhas nos fóruns de discussão sobre a gestão do turismo. É preciso que a população enxergue que a grande dificuldade que as lideranças enfrentam de mobilizar, ocorre justamente por não haver uma representatividade efetiva da comunidade.

Penso que todas as dificuldades e lacunas originam-se, em grande parte, da pressão econômica exercida pelo Mercado sob a política afetando diretamente o Estado. A omissão dos gestores públicos deixa a sociedade desacreditada. O que falta é vontade política. Uma vez que no discurso eleitoral, os candidatos falam que vão cuidar de Natal, como cuida da sua própria casa. “Eu sou mulher, eu sou mãe, eu vou cuidar.” É um discurso todo de maternagem com o município, mas na hora do orçamento isto não está posto em prática. Então a inoperância do poder público faz a sociedade desacreditar e ai é um efeito de bola de neve. A sociedade não acredita e por isso não se mobiliza, e por não se mobilizar, não há pressão nos políticos.

Então no meu entendimento, existe a necessidade de um comprometimento maior do poder público. O poder público continua sendo omisso com o turismo, em especial. Eu acredito que somente com a pressão popular, a boa vontade política pode aflorar. E como não há resultados práticos a curto e médio prazo, esta pressão popular acaba enfraquecendo e a boa vontade política acaba sendo protelada. Justamente por falta de pressão popular, o poder público acaba sendo ineficiente.

Muitas verbas deixam de ser encaminhadas para Natal por falta de projetos. E sem projetos não vem dinheiro e sem profissional capacitado não tem projeto. A falta de técnicos capacitados na prefeitura, que se utiliza de cargos comissionados de confiança de companheiros políticos não qualificados, é evidente. Eles não têm capacidade de elaborar

projetos, os quais justamente vão chancelar o recebimento de verbas públicas, Federais ou até Internacionais visando o saneamento, a recuperação de bibliotecas, a construção de praças etc. É um ciclo vicioso de incompetência generalizada ocasionando a falta de controle e pressão social.

Somado a isto, também cito que existe uma pobreza generalizada nos segmentos que compõem o capital social de Natal. Os movimentos acabam sucumbindo ao poder econômico e ao poder político por troca de favores. Dessa forma, inexiste coerência, e por essa razão o controle social é cada vez mais enfraquecido.

Observo que só teremos melhores oportunidades quando houver um maciço e necessário investimento por parte do poder público na educação da população local, visando uma maior conscientização e esclarecimento de seus direitos e deveres enquanto cidadãos. Sem querer justificar a inexistência de uma maior participação popular nas causas sociais do município de Natal, devo admitir que é difícil participar de algo que não se tem conhecimento, que não se sabe como opinar, entre outros fatos.

Além de tudo que já citei, ainda tem outro item que dificulta esse processo de conscientização e adesão da população. A imprensa de Natal que devia servir como canal de mobilização, acaba se tornando, por meio de seu discurso sensacionalista, um canal que desmobiliza a população local. Eu considero que muita gente não se envolve na temática porque a imprensa associa-a a redes criminosas, mega ações policiais, quadrilhas internacionais entre outros, levando a população a se sentir muito pequena em torno desta problemática.

Posso afirmar que a forma como as questões são colocadas pela opinião pública, dificulta a adesão. Às vezes as agências internacionais divulgam que 300 milhões de crianças são exploradas pelo turismo sexual no mundo por segundo e o cidadão está em sua casa e escuta esse dado, pensa: “eu não tenho nada o que fazer com isso”, porque é tão grande e absurdo, que as pessoas pensam: “quem sou eu? Diante dessa problemática desse tamanho.” e dessa forma deixa de participar, de se envolver e de lutar por melhorias.

O que ainda me dá ânimo e me faz querer lutar por esta causa é a certeza que temos solução para esta conflituosa situação. A população local tem em suas mãos o poder de representar os seus anseios e necessidades diante da expansão do turismo. Para que tenhamos uma representação e participação ativa em fóruns de discussão sobre o turismo, além de projetos e atividades organizadas para discussão e promoção dos mais variados temas, é preciso organização e conscientização do fundamental papel que a população

detém. Devemos exigir e fiscalizar as ações do Estado, que afetam nossa qualidade de vida, bem-estar e por fim, nosso cotidiano como um todo. Somente com esta participação efetiva, conseguiremos resultados mais abrangentes. A população precisa descobrir todo o seu potencial existente e legal, garantido por lei.

Quadro 04: DSC (I) - Percepção de Lacunas, dificuldades e possibilidades referentes à mobilização e participação da sociedade natalense na *práxis* do desenvolvimento do turismo, sob a ótica das lideranças sociais de Natal/RN
Fonte: Dados da Pesquisa, 2012.

Por meio das respostas apresentadas fica evidenciada a dificuldade de convencimento da população local, que os esforços coletivos de uma sociedade organizada e até mesmo as atitudes individuais podem garantir melhorias efetivas no que se refere à qualidade de vida e a cidadania local. O histórico dos planejamentos e dos discursos que não se efetivam em ações práticas, desmobiliza qualquer possibilidade de engajamento nas causas sociais, justamente por transparecer que o tempo passa, os problemas se intensificam e a participação popular não tem validade alguma diante da tomada de decisão.

Fica evidente que devido à grande disparidade social e econômica alocada em Natal, o sentimento de desconfiança passa a ser fomentado em meio às diversas relações sociais do município, o qual ainda apresenta uma pequena parcela da população desfrutando de privilégios. O cidadão não confia no poder público (Estado), tendo em vista que o mesmo se subordina ao Mercado, fomentando assim um processo falho e ineficaz na concepção do que é "público", logo o Estado deixe de dar o respaldo legal à população que o instituiu. Essa situação acaba incentivando as individualidades.

Por conta disso, a sociedade natalense caminha em sentido contrário do que Putnam (2006) indica ser o melhor direcionamento para se poder desenvolver e constituir um capital social, que é o de estimular o sentimento de "confiança" nos relacionamentos entre os próprios cidadãos e o Estado. Isso demonstra que, sem a união motivada pela confiança de que é possível desenvolver uma oposição legal e conhecedora de seus direitos e deveres, o pouco de resistência social que o município de Natal apresenta na contemporaneidade, fica limitada aos esporádicos momentos de civismo.

Percebe-se que os entrevistados dão ênfase à necessidade prioritária em se desenvolver políticas mais eficazes que busquem um salto de qualidade na área da educação municipal. Acredita-se que somente com uma educação de qualidade e liberdade política, se pode desenvolver uma conscientização efetiva da população local. Provocando com isso, uma

forma inteligente e eficaz de se exigir, participar, questionar e denunciar ações e decisões que violem os seus direitos, enquanto cidadãos.

Diante dos debates e questões já levantados, encontra-se uma aceitável alternativa, na qual se pode expandir o turismo sem impossibilitar ou impedir o desenvolvimento dos munícipes. Visualiza-se no Turismo de Base Local uma possível possibilidade para equalizar os objetivos econômicos e sociais, associados à expansão do turismo em Natal/RN.

Pela comprovação da inexistência efetiva de um turismo de base comunitária em Natal/RN, é que se sugerem novas possibilidades para o turismo se desenvolver a partir da comunidade local, visando à construção de ações pensadas, articuladas e efetivadas a partir de relações horizontais, excluindo com isso uma produção espacial do turismo que limite a população local em espaços mal ordenados, que comprometem a qualidade de vida das pessoas.

3.3 O Turismo de base local como uma "alternativa" viável no processo de (re) produção do espaço urbano em Natal/RN: breves considerações

Para o fomento do turismo é imperativo o uso do planejamento e do ordenamento, que devem ser utilizados por todas as etapas de implantação e expansão da atividade, a fim de minimizar os impactos danosos. Todavia, em diversos municípios do país, inclusive em Natal, é percebível a expansão turística desordenada, com pífios resultados sociais, justamente por sobrepor os quesitos econômicos sobre os demais ativos que estão contidos na conjuntura, acarretando desse modo, prejuízos em diversas áreas sociais.

Esta realidade sinaliza que o turismo acaba sendo incentivado, na maioria dos casos, assumindo características restritas de um produto comercial, deixando de lado a idéia de uma prática que remete as experiências, ao descanso, ao usufruto do tempo livre e até ao próprio desenvolvimento, para se impregnar de fortes características mercantis.

Sabe-se que diante da prioridade que é dada à dimensão mercadológica, ocorre um descompasso no que diz respeito ao usufruto do tempo livre e ao respeito à comunidade receptora, estimulando na maioria das vezes, uma descaracterização da cultura local, uma elevação dos índices de vazamentos de renda, a alteração de ambientes naturais, a incitação à especulação imobiliária e a exclusão territorial de residentes.

Percebe-se que esses impactos são ainda mais deletérios nas localidades vulneráveis, onde a expansão do turismo é apresentada como alternativa de melhoria das condições de vida, e que ao fim dos processos, acaba se transformando em um fator de

agravamento da situação social vivenciada na localidade devido à inexistência de um planejamento e ordenamento estratégicos e participativos.

Diante da atual mundialização dos mercados, onde desenvolvimento local soa contraditório (CRUZ, 2008), o grande desafio para o turismo atual é mostrar a todos os seus gestores que, mesmo com um aumento das cifras movimentadas nas localidades e dos ganhos econômicos, se inexistirem parcerias e cooperação entre os agentes envolvidos, não se consegue alcançar desenvolvimento algum a partir do turismo. Entende-se que não se alcança um turismo justo sócio-economicamente, por meio de uma sociedade fracassada.

Observa-se que algumas localidades, por meio da mobilização e organização da sociedade civil, desenvolvem iniciativas diferenciadas, baseadas no modo de vida local. Com efeito, Rodrigues (2000) enfatiza a idéia de que para se conseguir enfrentar toda esta conjuntura problemática, é preciso elaborar novas políticas sociais e econômicas, das quais se resgatarão os valores culturais, a ética, as relações sociais cotidianas, estimulando assim um desenvolvimento que se alicerça a partir da localidade.

Este estímulo à atividade do turismo remete a idéia da construção de um desenvolvimento local, a fim de se poder lograr um desenvolvimento estruturado e, caracteristicamente social antes de tudo. Esta situação é confirmada por Coriolano (2003, p.64) quando a mesma afirma que:

> O desenvolvimento local é o desenvolvimento endógeno, de dentro para fora, de baixo para cima, é o desenvolvimento social, o desenvolvimento do homem, das condições humanas, são as buscas de alternativas para criar novos cenários e priorizar outros atores sociais, como os trabalhadores, as mulheres, os jovens, os vizinhos, os residentes, os excluídos, os nativos, as comunidades.

Orientando-se pela perspectiva abordada por esta dissertação, cabe aqui fazer uma observação no que se refere à conceituação do termo “desenvolvimento”. Considera-se por desenvolvimento, a aglutinação dos conceitos dos autores Souza (1999) e Sen (2000), que firmam suas bases em escopos sociais para aludir o que melhor definiria o termo.

Segundo Souza (1999, p.18) desenvolvimento é “um processo de superação de problemas sociais, cujo âmbito uma sociedade se torna, para seus membros, mais justa e legítima.” Seguindo uma lógica concatenada, Sen (2000) fala que desenvolvimento consiste na supressão de privações de liberdade que confinam as preferências e as oportunidades das pessoas exercerem ponderadamente suas perspectivas e sua qualidade de cidadão livremente.

Sendo assim, percebe-se que em algumas localidades, o turismo começa a apostar na forma de planejamento e gestão que busca um desenvolvimento de base comunitária, como meio de alcançar o modo de melhor se expandir, sem provocar tantos transtornos. Esta

ocorrência que busca o desenvolvimento do turismo de base local, que pode ser chamado também de turismo de base comunitária (TBC), além de focar na tomada de decisão e no empoderamento por parte dos moradores locais, também tem captado atenção e se refletido em âmbito internacional.

Nesse contexto, vários autores (MOWFOTH e MUNT, 2006; SHARPLEY e TELFER, 2008; SEBELE, 2010; KYTZIA, WALZ e WEGMANN, 2011) buscam inserir nas discussões temáticas, questões que versam sobre a participação local e sobre a responsabilidade comunitária na difusão da atividade do turismo.

Neste sentido, o turismo de base comunitária passa a ser visto como um influente aliado para o encurtamento da distância social, visando uma melhor participação popular por meio da cooperação e de seu empoderamento frente aos objetivos e metas traçados em função do turismo. Compreende-se então, um desenvolvimento com base local, sendo conceituado como:

> Um processo de crescimento e transformação estrutural que, mediante a utilização de um potencial de desenvolvimento existente no território, conduz a uma melhoria do bem-estar da população local, sendo ela capaz de liderar este processo de transformação estrutural. As ações que emergem a partir deste processo de inovação resultam em uma realidade territorial nova que se origina da ação contínua das forças internas. Emerge, então, a necessidade de uma articulação interna, estimulando a inovação social na medida em que são incentivados projetos locais que conduzem ao crescimento. (CARVALHO e NASCIMENTO, 2008, p.5).

Deste modo, observa-se que é possível planejar e gerir o turismo como um fator capaz de gerar novas oportunidades, contribuindo para o processo de desenvolvimento, propiciando inclusão, e sinergicamente, favorecendo a mudança atitudinal de todos os agentes sociais envolvidos.

Contribuindo ainda na conceituação sobre desenvolvimento local, Seabra (2007, p.219-220) acrescenta dizendo que: “Desenvolvimento local é o resultado de um compromisso que compreende o espaço como lugar de solidariedade ativa, o que implica mudanças de atitudes e comportamentos de grupos e indivíduos.”

Ao inserir os elementos já discutidos no turismo, Sharpley e Telfer (2007, p.150) afirmam que o turismo de base comunitária (TBC) “é uma forma de desenvolvimento mais sustentável do que o tradicional turismo de massa, pois permite que as comunidades receptoras fujam das garras hegemônicas dos operadores turísticos e dos oligopólios das elites ricas a nível nacional.” Consequentemente, o TBC destaca-se pela mobilização da comunidade na luta por seus direitos contra os grandes empreendedores do turismo de massa que normalmente buscam ocupar o território, trazendo sérias ameaças para a qualidade de vida e as tradições da população local.

O TBC prioriza a construção de um modelo alternativo de desenvolvimento associado ao turismo baseado na autogestão, na governança, no associativismo, no cooperativismo, na valorização da cultura local e, principalmente, no protagonismo das comunidades locais, visando à apropriação, por parte destas, dos benefícios advindos da instalação e expansão do turismo de forma mais representativa. Fato que o coloca em lugar de destaque e como possibilidade real do equilíbrio entre turismo, mercado e população local.

Esta exposição conceitual revela a legítima aproximação e conectividade entre o desenvolvimento de um turismo de base comunitária e a constituição efetiva de um capital social, na busca por gerar resultados com escopos mais horizontais e coletivos, incluindo a própria produção espacial voltada para atender as demandas da atividade turística. Podendo desse modo, se revelar como uma possível alternativa para processo de (re) produção do espaço urbano natalense.

Como orientação para o fomento que visa o desenvolvimento de base local aportado no turismo sugere-se, embasado por Sergio Boiser (2001 *apud* SEABRA, 2007, p 22), as seguintes orientações específicas:

(a) perseguir a prática da democracia, da justiça, da ética e da solidariedade, entendendo que o ser humano, como sujeito coletivo tem antes de tudo um compromisso com seus semelhantes;

(b) Como marco material e/ou instrumental, coloca-se os recursos materiais, as condições de pleno emprego com dignidade, a distribuição equitativa dos benefícios e o uso de tecnologias de baixo impacto;

(c) Como marco sinérgico, surge um pacto coletivo que desenvolve cenários tedenciais desejáveis, que expressam um projeto, onde os sujeitos locais engajados numa rede de relações passam a estabelecer vínculos de cooperação, de solidariedade e de ajuda mútua;

(d) Como marco endógeno há que se valorizar o capital cognitivo cultural, simbólico, priorizando a memória coletiva, o patrimônio, valores importantes a serem priorizados em projetos de turismo. Aqui também estão inseridos os valores cívicos e institucionais.

Visualiza-se que os parâmetros participativos surgem como pré-requisitos para a estruturação da oferta de um turismo mais igualitário, que apresente redes de comércio justo,

ações de desenvolvimento local endógeno e práticas de economia solidária espalhadas por toda cadeia produtiva do turismo.

Seguindo estas diretrizes, foram estruturados os pilares que fundamentam as práticas do turismo de base comunitária. Para Sharpley e Telfer (2008, p.124) “O turismo de base comunitária é um tipo de turismo que integra altos níveis de desenvolvimento com a comunidade.”

Vale informar que, adota-se nesta pesquisa uma concepção de sustentabilidade, direcionada para o entendimento que visa ir além do uso do termo, que data de 1987, ano que surgiu o conceito sobre sustentabilidade lançado pelo Relatório Brundtland, intitulado de: “Nosso futuro comum”. O documento citado faz referência à sustentabilidade, afirmando que é a forma de desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades. (MARANHÃO, 2009). No entanto, observa-se que os quesitos econômicos continuam sendo os fatores prioritários , quando se fala em desenvolvimento, fato que leva Rodrigues (2000, p.174) a dizer que “o desenvolvimento é aquilo que pode ser contado.”

Busca-se, portanto, uma sustentabilidade que possa ser construída socialmente e que ultrapasse as interfaces econômicas, procurando equilibrar as dimensões: econômica, social e ambiental, visando o uso mais racional e cooperativo dos elementos. Trata-se de redirecionar a ênfase dada para o crescimento contínuo da economia, refletindo no compromisso com a preservação do meio ambiente, no qual apresenta o homem, como um de seus principais componentes. Não se pode continuar aceitando que a atividade econômica siga em rota de choque com a natureza (CAVALCANTI, 1994) e mesmo assim esperar resultados positivos.

Enfim, é preciso pensar a sustentabilidade, mediante a construção e o estímulo do pensar do cidadão, levando-o por meio do civismo diário, para práticas mais “limpas” e conscientes, fazendo-os assim, ressignificar suas atitudes e modo de vida. (RODRIGUES, 2000).

Contudo, é preciso deixar claro que não se deve atribuir ao turismo, exclusivamente, o sucesso ou o fracasso de um processo de desenvolvimento de um determinado espaço geográfico, seja uma comunidade, um município ou uma região. O turismo requer, como qualquer outra atividade econômica, de outros suportes complementaridades e da integração com outras atividades no sentido de fomentar um maior equilíbrio entre a racionalidade econômica, as questões socioambientais e culturais.

Segundo Dantas (2005), o crescimento não se constitui como ponto de partida para o desenvolvimento humano, e nem tampouco seu fim, mas antes de tudo representa um suporte para este fenômeno. Percebe-se que o ato de desenvolver é que faz crescer e não o contrário, como é apregoado tão fortemente. O crescimento, então, torna-se importante para assegurar a continuidade do desenvolver.

O que se compreende, é que a população local precisa sentir-se parte do processo de desenvolvimento, e o turismo bem planejado, baseado na participação democrática pode contribuir significativamente para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental de regiões com potencialidades turísticas, visando à melhoria da qualidade de vida e o bem comum dos cidadãos.

No entanto para que o desenvolvimento do TBC seja concretizado, é essencial a boa relação entre os agentes. Fato que confirma que o turismo não pode ser desenvolvido isoladamente pela comunidade, ou pelo poder público ou pelo mercado. Ao contrário disso, com todos esses agentes conscientes de seus papéis, se consegue formar uma base para o turismo de base comunitária efetivo.

4 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO TURÍSTICO NATALENSE: ERROS E ACERTOS

Na medida em que o turismo nas localidades vai se consolidando, inicia-se dentre outros direcionamentos, um processo de produção, e quando necessário de (re) produção dos espaços, com o intuito de adaptá-los para melhor receber o fluxo de visitantes. Portanto, torna-se um desafio para os estudiosos da área, analisar essas espacialidades, compreendendo-as na forma como elas podem interferir na dinâmica cotidiana, buscando por meio dessa compreensão, causar o mínimo de impactos negativos à sociedade local. Corroborando com esta idéia, Fonseca e Costa (2004, p.2) afirmam que:

> O crescimento da atividade turística tem provocado a refuncionalização de muitas áreas e imprimindo novas formas-conteúdo aos destinos turísticos. A compreensão da racionalidade manifestada nesses novos espaços, cuja produção é induzida pela atividade turística, constitui um desafio para os estudiosos preocupados em compreender a redefinição da dinâmica sócio-espacial emergente no contexto da acumulação flexível.

Por meio deste viés evidencia-se a análise do turismo como um fenômeno socioespacial, que se reveste de um grande número de atividades produtivas e disso se explica, em partes, a sua capacidade de produzir e de (re) produzir os espaços para o seu uso. Logo a premissa que norteia esta análise, compreende o turismo como uma prática social e, sobretudo, quando visto como atividade econômica, adquire a função de um vetor da produção espacial. (CRUZ, 2008).

Dessa forma, nota-se que a produção do espaço a partir do turismo denota um processo contraditório de modificações espaciais, que somado as relações intrínsecas a este, apresenta na maioria dos casos, efeitos contrários àqueles que são esperados pela comunidade local e prometidos pelos gestores, deixando um acúmulo de prejuízos, muitas vezes por meio da violação dos direitos do cidadão.

Castells (1999, p.500) elucida essa realidade dizendo que “é no espaço que ocorre tendências contraditórias derivadas de conflito e estratégia de atores sociais que representam interesses e valores opostos.” Esta situação revela a dissonância de objetivos e metas existente entre os planejadores e gestores do turismo e as comunidades locais.

Faz-se necessário neste momento, após explanação sobre a conceituação do turismo, entender melhor o que venha a ser este espaço mencionado, para em seguida, poder correlacionar com exatidão como acorre a sua produção no campo onde o turismo atua e por fim entender como o capital social interfere nesta dinâmica produtiva.

Deste modo, o espaço surge como elemento imprescindível para o turismo poder se expressar na sociedade, compreendendo-o, portanto, como algo socialmente produzido. O

espaço é a principal categoria de análise geográfica e enquanto totalidade, Santos (2009, p.63) o define como:

> Um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados, isoladamente, mas como um quadro único no qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina.

Assim pensando, o espaço é resultado direto da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados por objetos naturais e artificiais. Neste sentido, o espaço é reflexo imediato da sociabilização entre os agentes, por meio dos fixos produzidos pelo próprio homem.

Dito de outra forma, Gottdiener (2010) revela que o aspecto teórico mais relevante do espaço é sua natureza multifacetada. Desta forma, o espaço é uma ampla área de conhecimento que não pode ser analisada isoladamente por meio de limites e relações territoriais de propriedade. Ele apresenta uma pluralidade de preocupações de ordem material e social, levando sua análise para um patamar de subjetividades.

Assim sendo, o espaço é simultaneamente o local geográfico da ação e a possibilidade social de engajar-se nesta ação. Ele não só representa o local onde o capital social pode atuar como significa também a permissão social de engajar-se nesses movimentos sociais.

É no espaço, portanto, que ocorrem todas as relações sociais empreendidas pelo homem, representando a construção coletiva da sociedade num processo cumulativo de sua cultura, sua economia, seus sonhos, anseios e suas realizações. O espaço expressa a condição humana na íntegra. (FURTADO, 2005).

Quando analisado junto com o turismo, o espaço caracteriza-se como um objeto de consumo e um instrumento político nas mãos dos gestores, o que acaba transformando-o também em um elemento basilar da luta de classes. Evidencia-se no espaço, a possibilidade de formação de um capital social que busque direcionar ações ligadas ao turismo, a fim de captar melhorias coletivas para as comunidades locais. Furtado (2005, p.9) corrobora dizendo que “é no espaço que ocorre os processos que produzem, reproduzem e transformam as sociedades.”

Entende-se, pois, que a produção do espaço é direcionada em grande parte por um caráter político. A oposição entre os sujeitos sociais a favor do crescimento econômico e os que são contra este crescimento, representa uma luta ideológica e histórica pelo uso desse espaço. Gottdiener (2010, p.223) assegura que:

> A ideologia pró-crescimento prega que mais moradia e desenvolvimento comercial resultarão em mais pessoas e mais vendas, que por sua vez produzirão mais receitas de impostos locais e mais empregos devido à maior gestão local. A ideologia do não-crescimento prega que o desenvolvimento traz para uma área mais pessoas do que as instituições locais como escolas e hospitais, podem atender. Um aumento no desenvolvimento da terra produz poluição, congestionamento de trafego [...] entre outros impactos negativos.

O espaço, concomitantemente, passa a ser visto como: o objeto material, o meio que fomenta as relações sociais e por fim, o reprodutor de objetos materiais e de relações sociais, abarcando a sociedade em todos os níveis.

Aprofundando a leitura, no que tange à expressão “produção do espaço”, esta só foi lançada nos anos 1960 do século XX, pelo filósofo francês Henri Lefèbvre, que de modo resumido e utilitário, definiu-a como a própria (re) produção da vida. Revelando neste momento que a produção do espaço está fortemente conectada ao jogo de interesses entre os agentes, fruto das relações simbólicas e conflitantes do capitalismo em suas múltiplas facetas.

Entende-se, portanto, que o espaço urbano é construído no meio antes natural e, em seguida manipulado numa teia de ações sociais, onde as relações entre os agentes envolvidos nem sempre resultarão na aplicabilidade de soluções que visem os anseios da maioria. (CRUZ, 2008).

Para Gottdiener (2010), o processo de produção do espaço compreende a organização socioespacial como consequência direta das relações entre processos econômicos, políticos e culturais. Tornando necessária uma abordagem sintética para além dos pólos da estrutura e da ação, unindo-os em uma explicação articulada entre sociedade e espaço, para se poder melhor apreender sobre a produção espacial.

Observa-se que a produção do espaço abarca o setor imobiliário, envolvendo elementos do capital financeiro e corporativo. Ela insere também questões políticas, grupos locais de ativistas, partidos políticos, ambientalistas entre outros agentes. Os interesses e conflitos desses elementos formam o fio condutor de mudanças no espaço, que são estimuladas por processos societários densos. (GOTTDIENER, 2010).

Aproximando a análise e o discurso para o município de Natal, é possível identificar algumas intervenções produzidas no espaço de forma não participativa, as quais provocam a transferência “forçada” dos moradores locais para áreas periféricas. Esta situação incoerente ratifica a necessidade de potencializar a participação da população local nos processos de produção do espaço a partir do turismo.

Não se quer afirmar aqui que toda a produção ou (re) produção do espaço para fins turísticos no município de Natal seja errônea e danosa. No entanto, a ocorrência dessas

modificações, sem a devida participação popular, pode acarretar sequelas graves para a vida cotidiana dos que residem na localidade e dessa forma interferir nos costumes e peculiaridades locais, vistos até então como elementos essenciais, que fornecem ativos competitivos para o ambiente turístico. (VALLS, 2006).

Cabe ressaltar que diante da fase de *internacionalização do turismo,* vivenciada pelo Rio Grande do Norte (RN), visualizada especialmente na capital Natal, observa-se forte especulação imobiliária, venda e construção de casas vinculadas a segunda residência e complexos turísticos. Ilustrando com isso a mercantilização do espaço natural, chamado por Santos (2009) de "natureza natural", sem a utilização de normas ou parâmetros que norteiem o uso e a preservação desses ambientes, que aos poucos são substituídos, como diz o autor citado, por uma "natureza tecnicista."

Sabe-se que no Rio Grande do Norte a expansão do turismo está atrelada diretamente com a implantação de políticas públicas estruturais. Dentre elas destacam-se o Megaprojeto Parque das Dunas- Via Costeira (PD/VC) em 1980, e o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Rio Grande do Norte (PRODETUR/RN) iniciado em 1990.

Esses dois programas fomentaram processos espaciais que resultaram em uma expansão urbana norteada para a zona sul do município de Natal (englobando os bairros de Lagoa Nova, Nova Descoberta, Candelária, Capim Macio, Pitimbu, Neópolis e por fim Ponta Negra), acarretando forte valorização fundiária. Como informação, vale ressaltar que no ano de 2002, conforme estudo desenvolvido por Fonseca e Costa (2004), a Prefeitura Municipal de Natal aprovou 196 certificados de *habite-se* para uso residencial, onde desse total, aproximadamente 63% das construções eram localizadas na área sul. (FONSECA e COSTA, 2004).

Por compartilhar com o entendimento de Cruz (2000), cabe para este momento fazer uma ressalva indicada pela autora. Observa-se que as políticas citadas acima, apresentam um caráter urbano. Assim, estas políticas acabam exercendo o papel de uma política de turismo inexistente, revelando com isso a carência de uma política turística bem planejada em essência no município.

Vários são os problemas detectados por essa desequilibrada inserção do *meio técnico-científico-informacional*[7] associado à falta de políticas específicas de turismo e de um planejamento participativo no processo de produção espacial com fins turísticos. Os danos

[7] Para Santos (2009, p. 235) meio técnico-científico-informacional "é o meio geográfico do período atual, onde os objetos mais proeminentes são elaborados a partir de mandamentos da ciência e se servem de uma técnica informacional da qual lhes vem do alto coeficiente de intencionalidade com que servem às diversas modalidades e às etapas de produção."

espalham-se por áreas como: insuficiência do saneamento básico, tratamento e fornecimento de água potável, aumento da favelização, da prostituição, da marginalidade, carência na área da segurança pública, forte especulação imobiliária, grave segregação espacial, expressivas migrações sociais entre outros prejuízos que afetam diretamente as relações cotidianas, modificando intensamente hábitos, muitas vezes seculares.

É sabido que o papel do anfitrião é receber bem os visitantes, relacionar-se cordialmente com eles, divulgar as peculiaridades do local e expor o orgulho de fazer parte da construção do espaço escolhido para a visita, fomentando assim, um conjunto de ações que dão forma a uma receptividade peculiar, já tão associada ao povo potiguar.

No entanto esses deveres ficam difíceis de serem efetivados pelos moradores locais, justamente porque os seus principais direitos como: direito de exercer a cidadania, direito de participar ativamente das decisões, de garantir o respeito e a preservação das suas identidades, o direito ao lazer, a segurança entre tantos outros direitos sociais, são colocados em planos inferiores de prioridade pelos planejadores e gestores da atividade do turismo. Fato corroborado por Rodrigues (2000, p. 173), quando a autora ressalta que:

> A instalação de infraestrutura, ou de equipamentos de consumo coletivo, quando destinadas às necessidades da população local, não é considerada investimento público, mas "despesa". Essa "despesa", afirma-se com frequência, onera os cofres públicos, pois aparentemente não tem retorno contábil.

Parece coerente que somente com a plena adesão e contribuição da população local nos direcionamentos voltados para a produção espacial ligada ao turismo é que se poderá lograr êxito no ato de inserir a atividade como fator importante na dinâmica do local. No entanto essa lógica continua sendo infringida em troca de retornos financeiros, favores e subsídios por parte do agente que teria a função primeira de representar a população em sua totalidade, a saber, o Estado.

É importante frisar em complemento com o que já foi discutido, que a produção do espaço é determinada por relações sócio-espaciais e de poder, as quais apresentam conflitos e contradições geradas pelo capitalismo e expressas nos componentes modernos, dentre deles está o turismo.

Esta informação é autenticada por Castrogiovanni (2000, p.25), quando o autor diz que "o espaço capitalista é um mundo de interesses que nem sempre representa a maioria." Assim sendo, encontra-se no espaço um campo de batalhas, onde cada sociedade o produz com traços da sua própria imagem. (FURTADO, 2005). Continuando com a análise, segue o estudo dos agentes responsáveis pela produção do espaço turístico em Natal/RN e suas principais funções dentro desta dinâmica.

4.1 Os agentes que produzem o espaço turístico em Natal/RN

Como complemento à situação apresentada, se faz imperativo analisar os agentes produtores que movimentam toda a dinâmica de relações, quando se trata de produção do espaço a partir do turismo em Natal/RN. Informa-se que para esta análise se faz necessário meditar sobre a participação ativa desses agentes produtores, uma vez que são os mesmos quem determinam as vias pelas quais a turistificação irá acontecer. Em concordância, Fratucci (2008, p.74) diz que:

> [...] os agentes sociais produtores do turismo compõem-se de pessoas, grupos sociais, empresas/firmas e instituições com poder de gerar um efeito sobre o fenômeno e/ou sobre a atividade turística, [...] com capacidade de intervir, modificar ou influenciar o seu curso.

Esses agentes produtores podem exercer papéis ativos ou passivos, diante do processo de interação com o espaço turístico produzido. Podem estabelecer uma trama complexa de relações, fortemente espacializada e composta por pontos emissores, receptores e conectivos (físicos e imateriais), superpondo-se sobre as outras redes relacionais, densificando e turistificando o espaço pelo qual se manifesta. (FRATUCCI, 2008). No Quadro 05, os autores Mowforth e Munt (2006), explanam as possibilidades de participação da população local diante da atividade do turismo, revelando uma variedade de formas de interação, umas benéficas e outras não.

PARTICIPAÇÃO NO TURISMO	
TIPOLOGIA	**CARACTERÍSTICAS**
Participação Passiva	As pessoas participam sem o devido conhecimento das decisões. A informação é compartilhada somente com profissionais externos.
Participação Consultiva	As pessoas são consultadas e/ou respondem a algumas questões. O processo não admite qualquer participação na tomada de decisão e o planejador não é obrigado a assumir a visão local.
Participação Comprada	As pessoas participam, por meio de uma troca de interesses. troca-se comida, dinheiro ou qualquer outro tipo de incentivo material. As pessoas locais não apresentam interesse em prolongar a participação no turismo, sem que haja o uso de incentivos.
Participação Funcional	A participação é vista pelas agências externas como um meio para atingir seus objetivos, especialmente quando se pensa em reduzir os custos. As pessoas participam formando grupos para atender a objetivos predeterminados.
Participação Interativa	As pessoas participam da análise, do desenvolvimento dos planos de ação e na formação ou fortalecimento de grupos ou instituições locais. As metodologias de aprendizagem buscam perspectivas múltiplas
Participação Cooperativa	As pessoas participam, têm iniciativas independentemente de instituições. Desenvolvem contatos com instituições de recursos e assesoria técnica de que necessitam, mas mantém o controle significativo sobre o uso de seus recursos.

Quadro 05: Tipologias de participação no turismo
Fonte: Pretty e Hine (1999); adaptado por Pretty (1995); Mowforth e Munt (2006, p.215). *Tradução nossa.*

Motivado por esta variedade de formas de participação popular nos processos que decidem os rumos da atividade do turismo, este estudo faz uma breve análise dos agentes produtores do espaço turístico no município de Natal, os quais estão entre os principais fomentadores do processo de urbanização turística em nível municipal, agindo no sentido de produzir o espaço urbano voltado para os interesses da atividade turística e, com efeito, para os seus próprios interesses.

Os agentes produtores do espaço turístico do município de Natal são: **Estado**, representado pelo poder público, que normatiza o território e concede espaços físicos e públicos para que a atividade do turismo possa se implantar; **Mercado**, agente que abarca os empresários do setor de turismo e de setores correlacionados (construção civil, agentes imobiliários entre outros), responsáveis por colocar o produto turístico à venda; **Turistas**, agente para quem a urbanização turística se designa e por fim, **População local**, sendo representada pelos moradores e proprietários das áreas de interesse turístico, as quais serão produzidas. (FONSECA e CRUZ, 2004; SILVA 2007; FRATUCCI, 2008).

Para este estudo, a população local se destaca na análise, por entender que grande parte das ações que transformam o espaço, quando não contam com a participação ativa da população local, tende a desencadear uma série de erros e equívocos, os quais atingem diretamente todas as nuances cotidianas. (SILVA, 2007).

Procurar-se-á ressaltar, portanto, o papel do residente local enquanto agente produtor do espaço, responsável, "participante ativo" e constituinte de um possível capital social natalense, que coopera por benefícios coletivos.

Na sequência relatam-se breves informações a respeito desses agentes que interagem diretamente na maneira como ocorrerá o processo de produção espacial associado ao fomento do turismo municipal.

Agente I: Estado

Este agente exerce papel importante, na medida em que sua ação respalda e direciona a definição da tipologia de produção do espaço por parte dos demais agentes hegemônicos, e, por efeito, a sua urbanização. (FONSECA e COSTA, 2004). O Estado atua como agente mediador do processo gestor do solo urbano municipal, oferecendo suporte nas diversas funções de gestão de infraestrutura básica e de apoio, de promoção imobiliária, e acaba mediando os conflitos que por ventura possam existir diante da relação entre os outros

agentes. O Estado é o responsável pela legislação, fiscalização e operacionalização do setor através de funções no âmbito da segurança, migração, controle fiscal, entre outras.

O poder público, por meio de suas instâncias, também busca instituir regras e normas para o sistema turístico, a fim de regular e normatizar as atividades intrínsecas à atividade, tomando como base, as melhores opções que buscam o atendimento das necessidades das populações residentes sem, entretanto, esquecer ou desprezar a lógica do capital. (FRATUCCI, 2008).

Por meio da implantação de infraestrutura básica, o Estado torna-se o principal parceiro e estimulador dos lucros para os produtores imobiliários e do mesmo modo, de acessibilidade, de melhorias viárias, de serviços coletivos entre outros suportes fornecidos a população residente.

Por outro lado, o Estado também ganha nesse jogo relacional e passa a auferir receitas por meio da cobrança de tributos, bem como a circulação de capital que essas ações vão provocar nos espaços, agora urbanizados. De forma particular, o poder público se constitui em um agente primordial na produção do espaço turístico potiguar, elegendo a capital, Natal, como centro de comando da atividade. (FONSECA e COSTA, 2004).

O financiamento, a produção e a fiscalização das ações concedidas aos mercados são também funções estatais. No entanto, em muitas circunstâncias, os interesses do mercado superam o poder coercitivo estatal e a representação popular auferida ao Estado, acaba enfraquecida frente à globalização e o neoliberalismo vigente, fazendo este agente se render, as promessas mercadológicas.

Agente II: Mercado

Este agente é composto por empresários dos mais variados setores, profissionais da construção civil e do setor turístico, os quais encontram no ramo do turismo uma oportunidade de investimento e lucro. O mercado atua na implantação de infraestrutura específica para o turismo e de equipamentos de suporte para a atividade. Pode também atuar junto ao Estado na busca por incentivos e na captação de investimentos e eventos, por meio desse fato, começam a aparecer às associações do *trade* turístico.

Em conformidade com Silva (2007) também faz parte desse grupo os agentes imobiliários. Este segmento fomenta a movimentação de imóveis à clientela turística. É importante destacar, segundo Fonseca e Costa (2004, p.29) que:

> Esses agentes muitas vezes, exercem diversos papéis ao mesmo tempo, como forma de monopolizar as ações imobiliárias e poder concentrar maiores lucros no processo de produção do espaço urbano. Assim muitas vezes um construtor exerce o papel de incorporador ou promotor imobiliário, como também financia a forma de comercialização do bem imóvel.

Em tempos de globalização e diante do ambiente neoliberal, o mercado acaba manipulando a tomada de decisões sob ações específicas, as quais completam o mesmo processo que prioriza o entendimento do papel de um Estado mínimo. Desse modo o poder público termina por se deixar manejar, em troca de promessas e acordos unilaterais que giram em torno de divisas que acabam não se revertendo para o âmbito social da localidade.

Agente III: Turistas

Estes agentes são chamados de consumidores por excelência do espaço turístico (SILVA, 2007), a maioria das ações inerentes ao processo de turistificação se baseia nas necessidades de atendimento as demandas apresentadas por estes. Os turistas são os responsáveis diretos pelo surgimento de novas destinações e atrações por meio da exploração de suas motivações pelo mercado. Conforme Fratucci (2008, p.77) o turista é o:

> Agente produtor central do fenômeno turístico, [...] é responsável pelo momento inicial e mais subjetivo do fenômeno, na medida em que, levado por motivações as mais diversas e quase sempre pessoais, se desterritorializa temporariamente, afastando-se do seu entorno habitual de vida.

De forma geral, o turista é o agente primeiro do jogo de relações complementares, concorrentes e antagônicas que se apresentam na cadeia econômica que surge para atender as suas necessidades durante as viagens. Dependendo do seu comportamento durante a viagem, os turistas irão se territorializar temporariamente, com menos ou mais intensidade, estabelecendo redes de relacionamentos mais ou menos fluídas. (FRATUCCI, 2008).

Conforme Fonseca e Taveira (2009) já se verifica no município de Natal, a o aumento na compra de lotes com vistas na construção de casas de segundas residências e de apartamentos por parte de turistas em sua maioria, europeus. O fato evidencia que a temporalidade da permanência dos turistas está cada vez mais prolongada e com isso, os impactos oriundos de um planejamento ineficiente, como: especulação imobiliária, comprometimento do abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário, uso indiscriminado de recursos naturais, aumento da violência, consumo de drogas, prostituição, segregação social, acabam por reforçar-se também.

Agente IV: População local

Diante da perspectiva de mapear os agentes sociais que intervêm na produção espacial do turismo, identifica-se na população local, mais um deles. Contudo, seguindo uma orientação dada por Fratucci (2008), analisa-se este agente social diversificado por meio de uma visão heterogênea, tendo em vista os diferentes posicionamentos e relacionamentos que os componentes desse agente mantêm com o próprio sistema do turismo.

Elucidando a orientação acima, é possível notar diferenças entre os agentes que compõem a população local, fato este que interfere diretamente na forma de atuação desses agentes na lógica de territorialização dentro do espaço turístico natalense. Desse modo, não se pode classificar toda a população local como um agente único frente às inúmeras relações mantidas com o turismo, isso seria incidir em um risco de tentar homogeneizar um grupo social diverso e heterogêneo e, até mesmo, antagônico em alguns quesitos.

Entende-se que mesmo quando se analisa um impacto negativo da gestão do turismo, todos os nichos que compõem à população local reagem conforme seu grau de relação e proximidade com a atividade, e este fato também modifica a intensidade dos danos sofridos. Desse modo, segue os principais grupos quando relacionados com o turismo, que compõem a população local que dão suporte para esta análise.

(a) População local que trabalha de forma direta no turismo

Este grupo é composto pela população residente que se emprega, nas diversas possibilidades oferecidas pelo *trade* turístico. O morador local que trabalha diretamente com o turismo tem na atividade, o seu principal meio para obtenção de renda e melhoria de vida. Dessa forma, eles se beneficiam por meio do aumento do número de turistas, que acrescem não só o número de empregos e ocupações, como também o ganho médio de cada um.

Dentro da estrutura do sistema econômico do turismo, os trabalhadores diretos têm uma importância muito destacada, uma vez que por meio da sua atuação individual depende a qualidade do produto turístico oferecido. Destaca-se que parte desses trabalhadores diretos ocupa cargos e funções com remuneração melhor, conseguem se territorializar nos bairros e áreas turísticas e passam a usufruir de toda a infraestrutura montada para atender aos turistas.

Entretanto, essa parcela de trabalhadores é muito pequena e é composta, na sua grande maioria, por migrantes melhor qualificados, atraídos pelas oportunidades de trabalho, promovidas pela escassez de mão-de-obra qualificada local. (FRATUCCI, 2008).

(b) População local que trabalha de forma indireta no turismo

Esta é a parcela da população local normalmente menos reconhecida e valorizada pelo sistema turístico, e em contrapartida assume importância estratégica para o seu funcionamento, na medida em que concedem o direito de uso do seu espaço de vida para o desfrute de outros. Os trabalhadores indiretos, mesmo que de forma temporária, vivenciam um encontro de duas realidades – a sua e a do turista – o que gera uma série de relações, em uma rede socioespacial extremamente complexa. (FRATUCCI, 2008).

O baixo nível de conscientização e de envolvimento desses agentes indiretos tem gerado enclaves no processo de expansão de muitos destinos turísticos, revelando pontos de conflito. Um desses conflitos é que, como eles não comercializam itens sofisticados e como consequência eles não obtêm rendimento suficiente por meio do trabalho indireto, os trabalhadores indiretos acabam sendo impedidos de se inserir, por uma barreira imposta pelo mercado, nos trechos dos espaços destinados aos turistas. Ilustrando ainda esta conjuntura, relata-se que muitos desses trabalhadores foram “forçados” a migrar para áreas periféricas do município, motivados pelas mesmas pressões mercadológicas, impostas nas áreas escolhidas para turistificação.

O que se nota no processo de implementação do turismo em Natal na contemporaneidade, é que esses agentes não são atendidos e nem inseridos nos planejamentos. O conteúdo das políticas e metas propostas ignora o fato de que os problemas das periferias são decorrentes, dentre outros fatores, dos processos não planejados de turistificação dos lugares e que, em virtude disso, deveriam fazer partes dos escopos dos seus diagnósticos e proposições.

(c) População local que não se envolve com o turismo

Esta é a parte da população local que mesmo não mantendo contato direto com o turismo e/ou turistas, detém o poder, por meio de seu comportamento e ações, que normalmente instiga ou dificulta o funcionamento do sistema turístico local, tornando o destino mais ou menos atraente ao visitante.

A população local que não se envolve com o turismo tem em suas mãos elementos vitais para a atividade sem, infelizmente, ter consciência do valor e da importância deles: a posse da terra e da força de trabalho são alguns dos elementos que se pode citar.

Esses fatores são fundamentais para o fomento dos destinos turísticos e, se forem utilizados conscientemente pelos locais, podem funcionar como ferramenta de equilíbrio na relação com o capital externo, que chega sempre quando um lugar é "descoberto" pelo mercado turístico.

É importante ressaltar que a população residente dos destinos turísticos, independentemente do tipo de relação que estabelece com o sistema turístico local, é a verdadeira "dona do lugar", visto como seu território de vida. Não reconhecê-la como tal, é propor um modelo arbitrário, desigual e principalmente desumano de implantação do fenômeno turístico. (FRATUCCI, 2008).

Desta maneira, o que se busca é que o processo não acabe com a massiva arrecadação de cifras para os cofres públicos ou com o alcance dos interesses dos agentes hegemônicos. Dar garantias a população local, protegendo seus interesses, suas escolhas por oportunidades, sua liberdade é meta a se tangibilizar urgentemente. (SEN, 2000).

Passada a exposição dos conceitos basilares e o conhecimento dos principais agentes produtores do espaço turístico natalense, analisa-se neste momento, os principais erros e acertos oriundos da forma como é direcionada à produção espacial ligada ao turismo em Natal/RN, a partir da relação estabelecida entre os agentes produtores e a legislação vigente no município, refletindo desse modo, na forma como o capital social natalense interfere neste processo.

4.2 A produção do espaço urbano natalense co-relacionada ao turismo: as ações dos agentes produtores do espaço turístico *versus* a legislação municipal vigente

O turismo em Natal é considerado um dos setores mais importantes no que se refere à arrecadação de divisas, e por conta disso chama a atenção do poder público local que busca uma maior captação de fluxos turísticos para a capital potiguar. Sabe-se que uma das principais condições que incentivam diretamente a atração de visitantes para uma localidade é uma infraestrutura que seja capaz de absorver satisfatoriamente as necessidades da demanda. (VALLS, 2006).

Diante disso, é imprescindível que haja a produção, e quando necessário, a (re) produção de espaços urbanos com vistas à alocação da atividade turística. Neste contexto, são

de fundamental importância: as obras de mobilidade de fluxos, as obras que promovam espaços direcionados para a diversão, lúdico, descanso, compras, contemplação, passeio dentre as inúmeras possibilidades de espaços urbanos que funcionam como instrumentos de suporte direto ou indireto ao turismo em um determinado local.

No entanto, é preciso cautela. Faz-se necessário saber nas etapas de planejamento dessas obras, qual é o real impacto delas na qualidade de vida local, por perceber frequentemente que os parâmetros adotados pelos agentes promotores dessas modificações são fortemente influenciados por uma necessidade diferente do local. (FONSECA e TAVEIRA, 2009).

Cabe frisar que as modificações dos espaços motivadas pelo turismo, ocorrem na maioria das vezes, em espaços que já são utilizados pelo convívio da população local e essas mudanças são orientadas quase sempre por uma perspectiva capitalista. Neste sentido é importante compreender que diante de um mundo globalizado, expressões como: desenvolvimento urbano, modernização do espaço urbano e crescimento urbano, estão cada vez mais associadas e dependentes do modelo capitalista (produção, distribuição e consumo). Conforme Costa (2000):

> Cada sociedade produz seu próprio espaço de acordo com sua realidade ou [...] com o modelo econômico em que ela se encontra inserida [...] a sociedade se modifica, e pressupõem-se, naturalmente, transformações no espaço [...] é nele onde ocorrem os processos de produção, reprodução e transformação dos modos de produção da sociedade ao longo do tempo. (COSTA, 2000, p.40).

O fato atesta o compromisso e a necessidade de avaliações criteriosas, por meio de um planejamento estratégico e de uma gestão participativa, visando não afetar negativamente o cotidiano dos munícipes. Assim, somente com a participação de todos os agentes que compartilham do processo é que se pode evitar situações de tensão social provenientes das modificações nos espaços urbanos antes estabelecidos. (SILVA, 2007).

Diante do que foi exposto, norteia-se esta análise em função da identificação e interpretação dos elementos (leis, estudos, projetos, pareceres técnicos, políticas públicas entre outros) que fornecem subsídios avaliativos, no que diz respeito à maneira como ocorre ou como deveria ocorrer o processo de produção do espaço urbano, incentivado direta e indiretamente pelo turismo em Natal.

Antes da apreciação, se faz necessário relatar de forma resumida, a maneira como o desenvolvimento urbano de Natal teve inicio (1940) até o momento onde o mesmo passa a ser influenciado pelo turismo (1980). As informações dessa síntese histórica foram coletadas

por meio do Programa Integrado de Desenvolvimento Urbano e Inclusão Social de Natal, vinculado a Prefeitura do Natal (2005).

O fato que diferencia Natal dos demais municípios nordestinos com relação ao histórico da urbanização é a chegada dos militares brasileiros e norte-americanos, por meio da fixação de uma base militar no estado durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Este episódio histórico inseriu uma dinâmica inédita na capital potiguar.

Com a chegada dos militares, algumas demandas urbanas são fomentadas, como: transportes, mão-de-obra, abastecimento, habitação e por conta disso, o processo de urbanização natalense antecipa-se para meados da década de 1940. Em contrapartida, o processo de urbanização da região Nordeste como um todo só viria acontecer apenas na década de 1970, motivado pela chegada dos investimentos da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). (PREFEITURA DO NATAL, 2005).

Com o passar dos anos, o município de Natal se vê diante da incapacidade de atender as demandas emergentes, o que provoca uma série de problemas sociais como: intensificação do fluxo migratório, forte especulação imobiliária, adensamento populacional entre outros. Com o fim dos confrontos militares e consequentemente com a saída dos soldados (1945), o município passa por uma crise de emprego. Os postos de trabalhos se diluem, dado que não existiam mais demandas. (PREFEITURA DO NATAL, 2005).

As décadas que seguem (1950 e 1960) denotam um período em que a especulação imobiliária e o uso desordenado do solo urbano se intensificam em Natal, devido à valorização de espaços, beneficiados ainda pela infraestrutura urbana deixada pelos militares. Costa (2000, p.106) ratifica o fato dizendo que “o impulso que Natal conheceu a partir da sua urbanização, durante e pós-Segunda Guerra Mundial, representou um novo momento no processo de crescimento populacional e no processo de expansão do seu espaço urbano.”

Durante a década de 1970, ocorre em Natal uma forte dinamização da economia, por meio dos investimentos da SUDENE e dentre as atividades que ganham destaque está o turismo. Historicamente, sabe-se que o crescimento de Natal, entre a década de 1970 e início dos anos 1980, caracterizou-se de forma horizontal, por meio da construção de conjuntos habitacionais de casas, financiadas pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH).

Notadamente a partir da segunda metade da década de 1980, época paralela ao início do desenvolvimento do turismo, por meio do Megaprojeto Parque das Dunas/Via Costeira, dá-se inicio a um processo de inversão da forma como ocorre o crescimento urbano, com uma acentuação de construções verticalizadas em determinadas áreas, provocando uma

nova tipologia do espaço urbano, voltada para segmentos sociais específicos de Natal. (COSTA, 2000).

Fica patente, portanto, para finalizar esta cronologia urbana de Natal, que para toda essa conjuntura que emergiu devido às circunstâncias mundiais, que seriam necessárias ações que pudessem normatizar estes espaços, com vistas a absorver a demanda social gerada ao longo do tempo. Não fosse o bastante, o turismo acaba por incentivar ainda mais a necessidade por estas demandas, passando a direcionar e interferir na atualidade, nas formas produzidas no município (FONSECA e TAVEIRA, 2009).

Seguindo esta orientação e de acordo com as especificações desta análise, foram avaliados documentos de vários âmbitos que regulam e orientam as ações de produção do espaço urbano em Natal. Similarmente foram avaliados documentos que apresentam uma interface específica com o desenvolvimento da atividade turística do município (Exemplo: Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável - PDTIS) e do mesmo modo, documentos que revelam uma interface na qual a atividade do turismo se apropria (Exemplo: Plano Diretor).

É válido salientar que os documentos periciados são frutos diretos da pesquisa bibliográfica e documental, já mencionadas na metodologia desta pesquisa, onde por meio destes, foi possível aplicar a análise de conteúdo de Bardin (2004) empregando o isolamento de idéias específicas contidas nos textos, utilizando-se da comparação textual, função que possibilitou realizar os devidos cruzamentos, resultando na análise que segue.

No que se refere ao município de Natal, existe uma representativa legislação urbanística (Plano Diretor, Leis ordinárias, regulamentos e decretos) que dotam a administração pública de instrumentos apropriados para regular a gestão urbana no caminho da justiça social. No entanto, o critério utilizado para a seleção dos documentos foi à estreita afinidade que os mesmos apresentam com o processo de produção do espaço do município de Natal, onde tais documentos mencionam em seu conteúdo, questões que dão suporte ao direcionamento das principais ações vinculadas à regulamentação da produção urbana espacial aplicada diretamente ao turismo ou servindo de suporte para ele, e ainda documentos que mencionam sobre a participação popular nesses processos decisórios.

Neste objetivo, os instrumentos estão expostos acompanhados de um breve resumo sobre suas principais diretrizes, e de forma particular, as que possuem interface direta com o turismo e os desdobramentos citados. Em um segundo momento, afronta-se tais metas com os resultados de diagnósticos, teses, estudos e pareceres de pesquisadores e de órgãos gabaritados, como é o caso do Observatório das Metrópoles, para que após o cruzamento, se

possa gerar debates e inferir questões que revelam possíveis incoerências no processo avaliado.

Os documentos periciados foram: (a) Lei Orgânica do município de Natal; (b) Instrumento de Ordenamento Urbano de Natal; (c) Plano Diretor de Natal; (d) Código Ambiental Natalense; (e) Plano Plurianual do Município de Natal (2010-2013) e (f) Estatuto da Cidade.

Após essas informações prévias, segue um diálogo que perpassa por todas as normativas e que as relaciona com a atual conjuntura de composição do espaço urbano natalense quando conexo ou participante com o turismo. Os diálogos estão apresentados por meio de uma co-relação direta com as leis pesquisadas. Após esta etapa, inicia-se o debate acerca dos dados expostos e a sua efetividade na prática diária municipal.

(a) Lei Orgânica do município de Natal/RN

A lei orgânica é uma normativa municipal, promulgada pelos vereadores e sancionada pelo Prefeito, visando atender os princípios estabelecidos na Constituição Federal e Estadual. Contém os mais diversos princípios que orientam a vida da sociedade, representando uma soma comum de esforços que visam o bem-estar social como premissa, seguido do progresso e do desenvolvimento da localidade. Atualmente, cada município tem autonomia para fomentar a sua própria Lei Orgânica, com base nas suas necessidades e características próprias. (LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE NATAL, 2011).

No preâmbulo da Lei Orgânica do município de Natal é possível verificar certa inspiração em princípios da liberdade política, justiça social e dignidade da pessoa humana. A referida lei deixa explícito que fundamenta sua proposta de gestão com base nos eixos da democracia e da cidadania. Dessa forma, áreas como: o uso e à ocupação do solo, o perfil urbanístico, proteção ambiental e paisagística, estão inseridas no texto da Lei de Natal, comprovando amplitude e diversidade a que se propõe essa normativa.

Por toda leitura da Lei Orgânica de Natal é possível identificar o uso de termos que se referem diretamente ao interesse local, desenvolvimento integral da comunidade, bem estar, justiça social, liberdades democráticas, estímulo à participação da comunidade através de organizações representativas, combate a marginalização do indivíduo, economia predatória e todas as formas de degradação da condição humana. Nota-se que todos estes itens sinalizam para uma gestão participativa. O indivíduo, enquanto cidadão tem um papel de destaque e prioritário nos direcionamentos das ações.

No Quadro 06, contém informações sintetizadas, que por meio da análise temática, revelam as conexões da Lei orgânica de Natal com o processo de produção do espaço urbano natalense, com o turismo e por fim, com a participação popular.

CAPÍTULOS E ARTIGOS	TEXTO
Cap. I(disposições gerais): Art.68.	"O município deve planejar suas atividades atendendo ao interesse local e ao desenvolvimento integral da comunidade."
Cap.I, Art. 102, Inciso X.	"Estímulo à participação da comunidade através de organizações representativas."
Cap. I, Art. 104.	"o município combate a miséria [...] e a economia predatória."
Cap. I, Art. 112.	"Na elaboração do planejamento [...] o município visa: melhorar a qualidade de vida da população, [...] promover o ordenamento territorial, [...] prevenir e corrigir as distorções do crescimento urbano, distribuir os benefícios e encargos do processo de desenvolvimento, inibindo a especulação imobiliária [...] impedir as agressões ao meio ambiente, preservar as dunas, os manguezais, os arrecifes [...]
Cap. I, Art.114.	"A Lei municipal estabelecerá uma política de turismo, definindo diretrizes [...] como forma de promover o desenvolvimento social e econômico."
Cap. II, Art.118, Inciso I.	"As funções sociais dependem do acesso de todos os cidadãos aos bens e aos serviços urbanos, assegurando-lhes condições de vida [...] compatíveis com o estágio de desenvolvimento do município."
Cap. IV, Art. 132.	"Na implantação do sistema de planejamento urbano de Natal é assegurada a participação da sociedade organizada [...], garantindo, [...] a gestão democrática."
Cap. IV, Art. 132, Inciso II.	"Lei Ordinária tratará da Constituição do Conselho Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente, sendo assegurada a representatividade dos diversos segmentos que compõe a sociedade, com igual direito de participação e de voto."
Cap. X (do Turismo) Art.175.	"O município promove o turismo, [...] como atividade prioritária que tem por finalidade assegurar-lhe o crescimento e a continuidade, sem danificar o meio ambiente, cabendo-lhe: conscientizar a população sobre a importância da atividade e incentivar [...] a formação de uma mentalidade favorável ao turismo [...].

Quadro 06: Fragmentos da lei orgânica do município de Natal, referentes à produção urbana espacial, ao turismo e a participação popular.
Fonte: Lei Orgânica de Natal/RN, 2012.

Os fragmentos retirados do texto-base da lei orgânica do município de Natal foram editados, visando à otimização do espaço. Destacam-se as idéias temáticas, as quais facilitam uma construção analítica, capaz de fornecer suporte legal para a relação entre as questões associadas a esta pesquisa, a saber: produção espacial, turismo e participação popular.

(b) Instrumento de Ordenamento Urbano de Natal/RN

Este instrumento apresenta os preceitos legais com vistas no ordenamento urbano de Natal, e se define como sendo o "garimpo do sistema legislativo aplicável ao município"

(PREFEITURA DE NATAL, 2009, p.10). É possível encontrar contidos nele o Plano Diretor e o Código Ambiental (que serão analisados separadamente por esta pesquisa, devido as suas peculiaridades) dentre outros elementos, que buscam reunir em um mesmo referencial técnico, um suporte legal capaz de direcionar a ordem de como a expansão urbana natalense deve ocorrer.

Nota-se no instrumento estudado, o intuito de sistematizar um caminho de prerrogativas legais relacionadas com o meio ambiente e com a questão urbana municipal, revelando a importância que esta meta assume quando se almeja um crescimento ordenado sem perder o foco sobre questões de sustentabilidade. (PREFEITURA DE NATAL, 2009).

O documento faz referência a Constituição Federal, citando o art. 182, que revela a intenção de equalizar os direitos individuais e os da coletividade seguindo as diretrizes amparadas por lei, e por meio desta ação, obter o desenvolvimento das funções sociais, garantindo o bem-estar dos munícipes. No Quadro 07, é possível verificar as partes do Instrumento de Ordenamento que se relacionam com a avaliação proposta, dentre as quais estão presentes na parte II do documento, que tece informações sobre a legislação urbana e ambiental.

DECRETOS E LEIS	TEXTO
Decreto nº 8.090 de 28 de dezembro de 2006. Sobre licenciamento de empreendimentos nas proximidades do Morro do Careca e Vila de Ponta Negra e dá outras providências.	(a) Art.2: "A STTU deverá reavaliar as análises dos RITURs concedidos, observando a capacidade de suporte da infraestrutura viária do bairro de Ponta Negra, com a demanda dos novos empreendimentos [...]; (b) "Parágrafo único: todos os processos remetidos ao CONPLAM devem estar instruídos com os estudos efetuados pela STTU, CAERN [...]
Lei complementar nº 055 de 27 de janeiro de 2004. Institui o código de obras e edificações do município de Natal e dá outras providências.	Normas e procedimentos administrativos, Cap. I: "Art. 11 - Cabe ao proprietário ou usuário da edificação em qualquer situação de risco que possa comprometer a segurança ou a saúde de usuários ou de terceiros ou que impliquem em dano ao patrimônio público ou particular, adotar as providencias necessárias para saná-las."
Lei nº 3.607 de 18 de novembro de 1987*. Sobre o uso do solo e prescrições urbanísticas da zona especial. ZET-1, criada pela lei 3.175184 de 26 de janeiro de 1984, e da outras providencias.	Art. 3 - O gabarito máximo permitido para a Zona Especial Turística I (ZET-1: Ponta Negra) será de 02 (dois) pavimentos ou 7,50 (sete metros e meio) medidos em qualquer ponto do terreno.

Quadro 07**:** Fragmentos do instrumento de ordenamento urbano, referentes à produção urbana espacial, turismo e participação popular.
Fonte: Prefeitura de Natal: instrumento do ordenamento urbano de Natal/RN. 2009.

Considerando a seleção do material coletado, é pertinente dizer que o Instrumento de Ordenamento Urbano de Natal consta com um elaborado apanhado de leis no que tange o processo de utilização dos espaços urbanos pelas várias esferas da vida social. Restando saber se todo esse posicionamento ocorre na prática.

c) Plano Diretor de Natal/RN

O Plano Diretor (PD) é o instrumento basilar da política de desenvolvimento urbano de todo município acima de 20.000 habitantes. Ele funciona como bússola para a atuação do poder público e da iniciativa privada na produção e gestão dos espaços urbanos e rurais, visando assegurar melhores condições de vida para a população.

Em Natal, a sua mais recente versão origina-se da Lei complementar nº 082 de 21 de julho de 2007. No momento em que esta pesquisa ocorre, espera-se por uma nova avaliação no PD de Natal, uma vez que o mesmo foi aprovado em 2007, apresentando uma cláusula que "condiciona sua revisão de quatro em quatro anos." (PLANO DIRETOR, 2007. in: INSTRUMENTO DE ORDENAMENTO URBANO DE NATAL, 2009, p.406).

O Plano Diretor de Natal (PDN) busca atender as demandas sociais e ambientais do desenvolvimento municipal, garantindo que sua abrangência seja marcada por características sócio-ecológicas justas e equilibradas, assegurando com isso a qualidade de vida para todos os munícipes conforme disposto nos artigos 118 e 119 da Lei Orgânica do município de Natal, citada anteriormente. Os agentes que participam da composição e elaboração do PD são: Prefeito, Câmara Municipal (Vereadores) e a população local.

O Plano Diretor serve como parâmetro para o Plano Plurianual e para diretrizes orçamentárias, os quais incorporam as prioridades nele contidas. O PDN deve refletir os anseios da comunidade, sendo vetor de indicação para os caminhos de um município melhor. Desse modo, segue o Quadro 08, que apresenta os fragmentos retirados do texto que compõem o PDN.

CAPÍTULOS E ARTIGOS	TEXTO
Cap. 1, art.4 (Objetivos e Diretrizes)	(a) "a dinâmica de ocupação do solo será condicionada pelas instalações e ampliação da capacidade da infraestrutura e adequação as características físicas, ambientais e urbanas." (c) "a criação de um sistema de planejamento, de modo a tornar participativa e democrática a gestão."
Cap. II, Art. 21 das Áreas Especiais	"Áreas de Controle de Gabarito são aquelas que, mesmo passíveis de adensamento, visam proteger o valor cênico - paisagístico, assegurar condições de bem estar, garantir o equilíbrio climático. São: (Orla Marítima, do Forte dos Reis Magos até o Morro do Careca, de acordo com as normas de leis especificas - ZET 1,2 e 3 ; Entorno do Parque das Dunas; Margem esquerda do Rio Potengi (Redinha e ZPA's.)
Titulo IV - do sistema de planejamento e gestão urbana do município cap. I Generalidades. Art.93, inciso 01	"A participação da população será assegurada no Sistema de planejamento e gestão urbana do município, por representantes do poder público e da sociedade civil organizada, [...] garantindo os critérios de diversidade, pluralidade e representatividade."

Quadro 08: Fragmentos do Plano Diretor de Natal, referentes à produção urbana espacial, turismo e participação popular.
Fonte: Plano Diretor de Natal, 2007.

De acordo com a Lei orgânica municipal (2011), o PDN fixa critérios que asseguram a função social da propriedade, cujo uso e ocupação devem respeitar a legislação urbanística, a proteção do patrimônio natural e o interesse da coletividade. Itens como a participação das entidades representativas da comunidade no processo de elaboração, de alteração e de execução do PD, de definições de áreas especiais de interesse social, urbanístico e ambiental são abarcadas com lugar de destaque, por esta normativa.

d) Código de Meio Ambiente de Natal/RN

A Lei nº 4.100 de 19 de junho de 1992, fixada no documento "Instrumento de Ordenamento Urbano de Natal" dispõe sobre o Código do Meio Ambiente de Natal. Em seu primeiro artigo, o código revela sua responsabilidade no quesito que regulariza os deveres, direitos e obrigações (públicos ou privados) referentes ao meio ambiente, englobando também os recursos naturais do município. O plano cita que a política ambiental municipal deve buscar:

> A plena adequação de atividades sócio-econômicas urbanas às prescrições do equilíbrio ambiental e dos ecossistemas naturais onde se introduzem a utilização adequada do espaço territorial e dos recursos hídricos destinados para fins urbanos, por meio de uma criteriosa definição de uso e ocupação, normas de projetos e técnicas ecológicas de manejo, conservação e preservação. (INSTRUMENTO DE ORDENAMENTO URBANO DE NATAL, 2009. p.226).

Em seguida verifica-se a exposição de diretrizes do Código Ambiental de Natal, servindo de respaldo para a análise. Porém a partir deste ponto não será utilizado o recurso do quadro de fragmentos e sim, o diálogo direto com a referida normativa, tendo em vista os diversos desdobramentos que a lei fornece para análise.

Prosseguindo com a leitura aprofundada do texto que descreve o Código de Meio Ambiente de Natal, identifica-se em seu art. 2º, os princípios fundamentais que direcionam a elaboração, a implementação e o acompanhamento da política ambiental municipal. São eles: a participação comunitária nos processos, a continuidade (no tempo e no espaço), as ações básicas de gestão ambiental e a divulgação obrigatória e permanente de dados e condições ambientais.

Destaca-se no seu Art. 7º, a fala sobre as competências constitucionais e legais do município, relacionadas com o meio ambiente, que responsabiliza o poder público de: mobilizar e coordenar ações e recursos financeiros, materiais, técnicos e científicos, definir e controlar a ocupação e o uso dos espaços territoriais de acordo com suas limitações e

condicionantes ecológicas e ambientais, distribuir equilibradamente a urbanização em seu território, ordenando o espaço territorial de forma a constituir paisagens biologicamente equilibradas, garantir o amplo acesso da comunidade às informações sobre fontes e causas da poluição e degradação ambiental.

Já no que se refere às condições ambientais das edificações, o código em seu Art.29 relata que as edificações devem obedecer aos requisitos sanitários de higiene e segurança, itens indispensáveis à proteção da saúde e do bem-estar do cidadão. As normas técnicas municipais passam pela aprovação do Conselho Municipal de Planejamento e Meio Ambiente de Natal (CONPLAN).

No Art.41 nota-se que o CONPLAN pode impor proibições quanto ao uso ou à atividade de construção nas áreas do município que possuam valor paisagístico evidente. Nota-se do mesmo modo, o código fazendo menção em seu Art. 44, sobre a proibição de corte ou retirada da vegetação natural existente nas praias e direcionando a análise para o Art. 45, identifica-se a proibição de urbanização e edificação pública ou privada que impeça o livre acesso do povo às praias e ao mar.

Situado na seção III, o Art. 51 é mencionado que o turismo deve acontecer de modo a não prejudicar o meio ambiente. Diante de suas competências, o município observará os seguintes princípios: desenvolvimento da consciência ecológica da população, do turista, dos segmentos empresariais e dos profissionais envolvidos com a atividade; orientação ao turista a respeito da conduta que deve adotar para prevenir qualquer dano ao meio ambiente; manutenção da higiene e balneabilidade das praias; incentivo ao turismo ecológico em parques, bosques e unidades de conservação no território municipal entre outras.

O Código de Meio Ambiente ratifica diante do seu Art. 52, que o poder público municipal criará áreas especiais de interesse turístico e fomentará a implantação de seus equipamentos urbanísticos. O que consta no parágrafo único é que as áreas especiais de interesse turístico, criadas por lei municipal, são destinadas a: promover o turismo, preservar o meio ambiente, assegurar a preservação e valorização do patrimônio cultural e natural, estabelecer normas de uso e ocupação do solo, impedir a emissão de material poluente de qualquer natureza e origem nos limites da unidade turística e zelar pela conservação das características urbanas, históricas e ambientais que tenham justificado a criação da unidade.

No que se refere às penalidades, o Art. 105, considera infração ambiental, toda e qualquer ação ou omissão que leve para inobservância dos seus preceitos. No Art. 112 sabe-se que a pena de multa consiste no pagamento do valor correspondente em Unidade Fiscal de Referência do Município (UFR) ou outra unidade que venha a sucedê-la. No que concernem

as infrações leves, de 5 a 25 UFR's; pena sob as infrações graves, de 26 a 100 UFR's; e a penalidade mediante infrações gravíssimas, de 101 a 500 UFR's.

e) Plano Plurianual do Município de Natal/RN (2010-2013)

O Plano Plurianual do município de Natal/RN (PPA) é o mecanismo que estabelece metas sociais, diretrizes e programas com vistas na maneira como a administração pública irá direcionar suas ações e recursos orçamentários para um determinado período, o que neste caso relatado visa o triênio de 2010/2013. A lei que institui o PPA é a de nº 6.047, de 15 de janeiro de 2010 e passou a vigorar a partir do dia 16 de janeiro de 2010, data que a mesma foi publicada no Diário Oficial do município. A elaboração do Plano Plurianual 2010/2013 baseia-se em um conjunto de estratégias e diretrizes que visam fomentar um desenvolvimento social, econômico e cultural do município, atendendo às atuais demandas da sociedade natalense sem que, para isso, comprometa a qualidade ambiental.

Busca-se a harmonia entre o crescimento econômico e urbano, promovendo a igualdade social. Concatenados com esses objetivos, estão também às ações voltadas à gestão pública, objetivando assegurar a responsabilidade dos administradores e dos servidores públicos, disseminando valores e princípios fundamentais úteis para uma boa administração, priorizando práticas transparentes. (PREFEITURA DO NATAL, 2010).

Mediante apreciação do documento torna-se evidente que os princípios da eficiência, eficácia e efetividade norteiam toda a gestão do PPA. Itens como o desenvolvimento humano e social estão elencados dentre os que são prioritários na execução das ações contidas no plano. O PPA está composto por várias tipologias de ações, distribuídas em quatorze programas. Estas ações obedecem aos limites estabelecidos pela adequação aos recursos financeiros, tecnológicos e humanos. O programa de investimentos previsto no PPA 2010/2013 divide-se em três grandes áreas de ação, são elas: (1) Administração pública e Ações legislativas; (2) Desenvolvimento Humano e Social; (3) Desenvolvimento Urbano e Dinamização da Base Econômica.

Estes são os programas de onde as diversas ações iniciam, para que ao fim do processo, possam alcançar as metas traçadas. Os programas são: Educação Integrada, Saúde e Qualidade de Vida, Vivendo com Cidadania, Gestão Urbana e Habitação, Saneamento Ambiental, Inclusão Social do Jovem, Segurança em Comunidade, Mobilidade e Cidadania, Identidade Cultural, Destino Natal, Cidadão Produtivo, Gestão Estratégica Integrada, Desenvolvimento da Gestão Legislativa e Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento.

Cada um desses programas apresenta uma planilha que descreve dados específicos sobre os seus escopos, relatando até mesmo quais indicadores poderão ser analisados, a fim de saber se os programas atingiram suas metas e objetivos. Esta pesquisa se deteve ao estudo das planilhas dos programas que apresentam ações voltadas para a produção urbana do espaço e para o turismo e de algum modo, que apresentam sinergia entre os dois programas citados com a participação da população local.

PROGRAMA	OBJETIVO	JUSTIFICATIVA	AÇÕES	R$ 1.000,00
Mobilidade e cidadania	Dotar o município de organização urbana e de um instrumental regulador capaz de garantir a mobilidade e a acessibilidade necessárias.	Necessidade de adequar o sistema de trânsito ao modelo de ocupação do solo, sendo determinados por fatores geográficos, sociais, econômicos, políticos e culturais	Pavimentação de vias públicas, construção de ponte de acesso à zona norte, corredor exclusivo (VLT), construção de passarelas.	R$ 1.444.112
Destino Natal	Consolidar e ampliar a atividade turística como fator de desenvolvimento econômico, de melhoria na distribuição da renda e de preservação da qualidade ambiental e do patrimônio histórico-cultural.	Elevar o nível da formulação e execução de planos e programas voltados ao aproveitamento das oportunidades turísticas do município.	Reconstrução da Ponta do Morcego, Decoração Natalina, Zoológico da Cidade do Natal, Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR), Apoio a Copa 2014, Plano Estratégico do Turismo 2010/2020, Capacitação	R$ 304, 264
Gestão urbana e habitação	Estabelecer mecanismos necessários, à regulação urbanística, como forma de garantir um adequado uso e ocupação do solo urbano, preservando o patrimônio ambiental e paisagístico municipal	Garantir uso socialmente justo e ecologicamente equilibrado do espaço urbano do município	Urbanização (feiras livres e mercados públicos), construção, restauração e paisagismo de praças e logradouros públicos, regulamentação da legislação urbana e ambiental.	R$ 435, 174

Quadro 09: Programa de investimentos previstos no PPA 2010/2013
Fonte: Prefeitura do Natal, 2010.

Continuando com a análise, vale ressaltar que toda questão que envolve o orçamento do PPA é fiscalizada pelo Poder Executivo, representado pela Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Tecnologia da Informação (SEMPLA), a qual por meio da implantação e execução de um sistema de informação realiza um controle das metas físicas e financeiras do plano, na forma de avaliações quadrimestrais.

O resultado desta fiscalização é disponibilizado de forma pública, por meio eletrônico e de audiências que são realizadas até 30 (trinta) dias a contar com o encerramento do semestre correspondente. O PPA ainda prevê um custo total de R$ 4.933.698.000,00

(quatro bilhões, novecentos e trinta e três milhões, seiscentos e noventa e oito mil reais), dos quais 30,92% (R$ 1.525.258.000,00) deverão ser financiados com recursos da receita própria do município.

(f) Estatuto da Cidade

O Estatuto da Cidade (EC) é um marco legal que considera o espaço urbano como um ambiente democrático, fundamentado na participação ativa de toda a população mediante o exercício da cidadania. O estatuto origina-se da Lei Federal nº 10.257, que foi promulgada pela União e sancionada no dia 10 de julho de 2001, a qual regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988 e o seu relator foi o Senador Inácio Arruda, militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

O Estatuto da Cidade surge a fim de proporcionar um maior acesso a terra urbanizada, buscando diminuir a especulação imobiliária e, consequentemente, reduzir a exclusão social. O documento traz normas gerais, que devem ser observadas por todos os municípios no momento da ordenação de seu território e na elaboração e execução da política de desenvolvimento urbano. Em seu capítulo de apresentação é possível identificar a razão pela qual foi criado.

> Para todos os efeitos, esta lei, denominada Estatuto da Cidade, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental. (ESTATUTO DA CIDADE, 2004, p.17).

Antes de iniciar a análise do Estatuto, é importante informar duas ressalvas. A primeira notifica que somente o artigo 182 da Constituição serve como base legal para as questões levantadas por esta análise, onde o mesmo dispõe da política urbana e do Plano Diretor. Uma vez que o artigo 183 trata da aquisição de propriedades pelo ocupante de imóvel urbano que o utiliza para sua moradia, fato que distancia o referido artigo da temática pesquisada.

A segunda ressalva refere-se ao termo “política urbana” citado no documento. As normativas estipuladas pelo EC referem-se a uma política urbana de forma macro e genérica, o que não impede de se fazer as devidas transposições, quando a análise parte para a ótica das necessidades infraestruturais e das demandas que o turismo necessita para se instalar em uma localidade. Sem falar que o município de Natal também acata as determinações propostas pelo EC no momento de planejar, produzir e gerir seus espaços.

Deste modo, encaminhando a análise, verifica-se no artigo 182 a informação que a política urbana é de responsabilidade do município e a mesma deve garantir suas funções sociais e o desenvolvimento dos cidadãos. Percebe-se durante a leitura, o uso enfático de termos que levam a idéia da importância das funções sociais, da cidadania e da participação da população nos direcionamentos do processo. Ratifica-se isto por meio do 2º artigo do Estatuto, o qual define as diretrizes a serem seguidas pelos municípios no momento de elaborar a sua política urbana.

Todas as diretrizes estão focadas na garantia de espaços mais justos, nos quais todos possam desfrutar dos benefícios trazidos pela urbanização bem planejada, a saber: participação ativa da população nos processos decisórios, mobilidade urbana, espaços de lazer e convívio social, proteção ambiental, segurança etc. No Quadro 10, segue os principais direcionamentos para a potencialização desses benefícios.

DIRETRIZES
(1) Gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;
(2) Cooperação entre os Governos, iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social;
(3) Planejamento para desenvolver as cidades, para a distribuição espacial da população e das atividades econômicas do município e do território sob sua área, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente;
(4) Oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais;
(5) Justa distribuição dos benefícios e dos ônus decorrentes do processo de urbanização;
(6) Proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, o patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico.

Quadro10: Diretrizes orientadoras da ação municipal na elaboração da política urbana
Fonte: Estatuto da Cidade, 2004, p.17.

O Estatuto revela no seu Art. 4º que os subsídios utilizados para o planejamento municipal são concomitantemente relacionados a outros instrumentos como: a) Plano Diretor; b) Zoneamento Ambiental; c) Plano Plurianual; d) Diretrizes orçamentárias; e) Gestão orçamentária participativa e f) Planos de desenvolvimento econômico e social. No referido artigo se expõe também um extenso conjunto de instrumentos para que o município tenha condições de construir uma política urbana alicerçada, de fato, na função social da propriedade urbana e no direito de todos à cidade. (ESTATUTO DA CIDADE, 2004).

O EC revela que a política urbana precisa ser vista como um objeto de planejamento extensivo, envolvendo setores como: urbano, ambiental, orçamentário, setorial e o desenvolvimento econômico e social. Mostrando que a gestão orçamentária deve ser feita de forma participativa e aberta a todos os cidadãos.

Ao passar a parte preparatória desta análise, a qual demarcou o levantamento e detalhamento dos principais escopos dos instrumentos que dão respaldo ao processo de produção espacial urbana do município de Natal, inicia-se neste momento, o cotejamento do material já exposto com os dados oriundos de estudos e pareceres de projetos de instituições municipais renomadas, onde se enquadra as obras e os órgãos listados no Quadro 11.

OBRAS	RESPONSÁVEL	DATA
Relatório Final "Território, Coesão Social e Governança Democrática: um estudo comparativo sobre o papel das atividades imobiliário-turísticas na transformação do espaço social das metrópoles nordestinas;	Instituto do Milênio (CNPq) e Observatório das Metrópoles	2009
Arranjos institucionais para a Gestão Metropolitana de Natal	Instituto do Milênio (CNPq) e Observatório das Metrópoles	2009
A pesquisa: como anda Natal?	Observatório das Metrópoles-Núcleo Natal	2009
Parecer Técnico: Monitoramento das políticas públicas e a modificação do Plano Diretor de Natal/RN	Ministério Público de Natal/RN	2009
O mapa sociourbano de Natal: tipologia socioespacial numa metrópole em formação	Observatório das Metrópoles-Núcleo Natal	2007
Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável para a região metropolitana de Natal	Prefeitura de Natal	2007
O mapa social da região metropolitana de Natal: desigualdade social e governança urbana	Observatório das Metrópoles-Núcleo Natal	2005
Tese "A onda do turismo na cidade do sol: A reconfiguração urbana de Natal."	Dra.Edna Maria Furtado	2005
Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável	Poder Público do RN	2001
Tese "A verticalização e as transformações do espaço urbano de Natal/RN."	Dr. Ademir Araújo da Costa	2000

Quadro 11: Estudos, teses e pareceres técnicos analisados
Fonte: Dados da Pesquisa, 2012.

Iniciando a análise, o que se percebe, após a leitura e compreensão dos textos que compõem as normativas, é uma presença constante de idéias que revelam uma expressiva preocupação em desenvolver, ordenar e crescer tomando como parâmetro os quesitos sociais. Por conta disso, é fácil localizar termos como "atender as necessidades locais", "o desenvolvimento integral da comunidade", "o estímulo à participação popular", "equalizar direitos individuais e coletivos", "distribuir equilibradamente a urbanização" entre tantos outros que revelam "uma intenção" em pautar toda a legislação municipal urbana, sob elementos sociais.

Outro fator perceptível é a sinergia existente entre as leis que compõem a legislação urbana do município de Natal, podendo em alguns momentos, localizar referências diretas e justificativas de algumas leis, no texto de composição de outra. Como exemplo tem-se o Plano Diretor, que fornece subsídios ao Código Ambiental de Natal e ao Instrumento de Ordenamento Urbano entre outros exemplos, que deixam claro uma complementaridade

mútua entre as leis e normativas. Contudo, o que deveria ser um ponto positivo, transforma-se em um enclave para uma ação efetiva. Inexiste fiscalização para essas normas de desenvolvimento urbano e dessa forma, como em uma reação sistemática de cadeia, qualquer incoerência em uma delas, propaga o erro a todo o conjunto de normativas.

Perpassando por toda a conjuntura que compõe o processo de produção do espaço, direta ou indiretamente para fins turísticos na capital potiguar é possível notar que esse procedimento possui outras incongruências no seu percurso, promovendo o aparecimento de sérios problemas que dificultam tanto o processo de planejamento, gestão e execução como também afeta diretamente a participação dos agentes populares de modo adequado. E este processo mal planejado acaba revelando uma expressiva incidência de problemas à população local, em especial os de classe baixa.

Diante desta situação, é possível identificar na prática o que Gottdiener (2010) menciona sobre o espaço abstrato (homogêneo, fragmentado e hierárquico) dominando o espaço social (integrado de comunhão social), provocando com isso a perda de unidade e dispersando a população em grupos diferentes com lutas que não apresentam representatividade efetiva.

Conforme a pesquisa “Arranjos institucionais para a Gestão Metropolitana de Natal” promovida pelo Observatório das Metrópoles no ano de 2009, as dificuldades da gestão pública em Natal justificam-se diretamente pela substituição da capacidade planejadora, pela escolha de intervenções pontuais, como obras emergenciais, que acabam gerando uma política assistencialista e paliativa, sem criar subsídios para a composição de uma prática consistente de planejamento na área específicas.

Ao analisar os dados da pesquisa: “Como anda Natal?” (CLEMENTINO, 2009), associada ao Observatório das Metrópoles, é também possível ratificar a idéia de que a produção do espaço no município de Natal é mal direcionada, ocasionando forte pressão social para os residentes de áreas elencadas pelos agentes hegemônicos, como áreas potenciais para auferir lucros por meio de atividades econômicas, dentre elas o turismo. Contrariando com isso a idéia de bem-estar social como premissa, citado algumas vezes na legislação municipal. Percebe-se que esta alteração na dinâmica sócio-espacial em função da introdução da atividade turística contribuiu para que ocorram conflitos de usos, tanto nos espaços privados (habitação, comércio, serviço, indústria), como nos espaços públicos (ruas, praças, faixa litorânea, áreas livres em geral).

No relatório final da pesquisa “Território, Coesão Social e Governança Democrática” vinculado ao Observatório das Metrópoles e datado de 2009, o qual se propôs a

estudar, comparativamente, o papel das atividades imobiliário-turísticas na transformação do espaço social das principais metrópoles nordestinas, incluindo Natal, pode-se comprovar que os municípios litorâneos nordestinos estão sendo transformados em pontos de recepção e distribuição de fluxos turísticos, colocando-os sob a dependência direta das capitais a lógica de dominação associada à zona de praia. Desse modo, a praia transforma-se em mercadoria nobre fomentando fortes modificações sócio-espaciais litorâneas, onde sua economia passa a ser predatória.

Seguindo este pensamento, se percebe que a maior parte das políticas que se vincula ao turismo busca a disponibilização de um território apto para receber o investidor privado, atraindo com isso o aumento do emprego e renda, benesse focal quando se trata da atividade turística. Todavia, o que não é pensado é que até que se alcance esta realidade, uma série de elementos (além dos econômicos) e novas relações sociais, são impostos e acabam interferindo no processo, reagindo de forma simultânea na história do espaço.

Entende-se que o turismo, visto como uma atividade econômica, precisa ser pensado para o local, assumindo um papel de agente modificador espacial sim, no entanto não apenas no aspecto do incremento de divisas, mas, sobretudo respeitando a modificação da estrutura do município em compatibilidade com as reais condições físicas e ambientais do local e com o aval da população residente.

É preciso descentralizar o crescimento econômico, desenvolvendo também a equidade social e a prudência ecológica. Uma vez que o desenvolvimento prevê melhoria da qualidade de vida e os benefícios advindos da expansão da atividade turística devem propiciar primordialmente uma distribuição mais equitativa da renda.

A já referenciada pesquisa do Observatório das Metrópoles (2009) enfatiza ainda que a forma como ocorre a produção e reprodução de espaços com vistas no turismo , tem provocado o aparecimento de novos atores, a saída forçada dos antigos habitantes e ao mesmo tempo, produz espaços segmentados, o que favorece ao avanço e ao consumo espacial. No que concerne esta configuração espacial pode-se afirmar que se visualiza um risco efetivo nos quesitos da sustentabilidade dessas áreas, compostas em sua maioria, de comunidades locais (pescadores, trabalhadores rurais e etc.) fato que pode ser identificado na área do bairro de Ponta Negra/RN.

Não se consegue apreender, pois, como todos os pontos localizados nas normativas poderão se tangibilizar em ações efetivas, se todos, ou quase todos, os dados de estudos, teses e pareceres técnicos continuam enfatizando que a população local continua sendo agradedida na sua condição de cidadão, e em contrapartida, os agentes hegemônicos

continuam ditando as normas conforme os seus próprios interesses, muitas vezes em sintonia com interesses políticos e partidários, e com isso o espaço continua sendo modificado, sem nenhum comprometimento com as causas sociais.

Expõem-se a seguir, alguns enclaves que impedem que o processo de produção espacial em Natal seja direcionado de maneira mais equilibrada e participativa do ponto de vista socioeconômico e ambiental. Os problemas citados foram listados pelos especialistas entrevistados e pelos estudos e pesquisas analisados dentro do escopo da pesquisa documental e bibliográfica. Entende-se que todos esses impactos se aglutinam entre si e derivam de um ineficaz planejamento e gestão, da não participação popular nos processos decisórios e da forte pressão dos agentes hegemônicos, principalmente os que são fortemente ligados ao Mercado.

- Verticalização desordenada

A verticalização se tangibiliza em Natal e se constitui em um dos elementos que impulsionam a valorização do solo urbano municipal atualmente. Por meio desta valorização, verifica-se também uma segregação sócio-espacial latente. Dessa forma, a parcela formada pelas pessoas de baixa renda, por não possuir conexão e receptividade com esta realidade verticalizada, acaba migrando para periferias, deixando para as pessoas de melhor poder aquisitivo, a ocupação dos recantos privilegiados da capital potiguar.

Fundamentado nesta idéia, convém afirmar que o processo de verticalização impôs e continua impondo uma nova fisionomia a Natal, contribuindo não somente para a inserção de divisas, que resulta na (re) produção do espaço urbano, como também, retroalimentando o processo de segregação sócio-espacial já existente, agravando mazelas de ordem social e ambiental e afetando a qualidade de vida dos munícipes. “Vemos que Natal conta hoje com uma distribuição de serviços urbanos incompleta, devido à carência de infra-estrutura [...] em determinadas áreas, onde o processo de verticalização já se encontra acentuado, trazendo problemas sócioespaciais para a sua população.” (COSTA, 2000. p.24).

Percebe-se a desigualdade de acesso e a diferenciação socioespacial em Natal, revelando uma concentração de bens, serviços, equipamentos e infraestrutura voltados para uma faixa específica de população e norteados para espaços pontuais. Estes espaços selecionados configuram-se como dotados de interesse turístico ou imobiliário e são pertencentes às pessoas de melhores rendas. “Como consequência, acaba revelando espaços

opostos, onde o quadro socioespacial é marcado pela pobreza e exclusão." (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2009. p.73-74).

Portanto, entende-se que o processo de verticalização em Natal é direcionado para a elite natalense, fixando-se em áreas nobres e garantindo benefícios, como: redução de distâncias (moradia e trabalho), acessibilidade às escolas, hospitais, *shopping centers*, parques entre outros que somados à infraestrutura básica (água, luz, telefone, esgoto, pavimentação, transporte coletivo etc.), são ofertados a uma restrita parcela de residentes. Por tudo isso, a verticalização não pode ser vista ou justificada como uma opção de melhoria para a população residente (COSTA, 2000).

Apesar de reconhecer a importância no contexto da expansão urbana do município e para além dele, é notório que a verticalização tem beneficiado exclusivamente os agentes (re) produtores desse espaço em Natal, a saber, Estado e Mercado. Em contrapartida, os segmentos mais carentes da população, não recebem proporcional benefício. Ao contrário do que é divulgado pelos agentes hegemônicos, a verticalização não traz um desenvolvimento igualitário para a capital potiguar.

Nota-se que a verticalização, quando associada a outras formas de expansão econômica, como aquela relacionada ao turismo, acaba provocando sérias alterações no microclima, na poluição dos mananciais, na poluição de rios e praias, motivada principalmente pelo despejo de esgotos sem tratamento. Problemas que incidem diretamente na qualidade de vida da população local desprovida de melhores condições. Conforme Costa (2000, p.220):

> A verticalização de Natal é um processo difuso quando analisado o seu desenvolvimento. Ora [...] é vista como um elemento importante para o município, desempenhando papel fundamental para o seu desenvolvimento, ora apresenta-se como um sério risco, [...] trazendo impactos negativos que comprometem a qualidade de vida de segmentos da sua população. Essa ambiguidade reflete a ação dos agentes sociais ou imobiliários municipais, em conivência com o poder público, os quais buscam (re) produzir o espaço vertical de Natal de forma, até certo ponto, desordenada, focados exclusivamente para os seus interesses específicos, não se preocupando com os efeitos danosos que o processo provoca.

Mesmo diante de tantos problemas causados, ainda é possível verificar, de forma preocupante, por meio da pesquisa de Costa (2009), que nos últimos anos está havendo um considerável aumento das edificações verticais em diversos pontos de Natal beneficiando tão-somente as classes privilegiadas. Neste contexto, os problemas sociais que afetam grande contingente da população natalense, não têm prazo para soluções e tendem a se perpetuar, pois não são criadas alternativas minimizadoras. Na Tabela 03 é possível verificar a

expressiva evolução da verticalização no município de Natal, no intervalo de tempo de 09 anos consecutivos, por bairros da capital.

BAIRRO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	TOTAL
Alecrim	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Areia Preta	1	1	7	-	-	1	-	2	-	-	12
Barro Vermelho	-	3	2	2	2	3	1	-	4	4	21
Candelária	3	2	4	-	3	3	4	3	-	8	30
Capim Macio	2	9	3	12	2	5	3	3	9	3	51
Cidade alta	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Dix S.Rosado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Lagoa Nova	3	6	2	11	1	4	14	1	4	10	56
Lagoa Seca	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Neópolis	-	-	-	-	-	2	-	1	1	2	6
N.S. de Nazaré	-	-	1	-	-	-	-	2	-	-	3
N. Descoberta	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Petrópolis	2	-	3	-	2	-	5	1	2	1	16
Pitimbú	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	2
Ponta Negra	7	1	4	7	8	13	12	5	5	8	70
Praia do Meio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Ribeira	-	-	-	1	1	1	-	1	-	-	4
Rocas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Tirol	3	3	8	2	9	4	7	13	14	10	73
N.S. de Nazaré	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
TOTAL	21	25	34	35	28	36	48	34	40	47	348

Tabela 03: Levantamento do número de empreendimentos verticais de Natal de 2000-2009
Fonte: Costa, 2009. Não paginado.

Comprova-se, conforme os dados expressos na Tabela 03, que a localização e o expressivo aumento da verticalização concentram-se em bairros nobres de Natal, como é o caso do bairro de Tirol, apresentando o maior número de construções (73 construções) e quando essa espacialização vertical se relaciona com áreas de apelo turístico, como é o caso de Ponta negra, também revela altos índices (70 construções) no decorrer de nove anos.

Por fim, comprova-se ainda que, contrariamente aos danos já mencionados e sob o ponto de vista da gestão físico-territorial, a Prefeitura Municipal de Natal, tem se manifestado de forma positiva frente ao turismo-imobiliário, inclusive alterando o Plano Diretor para permitir a construção em áreas até então, avaliadas como rurais e por isso, protegidas. Vale ressaltar que o turismo de segunda residência fornece clientes para esse processo. (COSTA, 2000).

- Descaracterização do sítio histórico

Como relatado anteriormente, os danos fomentados pela forma como é conduzida a produção do espaço em Natal, motivada pelo turismo ou associada a ele, apresentam forte sinergia entre si, e por isso a expressiva verticalização do município, acaba acarretando também em uma acelerada descaracterização do sitio histórico natalense. Percebe-se que a maioria das ruas que se constituíam de residências unifamiliares, hoje, à medida que a periferia de Natal se expande horizontalmente, os casarões de época dão lugar aos "espigões", descaracterizando todo o sítio histórico natalense. (COSTA, 2000).

O processo de verticalização já citado produz uma verdadeira renovação de amplos segmentos urbanos, substituindo velhas e tradicionais estruturas horizontais por estruturas modernas, configurando novas paisagens, difundindo novos padrões e novas formas de perfil urbano. As áreas antigas são alteradas, e as áreas recentes vêm sofrendo um impacto sobre o ambiente natural, onde dunas e vegetação são destruídas para darem lugar às edificações modernas. (COSTA, 2000).

- Especulação imobiliária

A especulação imobiliária é outro fruto concatenado e resultante do processo de verticalização. O procedimento se intensifica, tornando os terrenos cada vez mais escassos e seletivos. Diante dessa realidade, acaba promovendo um êxodo da população mais carente, que impedida de arcar com o ônus cobrado pelo processo vertical, acaba migrando para áreas mais distantes do centro, fato que retroalimenta o processo de segregação já descrito. Esta conjuntura tem provocado o surgimento de conflitos sociais diversos entre esse segmento e o setor público e privado. (COSTA, 2000).

A pesquisa do Observatório das Metrópoles (2009) identificou 376 empreendimentos imobiliários, dentre eles: condomínios fechados, condhotéis, flats, hotéis e resorts no período de 2001 e 2006 em licenciamento ou em início de construção. Desses, 56,39% estão localizados em área não-litorânea e 43,61% em área litorânea. O município de Natal lidera o ranking dos municípios com maior dinâmica imobiliária, com 41,22% do total. O gabarito das edificações também começa a ser modificado, pela presença das torres de flats e apartamentos, infringindo a Legislação Municipal. (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2009).

Como consequência desta especulação acelerada, visualiza-se em Natal e no RN como um todo, um crescente número de resorts, flats, pousadas, condomínios fechados, entre outros, voltados exclusivamente para um público "não-local", principalmente europeu, mas também para o público doméstico oriundos das regiões sul e sudeste do Brasil. (SILVA e FERREIRA, 2010).

Para esta pesquisa, foi possível ter acesso as figuras do laudo pericial solicitado pela 45ª Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente da Comarca de Natal/RN, por meio do contrato nº 004/2008- PGJ, celebrado entre a Procuradoria Geral da Justiça, Universidade Federal do Rio Grande do Norte e a Fundação Norte-Rio-Grandense de Pesquisa e Cultura. O laudo se refere ao embargo das licenças para a construção verticalizada próxima ao morro do careca, na praia natalense de Ponta Negra, fruto da mobilização social constituída em Natal.

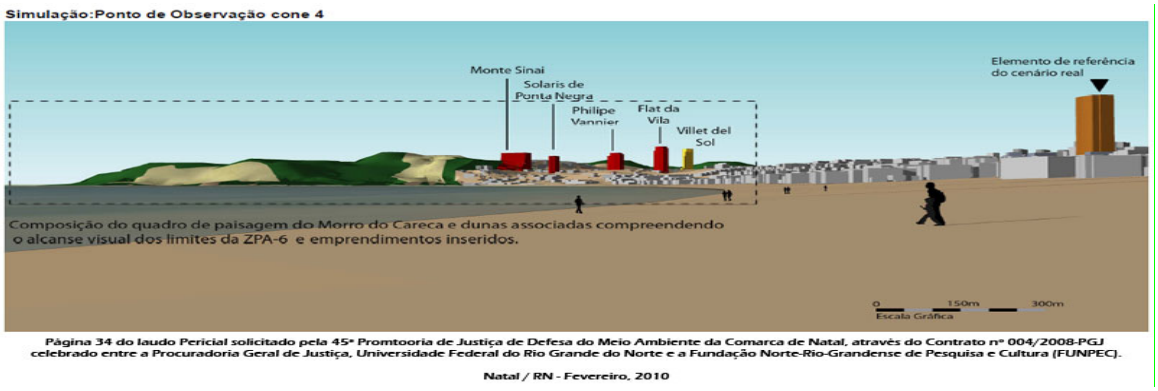


Figura 02: Simulação da paisagem do morro do careca e dunas associadas (ZPA-6) adicionada de empreendimentos verticais
Fonte: Movimento S.O.S Ponta Negra, 2012. Não paginado.

Na Figura 02, nota-se o quanto que seria modificada a paisagem da praia de Ponta Negra, em especial do Morro do Careca, caso esses empreendimentos verticais, frutos da forte especulação imobiliária com foco no turismo, fossem liberados e por fim, efetivados na área. Essa causa é reconhecida pelas lideranças sociais natalenses, como uma de suas principais conquistas, em face ao cenário da produção do espaço vivenciada na capital potiguar atualmente, com participação da população local.

- Segregação espacial

Justamente pela impossibilidade de ter acesso a um local digno para residir, boa parte da população natalense encontra nas formas "ilegais", a alternativa efetiva para solucionar o problema de moradia. Nesta conjuntura, o processo de favelização é fomentado

como única alternativa e acaba afetando a sociedade de forma acentuada. Conforme o Programa Integrado de Desenvolvimento Urbano e Inclusão social de Natal (2005), o município de Natal apresentava no ano de 2005, um número de 70 favelas espalhadas por 28 dos 36 bairros, com uma estimativa populacional de 65.122 habitantes. Estas áreas caracterizam-se por fragilidade ambiental, deficitárias condições de sobrevivência, moradias inadequadas e a forte incidência de doenças contagiosas (PREFEITURA DO NATAL, 2005).

- Desobediência à legislação vigente e falta de fiscalização e avaliações

Outro enclave revelado diante da pesquisa é a desobediência à legislação vigente e a "vista grossa" do poder público, contribuindo para a não fiscalização efetiva dessas ações. Em Natal, contrariando o Plano Diretor que está em vigor desde 1994, e que lista mecanismos que asseguram o cumprimento da função social da propriedade, da proteção do patrimônio cultural em todas as suas manifestações (social, histórico, ambiental, etc.) e ainda menciona sobre a gestão democrática, percebe-se que são poucas, as ações apontadas de forma adequada com essas diretrizes expostas pela normativa. Para CS5 A principal "infração" refere-se à quebra ou ao não cumprimento dos ditames do Plano Diretor em vigor. Ou mesmo, do poder público municipal – responsável por legislar e programar a política urbana- negligenciando a aplicação dos instrumentos urbanísticos.

É sabido que todos os mecanismos de controle do desenvolvimento urbano devem ser utilizados na busca por uma consciência cidadã. Cabe, pois, ao poder público o papel de fomentar essa consciência, logo, à população local compete o conhecimento dos seus direitos e limites e a permanente busca por um processo de gestão democrática, ajustado ao projeto de sustentabilidade social e ambiental preconizado pela legislação urbanística em vigor. (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2009).

É importante frisar que, a verticalização em Natal é um exemplo da não obediência à legislação urbana, por se desenvolver sem seguir normas específicas (COSTA, 2000). Fato justificado por duas razões: por não existir uma lei clara que possua um papel coercitivo ou por desobediência dos agentes imobiliários, alimentada pelo descaso do poder público em fiscalizar e fazer cumprir a legislação. Outro fator que contribui para esse problema, é que inexiste em Natal uma cultura que permita avaliações precisas e periódicas, fomentando com isso uma falta de transparência necessária, onde todos acabam realizando suas ações como julgam convenientes. (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2009).

- Inexistência do processo participativo da população local

No que diz respeito ao processo participativo da população no direcionamento da produção espacial em Natal, vinculado ao turismo ou favorecido por ele, o parecer sobre o monitoramento de políticas públicas do Observatório das Metrópoles (2009) deixa evidente que as medidas são encaminhadas num contexto de total ausência de participação social, ferindo assim o marco regulatório municipal que assegura a participação social nas fases de formulação, implementação e acompanhamento do PD, conforme é corroborado a seguir por algumas normativas: a) lei complementar nº 082, de 21 de junho de 2007, que dispõe sobre o plano diretor de natal (Art. 93º), b) lei orgânica do município, no capítulo IV – referente aos Sistemas de Planejamento Urbano e da Gestão Democrática da Cidade, no art. 132º, c) capítulo II da política urbana presente nos art. 182 e 183 da Constituição Federal.

É sabido que mudar o plano com base em critérios predominantemente políticos e econômicos põe em risco outros elementos importantes, como aspectos sociais e ambientais, importantes para o interesse coletivo. Comprovando que os agentes hegemônicos continuam ditando as regras desse jogo desigual. (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES – NÚCLEO Natal, 2009).

Exemplificando, Costa (2000) cita que pela necessidade de altos investimentos, a verticalização se distancia do domínio e do controle da população em geral, excluindo a maioria da população dos momentos de criação ou (re) produção desta tipologia. Assim o controle dessas ações está condicionado à ação dos agentes sociais, chamados de agentes imobiliários, sejam eles públicos ou privados (re) produtores, por excelência, do espaço verticalizado.

O que favorece também a essa omissão da população local, é a ausência de uma definição clara dos mecanismos de como sua participação nos espaços de deliberação pode ser efetivada e principalmente, considerada. “Percebe-se que a não participação, somada ao fato da inexistência de uma identidade do cidadão, transforma a participação da sociedade, citadas de forma unânime por toda a legislação estudada, em letra morta.” (OBSERVATÓRIO DAS METROPOLES, 2009. p.72).

CS5 (2012) afirma que a situação de exclusão da população local em quesitos do desenvolvimento da atividade do turismo natalense existe, e de forma geral:

> A população local participa quase nada. A sociedade civil organizada, idem, ou muito pouco; uma vez que os canais, os fóruns de representação que objetivariam a ação dos atores sociais são escassos. Logo os controles horizontais sobre a ação do Estado são muito frágeis. Isso abre espaço para que instituições do próprio Estado, que tem crédito perante a sociedade, terminem por fazer quase que sozinho às vezes

> desse controle social. Destaco a atuação positiva de agentes públicos, como o Ministério Público, através de suas promotorias. Acho que como sociedade civil organizada, se contribui muito pouco, alguns atores sociais se mobilizam e se organizam ao mesmo tempo em várias instituições e atuam ou realizam frentes em prol de uma ação pública de interesse coletivo. Mais vejo isso muito pouco direcionada especificamente ao turismo. (DADOS DA PESQUISA, 2012).

O que intensifica e ratifica ainda mais a problemática é que conforme a pesquisa do Observatório das Metrópoles (2009), não foi localizado nenhum acompanhamento por parte da população e movimentos sociais sobre o controle da quantidade, qualidade e investimentos privados que utiliza o território como fonte de acumulação do capital. A junção desses elementos (físicos, sociais, ambientais e de gestão) coloca como preocupante a forma de instalação dos empreendimentos imobiliário-turísticos no município de Natal. (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2009).

- Impactos ao meio ambiente

De acordo com a pesquisa do Observatório das Metrópoles (2009), as alterações no uso e na ocupação do solo, sem a utilização de um planejamento urbano e de um controle mais expressivo, resultam em problemas ambientais sérios, prejudicando os próprios elementos ambientais que geram ou contribuem para a expansão da atividade turística, revelando assim uma forte incoerência por meio da perda de elementos insubstituíveis para o homem. Demonstra-se neste momento a existência de um elemento de irracionalidade na atividade turística na capital potiguar. CS5 (2012) enfatiza que:

> É importante ter em mente que a participação social é benéfica ao planejamento urbano e é garantia da "cidade para todos". A "cidade turística", a "cidade balneária" (como Natal) tem que usufruir dos benefícios gerados pelo turismo. Lembro, por exemplo, que Natal é uma cidade: ambientalmente, muito frágil; e, socialmente muito desigual. (DADOS DA PESQUISA, 2012).

Nota-se que o impacto ambiental na linha de praia é bastante considerável, devido principalmente à fragilidade das dunas, mangues e falésias existentes em Natal. "Um amplo processo de ocupação e movimento de terra, seja no momento da preparação ou construção , vem modificando o perfil físico do litoral potiguar colocando em risco o conjunto vegetal ainda existente." (OBSERVATORIO DAS METROPOLES, 2009, p. 274). Este processo de produção espacial tem trazido, nas últimas décadas, impactos ao ambiente e consequências densas na estruturação do tecido urbano. Os problemas sociais mais comuns são: poluição, esgotamento sanitário e coleta de lixo deficiente. (COSTA, 2000).

- Falta de operacionalidade e agilidade do poder público local

É preciso ressaltar que todo esse ambiente de desacertos acaba sendo impulsionado pela falta de operacionalidade e agilidade do poder público local, o qual se rende ao poderio dos grandes investidores do capital-imobiliário e turístico e faz com que toda a legislação que tenta ordenar o desenvolvimento urbano municipal, transforme-se em algo sem eficácia, constando apenas em papéis, sem efetividade alguma. Este fato leva CS6 (2012) a afirmar que:

> Analisando o Plano Diretor de Natal, que até certo ponto é avançado, percebe-se que muitos itens referenciados não estão sendo colocados em prática devido à falta de regulamentação. O poder público faz "vista grossa" e é conivente com as situações que utilizam determinadas áreas do município, indo de encontro com a legislação urbana. Isto tem como finalidade principal, atender os interesses do capital imobiliário e do fluxo turístico, independente do natalense que reside na área e que interage diariamente com o espaço. (DADOS DA PESQUISA, 2012).

Fica demonstrado que a legislação, a qual deveria dar suporte ao morador local, volta-se para os agentes hegemônicos de transformação do espaço e esse redirecionamento da legislação incide diretamente na queda da qualidade de vida da população local. Uma vez que as decisões são tomadas com base na opinião de poucos, sem haver os devidos debates e a troca transparente de informações, favorecendo a não participação popular como está garantida por direito e consta em vários artigos e incisos da legislação pesquisada. CS6 (2012) corrobora com a fala, afirmando que:

> A legislação esta para servir a quem? Está para servir ao grande capital? Está para servir a população que vem de fora? Ou está para servir ao morador local? Em minha opinião tem que priorizar o morador. Afinal de contas, nós é que estamos no município no dia a dia, nós é quem pagamos os impostos, e pagamos bem e temos um município mal planejado e gerido, trazendo implicações na forma de residir do natalense. A qualidade de vida é extremamente comprometida com esse descaso do poder público. Como exemplo, posso citar a regulamentação de artigos que estão contidos no Plano Diretor que inibe a verticalização na orla de Ponta Negra, área sentido da Avenida Engenheiro Roberto Freire, lado esquerdo. No entanto, esta providência só veio a ser efetivada quando praticamente toda área já havia sido ocupada. (DADOS DA PESQUISA, 2012).

Este fato compromete a relação de confiança que deveria existir entre o poder público e a população local. Como confiar no Estado, representante legal do povo, se o mesmo se rende a contrapartidas injustas e desiguais dos expressivos grupos (nacionais e estrangeiros) em função de interesses particulares?

É licito supor que os espaços urbanos de convívio social em Natal, já escassos e precários, são constantemente modificados pela ação do homem, determinados pelo modelo capitalista, trazendo com isso, sérios problemas para o fomento de meios que causem o desenvolvimento e que assegure uma organização social justa, um melhor uso dos recursos

naturais e por fim, uma melhor qualidade de vida às pessoas. Conforme análise de CS7 (2012) os espaços de convívio social de Natal ao serem produzidos ou (reproduzidos) provocam:

> A saída da população local e atende apenas ao turista ou as atividades econômicas que se beneficiam do turismo. Aqui em Natal, eu entendo que os espaços para atendimento do lazer e da qualidade de vida da população, são poucos, quase inexistentes. Os poucos que existem são muito mal cuidados. Quando falo disso, me refiro às praças, a inexistência de jardins, de áreas arborizadas, uma vez que nós temos um clima adverso para as pessoas se exporem ao sol e para as crianças brincarem ao ar livre. Então as áreas arborizadas e comuns da cidade para prática do lazer, com uma boa arborização, com o calçamento e equipamentos adequados praticamente e historicamente não existem. Eu diria que aqui na zona sul, existe o Parque das Dunas. Local restrito porque se paga para entrar, restrito por conta do acesso, pela localização entre outros fatores. (DADOS DA PESQUISA, 2012).

CS7 (2012) continua explanando que esta situação, agrava-se, quando passa a ser analisada dentro de uma perspectiva de produção e reprodução de espaços urbanos específicos para o turismo. A entrevistada atesta que:

> A nossa grande área de lazer popular, nossa grande área de lazer para o povo é a nossa orla marítima. Ocorre um descaso do ponto de vista do passeio público, do ponto de vista dos acessos, do ponto de vista dos equipamentos, fiscalização, salva-vidas, seguranças das pessoas. Ou seja, existe um caos instalado nas áreas de acesso livre da população que é a orla marítima que banha a capital. A área naturalmente de lazer do natalense. (DADOS DA PESQUISA, 2012).

Fala confirmada também por CS5 (2012), quando a mesma afirma que à medida que o município passa por processos de turistificação (Ponta Negra é o exemplo):

> Ocorrem consequências para os moradores locais. Que passam a partilhar ou mesmo se afastar compulsoriamente ou por iniciativa própria de muitos desses espaços. A própria praia, antes um espaço tido como “espaço público” “espaço de todos” passa a ter suas areias comprometidas com diferentes públicos. No convívio cotidiano que modificam esses espaços podem surgir relações de conflito (disputa pelos espaços) ou de acomodação (através da avaliação da existência de algum tipo de vantagem proporcionado pelo convívio com turista de todas as nacionalidades e localidades (Brasil). (DADOS DA PESQUISA, 2012).

Todos esses dados sugerem uma situação bastante recorrente. Percebe-se que após o espaço ser modificado para fins turísticos, acaba-se promovendo, concomitantemente, também uma barreira que impede o uso cotidiano do espaço pelo morador local. Em partes por falhas no planejamento e gestão, pela exclusão da população local na tomada de decisão, pela grande pressão do mercado e entre outros fatores.

A praia de Ponta Negra é um exemplo clássico desta situação. Após sua urbanização, com recursos do PRODETUR/RN, a praia perdeu sua característica identitária e passou a assumir características que traz o sentimento de estranheza do morador local. CS6 (2012) ratifica a situação declarando que:

> Essas áreas ao longo do processo de intensificação da atividade turística têm sido codificadas. A primeira área importante é a área de Ponta Negra. Essa área foi toda reorganizada, reproduzida. Com essa modificação, com a retirada das barracas, por

> exemplo, ela automaticamente passou a ser apenas a ter o público de fora, ou seja, o estrangeiro. Quando me refiro a estrangeiro não quero falar somente aos turistas internacionais e sim estrangeiros do lugar. Então os turistas que vêm para Natal, vão para Ponta Negra. Eles vão para Ponta Negra porque a praia é vendida como uma opção de lazer, qualidade de vida etc. O morro do careca, praticamente não se enxerga mais, dada a especulação imobiliária e o tipo de gabarito que o Plano Diretor de Natal permite que seja construído naquela área. Então essa desorganização, a relação de violência, de prostituição, de drogas, os preços altos afastaram o natalense do seu local natural de lazer que era a praia de Ponta Negra. Hoje em dia a praia é muito mais utilizada por quem frequenta os hotéis daquela região. (DADOS DA PESQUISA, 2012).

Contrariando o que consta no artigo nº 45, do Código Ambiental de Natal, que fala sobre "a proibição de urbanização e edificação pública ou privada que impeça o livre acesso do povo às praias e ao mar." A Via-costeira, outra grande obra construída na década de 1980 para fins turísticos e marco para o fomento da atividade turística em Natal, é palco de descumprimento da referenciada lei, que sequer é levada em consideração.

Neste espaço produzido diretamente para e pelo turismo ocorre uma privatização do espaço público disfarçada. Não bastasse a distância da obra dos grandes centros populares e da inexistência de uma quantidade efetiva de linhas de transporte coletivo que liguem a área a regiões periféricas de Natal, o referido espaço acaba sendo direcionado para o uso e aproveitamento direto e exclusivo do turista que se hospeda nos hotéis da extensão da Via-costeira. CS6 (2012) admite a situação de exclusão da população do seu espaço peculiar e dos processos decisórios, revelando a verdadeira função da população local diante desses trâmites. Sua fala afirma que:

> A população não participa, e quando participa das audiências públicas, não é levada em conta. E na hora de decisão, ela não é levada em consideração. Servem apena para convalidar decisões. Penso que a sociedade organizada fosse ouvida, ao menos ela teria um maior acesso as áreas, hoje quase exclusivamente para o turista. Como por exemplo, a Via Costeira. Hoje a Via Costeira é uma área privatizada, de forma velada e não legal. Os hotéis a chamam "a minha praia." (DADOS DA PESQUISA, 2012).

Ainda Sobre o Megaprojeto Parque das Dunas/ Via Costeira (PD/VC), Costa (2000) ratifica o fato anterior e chama atenção para os outros problemas inseridos na sociedade por meio de falhas no planejamento desta (re) produção do espaço para fins turísticos.

> O projeto trouxe problemas de deslocamento constante de areia, pondo em risco os que transitam na via de acesso. Favoreceu o acesso à área de proteção ambiental do Parque das Dunas, de pessoas que depredam e destroem o meio ambiente local, e dificultou o acesso de pessoas à praia em quase toda a sua extensão, tornando-se praticamente exclusivo aos hóspedes dos hotéis aí instalados. Atualmente, por pressão da sociedade civil organizada, existe uma preocupação do poder público em garantir maior acesso de pessoas a determinadas áreas da praia, entretanto, a exclusividade dos hotéis no uso desses espaços sobrepõe ao uso da população em geral. (COSTA, 2000, p.129).

Com referência a todo este ambiente, percebe-se que a ocupação e o desenvolvimento desses espaços para o turismo vêm ocasionando sérios problemas para o morador local. CS5 (2012) assevera que:

> A infraestrutura da cidade esta voltada para atender ao fluxo que não é de Natal. Recentemente eu fiz um levantamento em Ponta negra, que detectou uma quantidade inexpressiva, de menos de 5% da população residente, afirmando que está satisfeita com a atividade do turismo na área. No entanto, mais de 50 % acha que o turismo trouxe uma dinâmica para o bairro, porém esta dinâmica não veio para beneficiar o morador, então ele se sente prejudicado. E ele se sente aleijado de que muita coisa que antes existia e que hoje não existe mais. O que se percebe é que o turismo é uma atividade que gera divisas e emprego, mais que no quesito de melhores condições de vida para o morador local, ele se torna extremamente prejudicial quando mal direcionada. (DADOS DA PESQUISA, 2012).

A praia de Ponta Negra é dotada de uma infraestrutura de urbanização da orla, de esgotamento sanitário e de pavimentação de ruas até certo ponto recente, motivada pelos investimentos do PRODETUR/RN, no entanto, essas obras buscaram atender a demanda turística do município de forma pontual, e não se preocuparam em dotar a população residente do bairro de melhores condições e qualidade de vida.

É percebido que o grande fluxo turístico que se concentrou naquele bairro veio contribuir diretamente para a expansão deste, marcada por uma expressiva utilização da sua infraestrutura, trazendo consequências sérias para o espaço urbano de Ponta Negra e ao mesmo tempo com reflexos negativos na qualidade de vida da população local. De acordo com CS6 (2012), “atualmente o esgotamento sanitário de Ponta Negra encontra-se sobrecarregado, fomentando problemas sérios como “bocas de lobo” e a poluição da faixa litorânea, acarretando graves dificuldades no quesito de balneabilidade da praia.” Fato este que para o turismo é problemático.

Outro fato contraditório é levantado por CS7 (2012), quando se refere a outras áreas que receberam atenção inicial do poder público. Comenta que a Praia do Meio e a Praia do Forte, as quais a população local ainda guarda certa identidade e que adotou como de uso exclusivo, não recebe atenção alguma do poder público. Não ocorre nenhuma intervenção de melhora. Por toda a sua extensão, até a Praia de Areia Preta pode-se verificar o descaso do poder público com as áreas que a população local ainda considera como “sua”. CS7 (2012) chama a atenção, garantindo que:

> O poder público não respeita o espaço de lazer da população local, não investindo na manutenção da infraestrutura caríssima que é colocada lá. É assim que eu entendo a forma como o poder público trata os espaços de lazer que em princípio serviria primeiro a população local e em segundo lugar ao turista. Em Natal, além de a ordem ser invertida, porque se o local é bom para a população local, o turista também vai achar um lugar bom também, isso é uma premissa. Então como a população utiliza de forma precária o espaço de lazer das nossas praias urbanas do

> Forte a Areia Preta, o turista também não se aventura nessa precariedade. (DADOS DA PESQUISA, 2012).

Toda a avaliação feita até agora se baseia nos espaços externos (a orla), no entanto quando se analisa os espaços internos do município como as praças, por exemplo, a situação mostra-se ainda mais complexa, uma vez que esses espaços são caracterizados por um amontoado de lixo e descaso público quanto à infra-estrutura mínima e segurança. Para CS7 (2012) "cada praça é uma armadilha de assalto, de insegurança, de violência, de drogas. Então já não bastasse quase não existir, os poucos espaços de convívio social do natalense é mal cuidado pelo poder público." Tudo isso atesta ainda mais o descaso com áreas de convívio social e cotidiano.

- Aumento de problemas sociais

Diante das várias incoerências mencionadas, emergem os fortes problemas sociais que mancham e deprimem as relações sociais natalenses. A pesquisa do Observatório das Metrópoles (2009) destaca a violência como um fenômeno social agravador da vulnerabilidade que a população natalense está sujeita. "Tudo é considerado como resultado do agravamento dos processos de concentração das desigualdades sociais." (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2009. p. 84).

Entende-se, que associado a esta infraestutura desigual referendada com o aval do poder público, o qual permite que o capital imobiliário invista em Natal, acarreta consequências sérias na utilização da infraestrutura e a população residente, que naturalmente se utiliza desses serviços cotidianamente, é extremamente prejudicada nos quesitos sociais como: abastecimento de água, esgotamento sanitário, energia elétrica, trânsito, segurança pública, poluição sonora, poluição do ar e a poluição da praia.

Na Tabela 04, apresenta-se um relato adaptado de dados sociais das áreas em que se localizam as praias urbanas de Natal, referenciados pelo Anuário de Natal (2010). Torna-se evidente, por meio dos dados, que as ações e obras sociais, tão comumente faladas e prometidas em épocas de campanhas eleitorais, não se concretizam na totalidade do espaço natalense.

Nota-se um grande número de loteamentos "ilegais" (35) em Ponta Negra, revelando a "expulsão branca" da população local que migra para áreas com déficits de infraestrutura, motivadas pela forte pressão capitalista imposta com a chegada dos investimentos em turismo.

Os dados evidenciam também a incipiência e sobrecarga dos estabelecimentos da área de saúde, devido à quantidade existente e demanda que necessita, e os poucos postos de segurança pública, o que incita ainda mais os furtos, por serem áreas de passagem de turistas. É possível verificar também os baixos índices de áreas saneadas, pavimentadas e drenadas, que juntas, vêm contribuir ainda mais a situação da população local sem um poder aquisitivo expressivo.

BAIRRO	Drenagem (%)	Pavimentação (%)	Estabelecimentos da Área de saúde	Segurança Pública	Loteamentos Legais	Assentamentos Precários	Equipamentos desportivos	Saneamento	
								Total de ligações/(m^3)	
								Água	Esgoto
Redinha	60	60	03	01	06	05	06	2.981	01
Ponta Negra	70	75	01	04	35	02	06	7.380	4.275
Praia do Meio	95	95	02	02	02	01	01	857	775
Santos Reis	100	100	-	01	01	02	03	1.650	1.499
Areia Preta	98	98	01	-	01	-	-	982	793

Tabela 04: Panorama dos Serviços Públicos do Município de Natal/RN, 2010

Fonte: Prefeitura do Natal. Anuário de Natal 2010. Adaptado pelo autor, 2012. Elaboração com base nos dados da CAERN (2010), SEMOPI, SMS, SEJUC, SEMURB e da FADURPE.

Os resultados sugerem que os impactos negativos verificados em Natal em razão do seu processo acelerado de produção e reprodução do espaço urbano, estão relacionados principalmente ao quesito de implantação de infraestrutura urbana, à segregação sócio-espacial e à poluição em geral. Os referidos impactos têm afetado negativamente a forma de vida da população local. Atribuindo em partes ao turismo, a possibilidade de expansão desse processo espacial desigual.

Nota-se de igual modo, que a população local na maioria das vezes silencia diante do poderio de alguns agentes e esse fato induz algumas ações ao erro e a centralidade das decisões, violando com isso o direito de participação popular nos direcionamentos da atividade do turismo. Por conta disso, não se pode afirmar que a produção de espaços para fins turísticos é influenciada pelo capital social instituído no município. Uma vez que dentre os agentes que produzem o espaço turístico, a população local é a mais impedida de interagir e participar.

Como consequência desse veto, esta produção espacial ligada ao turismo continua aleijada, desequilibrada, cujas ações e forças principais se concentram nas mãos de poucos. Contrariando deste modo, todas as normativas legais que enfatizam e indicam a importância da participação de todos os agentes neste processo, a fim de evitar retrocessos para concertos de proposições e ações efetivadas de forma errônea.

4.3 Apresentação das principais contribuições que redireciona(ra)m as ações ligadas à produção do espaço para fins turísticos em Natal/RN: interpretando a percepção das lideranças sociais natalenses

Prosseguindo com a análise, o segundo Discurso do Sujeito Coletivo responde ao objetivo específico C desta pesquisa e busca entender como os agentes sociais natalenses, percebem as contribuições e os frutos positivos que emanam das ações fomentadas pela sociedade civil organizada, em torno da produção do espaço para o aproveitamento da atividade turística na capital potiguar. Vale ressaltar que a diferença deste objetivo para com os demais, é que o discurso é formatado neste caso a partir de uma única questão central, e origina-se da seguinte pergunta e de seus desdobramentos:

(1) Na opinião do senhor (a), a sociedade civil organizada contribui para o redirecionamento das ações ligadas à produção do espaço para fins turísticos em Natal/RN? De que forma? Pode citar exemplos? Em caso negativo, por que não ocorre contribuição?

Ao discutir sobre as principais contribuições dos agentes sociais de Natal, com relação ao redirecionamento das ações ligadas a produção do espaço voltada para o turismo o participante da entrevista CS1 (2012) afirma que mesmo diante de muitas dificuldades “As conquistas que a gente acumulou durante esses 05 (cinco) anos, mudaram o destino da cidade pelos próximos 50 anos.” Observa-se diante da análise, a identificação de ações que já foram feitas e das inúmeras possibilidades que podem vir a serem efetivadas diante da situação exposta. Pensando assim, CS2 (2012) afirma que:

> Já se percebe uma nova geração surgindo com uma postura mais crítica, de empresários e cidadãos. Com uma proposta mais sistemática, propositiva, onde já encontramos hoteleiros com mestrado na sua área, o que era difícil, pois eram basicamente profissionais administradores e da construção civil que resolviam construir e administrar seus hotéis, sem base alguma. Então já percebido uma mudança no discurso da iniciativa privada, enquanto que o poder público tem sérias dificuldades de colocar o seu discurso em prática. (DADOS DA PESQUISA, 2012).

Para CS3 (2012), “A participação existe, mas ainda não é suficiente para provocar o redirecionamento de ações, tendo em vista que as participações de grupos com interesses direcionados para a iniciativa privada prevalecem nestas discussões.” Este fato vem sendo comprovado por toda a análise.

É preciso intensificar a participação, por meio de efeitos práticos, tornando dessa forma, mais fácil o ato de mobilizar mais gente diante de causas que afetam a população local de forma desigual, e a partir disso, se tangibilizar uma possível mudança na rota do desenvolvimento econômico tão fortemente ligado ao turismo.

Mesmo pontuando algumas ações que surtiram o efeito esperado e que de algum modo superaram as expectativas, comprovando que existe a possibilidade de mudanças motivadas pela sociedade civil organizada, CS3(2012) continua explanando sobre a questão, quando afirma que: “Somente com envolvimento e conhecimento em planejamento e na resolução dos problemas pode-se avançar para um turismo de qualidade, que beneficie a todos.”

Complementar a isso, CS1 (2012) ratifica chamando atenção para o fato, que: “Se não houver uma mudança de interesses mesmo, vão destruir a cidade de Natal.” Esta declaração evidencia o caráter emergencial de mudança de foco e direcionamento no processo de planejamento e gestão da produção espacial natalense motivada pelo turismo.

IDÉIAS CENTRAIS (IC)
(A) Elementos que facilitam as contribuições;
(B) Elementos que dificultam as contribuições;
(C) Contribuições efetivas do capital social;
(D) Frutos das ações do capital social.

Quadro 12: Idéias centrais referentes às principais contribuições que visam o redirecionamento das ações ligadas à produção do espaço para fins turísticos desenvolvidas em Natal/RN, na percepção dos membros que representam as lideranças do capital social natalense.
Fonte: Dados da Pesquisa, 2012.

Como resposta ao ambiente apresentado, o segundo discurso é construído por meio da fala das lideranças dos agentes sociais natalense com relação às percepções das contribuições que visam o redirecionamento das ações ligadas à produção do espaço para fins turísticos desenvolvidas em Natal/RN e apresentado no Quadro 13, que segue.

Em meio às contribuições, não posso deixar de mencionar mais alguns elementos que dificultam esse processo de participação popular em Natal. Na verdade, existem pessoas mal intencionadas, adornadas de boa intenção. Posso citar como exemplo a grande mobilização de alguns agentes a fim de aprovar, com agilidade, a construção do emissário submarino em Ponta Negra. Por quê? Para justificar a liberação de grandes empreendimentos internacionais, uma vez que tem muita coisa parada na atualidade, por falta de saneamento. É um dominó que a gente conseguiu tirar uma peça e as coisas pararam de cair sob efeito cascata.

Penso que a sociedade, através do senso comum, ainda não enxergou as mudanças no território que estão vivenciando. Por exemplo, a sociedade deixou de ir para Ponta Negra quando acharam que lá tinha prostituição, travestis, drogas entre outras mazelas. A população precisa entender que não vai conseguir modificar essa mentalidade com ações de preconceito. Ao contrário, ações errôneas e a desmobilização da população acentuam ainda mais os problemas.

Outro exemplo é que hoje os agentes hegemônicos que polarizam as decisões em Natal, querem eliminar a pobreza por meio de um processo errôneo, objetivando deixar as praias nos padrões para o turismo internacional, porque se quer uma praia boa, legal e adequada. Percebem-se então fortes contradições de muros sendo erguidos para condomínios fechados e pessoas morando em casa miseráveis ao lado.

Ainda posso informar um detalhe: o poder público quer tirar os poucos serviços públicos existentes na vila, justificando que lá não têm mais pobres. São essas contradições que não ficam visíveis, e dessa forma a sociedade ainda não enxerga, e a sociedade só não

enxergou ainda, por ser imediatista. Todos os moradores são colocados à margem do processo de desenvolvimento.

Diante desses conflitos, eu acho que a população local de Natal é até certo ponto pacífica frente às acentuadas desigualdades que são postas. Por isso eu afirmo que inexiste a inclusão social no turismo em Natal/RN. Porque na lógica atual, o rico continua ficando rico e o pobre ficando pobre. Faz-se necessário uma política inclusiva urgente. O que se nota facilmente é que quando vai desenvolver essas áreas, a população apenas fica assistindo. Ela não consegue se inserir, pois ela não domina o inglês, ela mal domina o português direito.

Dessa forma, eu vejo que é preciso que ocorra a união dos agentes de forma leal. Sozinho o poder público não é capaz de resolver os problemas. Um fato interessante que observo é que a sociedade civil e a iniciativa privada já estão mais avançadas que o poder público em alguns quesitos. Já se percebe uma nova geração surgindo com uma postura mais crítica de empresários e cidadãos, com uma proposta mais sistemática, propositiva, onde, por exemplo, encontramos hoteleiros com mestrado na sua área, o que era difícil, pois eram basicamente administradores ou da construção civil que resolviam construir e administrar seus hotéis sem base alguma.

Com base em todos esses descompassos, eu considero que esta participação existe, mas ainda não é suficiente para provocar um redirecionamento de ações que Natal necessita urgentemente na atualidade, uma vez que ainda se pode ver a hegemonia na participação de grupos com interesses direcionados para a iniciativa privada nestas discussões.

Mesmo diante de tantos obstáculos, ainda posso comemorar e me orgulhar de algumas ações que modificaram e garantiram certo alivio para Natal. Começo citando uma das contribuições de maior impacto em termos do Capital Social, que foi a suspensão e finalmente cancelamento das licenças e qualquer outra possibilidade de construção de prédios absurdos próximo ao Morro do Careca. O inquérito civil é datado do ano de 2006 e trata justamente de pretensões de edifícios verticalizados na área de cordão Dunar do Morro do Careca, que forma a Zona de Proteção Ambiental 06 (ZPA-6).

Também conseguimos emplacar na revisão 2007 do Plano Diretor de Natal, duas emendas que foram iniciativas criadas no bairro de Ponta Negra pela comunidade. Uma delas é a aprovação da emenda para se formatar um plano setorial específico para o bairro. Em outras palavras, seria um Plano Diretor específico para Ponta Negra, que

compreendesse e buscasse o equilíbrio de como conciliar o uso residencial, comercial, turístico. A segunda emenda foi à área especial de interesse social (AEIS) para a Vila de Ponta Negra, impedindo com isso que pequenos terrenos sejam aglutinados para formar uma grande área capaz de permitir a construção de grandes prédios. Consegue-se com esta emenda que o IPTU não vá para estratosfera, uma vez que o IPTU aumentando, o nativo acaba migrando, e ocorre o que se chama de "expulsão branca", pois torna inviável a moradia do nativo em lugares paradisíacos como a vila de Ponta Negra. Impede também a especulação imobiliária desenfreada e evita também que as pessoas acabem abandonando seu local de origem devido à inviabilidade de moradia no local.

Outra ação que posso citar é a mudança dos planos de construção do emissário submarino no bairro de Ponta Negra. Também houve participações em debates assíduos e em audiências públicas na época da operação chamada de "Operação Impacto", operação deflagrada pela Policia civil e pelo Ministério Público em 2007, que investigou um suposto esquema fraudulento de liberação de propina na Câmara Municipal de Natal, durante a votação para reforma do Plano Diretor. Além de tudo isso, as redes sociais servem como um canal informativo de divulgação das audiências públicas e de mobilização para ações.

Ainda destaco outras ações como a valorização dos direitos das crianças e dos adolescentes no mercado turístico em Natal, prevenindo casos de exploração sexual nas empresas do *trade* do turismo; a captação de investimentos na área de educação de adultos; as denúncias de casos de exploração sexual ao Ministério Público do estado do Rio Grande do Norte.

Teve também a proposição e acompanhamento da atuação da Frente Parlamentar dos Direitos das Crianças e Adolescentes na Câmara de Vereadores do município de Natal e na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte, propondo políticas públicas e ampliação do orçamento público para iniciativas de interesse das crianças e adolescentes. Cito também a celebração de acordos formais, prestação de serviços e colaboração técnica para implantação de políticas corporativas.

Outra contribuição foi à formação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) contra exploração sexual em 2003, a qual foi uma concepção nossa. Atualmente estamos desenvolvendo uma metodologia focada nos adolescentes, para que eles se protejam principalmente os adolescentes de comunidades empobrecidas. Conseguimos, além disso, um maior envolvimento de alguns segmentos (universitários) nas causas como a prestação de serviços voluntários, promovendo eventos e participando das mobilizações sociais.

Na área ambiental, posso citar os subsídios nos programas de educação ambiental, visando promover a identificação, criação e manutenção de áreas de conservação e ainda realizamos atividades relacionadas no combate e conscientização, por meio de campanhas, seminários, palestras e mobilizações sociais, no quesito da grande quantidade de lixo que é jogado nas praias urbanas de Natal. Por fim eu concluo afirmando que as conquistas que agente acumulou durante esses anos, mudaram o destino da cidade pelos próximos 50 anos. Essas ações beneficiam o turismo, de forma direta e indireta, uma vez que a cidade continua aprazível, gostosa, bonita, com pouca poluição, poluição visual inclusive. É uma reação em cadeia. Penso que somente com o envolvimento e com o conhecimento em planejamento e na resolução dos problemas pode-se avançar para um turismo de qualidade, que beneficie a todos, principalmente o morador local.

Quadro 13: DSC (II) - Percepção das principais contribuições que visam o redirecionamento das ações ligadas à produção do espaço para fins turísticos desenvolvidas em Natal/RN, na percepção dos membros que representam as lideranças sociais do capital social natalense.
Fonte: Dados da Pesquisa, 2012.

Com base no discurso apresentado, percebe-se inúmeras ações com foco voltado para questões operacionais e políticas, no entanto sente-se a ausência de ações que usem questões mais subjetivas, como é o caso do incentivo a cultura local, elemento gerador de identidade e capaz de desenvolver o sentimento de pertencimento ao município, fato este que foi elencado com uma das grandes dificuldades de mobilização pelos representantes do capital social no objetivo anterior.

Vale relembrar que, quando se menciona produção do espaço nesta pesquisa , se quer enfatizar a grande necessidade em se trabalhar a produção coletiva e de uso igualitário de fixos (elementos concretos marcados por ações: praças, acessos, calçadões, ciclovias, áreas de lazer e recreação, espaços para eventos entre outros) e de fluxos (elementos subjetivos: relações sociais em seu escopo maior), os quais movimentam e dão vida aos fixos constituídos, compondo assim uma totalidade, sugerida por Santos (2009) na perspectiva de análise sobre o Espaço.

Para Gottdiener (2010) produzir espaço compreende organizar-se socioespacialmente como consequência direta das relações entre processos econômicos, políticos, sociais e culturais. Por essa razão, dentre as ações selecionadas pelas lideranças, existem muitas iniciativas que não estão ligadas diretamente a produção de espaços para o turismo, mas, muitas vezes, buscam o fomento de sentimentos de cidadania, coletividade,

participação popular, vizinhança, melhoria na qualidade de vida entre outros aspectos, que compõem o espaço como um todo.

Fica tácito que quando as contribuições citadas não estão ligadas diretamente com o turismo, elas acabam se relacionando mesmo que indiretamente com a atividade e acabam produzindo espaços de suporte para o mesmo. É o caso da proposição da AEIS em Ponta Negra, a qual não possui nenhuma interface direta com o turismo e ao mesmo tempo, pode sim favorecer por meio da proteção de uma área específica do bairro, as características tão buscadas pelos visitantes, como a arquitetura das casas de época, a composição das ruas, o clima ameno, as características cotidianas do local e seus moradores, levando o turismo de base comunitária a desenvolver-se com fortes respaldos.

Outro evento que se pode citar no contexto da produção do espaço motivada pelo turismo é o que os pesquisadores chamam de “expulsão branca”. Ocorre a referida expulsão quando a população local, devido às fortes pressões especulativas e de mercado, é expulsa para áreas destituídas de condições mínimas de moradia e qualidade de vida, produzindo espaços chamados de loteamentos ou favelas. Esta conjuntura é condicionada em função do ineficiente planejamento e gestão do turismo que quer lucrar a qualquer custo.

Ainda com base nos dados do discurso, dentre as dificuldades que impedem a ocorrência de um número maior de contribuições por meio dos agentes sociais, cita-se o uso de argumentos sem consistência por parte dos agentes hegemônicos, que afirmam que todo o desenvolvimento é voltado para o objetivo de trazer benesses para a população local. Essa falácia hegemônica motiva sentimentos de descrédito e de impotência frente ao poderio do Estado e Mercado.

Estes sentimentos acabam se opondo aos que Putnam (2006) elege como fundamentos de composição para o fomento de capital social. Como exemplo cita-se a confiança, o civismo, a coletividade, o bem comum etc. É necessário, antes de oferecer um discurso fácil, não negar e não esconder o direito legítimo da população local em participar dessas decisões sociais.

Nota-se também por meio da análise que a grande parte das contribuições se volta para o bairro de Ponta Negra e, consequentemente, para a praia de Ponta Negra. Entende-se o fato, devido à área referida ser a que mais recebe investimentos e dessa forma, foi a que teve seu espaço mais modificado. Mesmo assim, não se pode negligenciar os problemas visíveis localizados nas outras praias urbanas da capital potiguar.

Mesmo diante de algumas ações de sucesso, resultado da atuação dos agentes sociais natalense que compõem o capital social (mas não só), percebe-se que é urgente a necessidade de inserção macro de um turismo de base comunitária no município natalense.

Faz-se imprescindível avançar nos quesitos de governança, planejamento estratégico, gestão participativa, descentralização de poder, políticas públicas inclusivas e específicas para as causas sociais e turísticas. Uma vez que as conquistas ainda se pautam na luta ideológica de classes, revelando que mesmo com o alcance de alguns resultados positivos, os gestores não despertaram de forma consciente, para a realidade de cooperação, coletividade, cidadania na hora de decidir os rumos da expansão urbana e espacial do turismo em Natal/RN.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação política da sociedade civil organizada nos processos decisórios que norteiam a forma como o turismo será planejado, produzido espacialmente e gerido em uma localidade detém um importante papel, e torna-se um elemento importante e uma opção de alicerçar a atividade sob pilares sustentáveis e necessários para a obtenção de um fomento social efetivo.

Na relação entre turismo, produção do espaço e capital social, observa-se uma afinidade sinérgica, uma vez que para a promoção do turismo se faz imperativo a produção de espaços especializados a fim de torná-los aptos para garantir a satisfação do visitante e como premissa simultânea, a qualidade de vida do morador local. Com base nesse viés, foi elaborada a pergunta problema que originou essa pesquisa, e que buscou saber de que forma a ação mobilizadora do capital social constituído em Natal/RN tem contribuído para redirecionar o processo de produção espacial, inerente ao processo de expansão do turismo no Município de Natal/RN?

Ressalta-se que a base técnica utilizada apresenta a Análise de Conteúdo de Bardin (2004) e o Discurso do Sujeito Coletivo, desenvolvido por Lefèvre & Lefèvre (2003, 2005 e 2009), somados a um método de natureza qualitativa, na busca por compreender em profundidade a conjuntura analisada.

Os resultados evidenciam que ainda inexiste em Natal um capital social expressivo ligado ao turismo e que caiba nos moldes mencionados por Putnam (2006), no qual elementos como a confiança e o civismo são vividos e exercidos diariamente e se unem na busca do bem comum. É pertinente dizer que o CS de Natal apresenta dificuldade no incentivo à confiança, à cooperação espontânea e à participação cívica, elementos básicos para a formação de um CS, fato que dificulta uma articulação mais expressiva na realidade natalense.

O que se percebe em Natal, é que como não há incentivo do poder público para potencializar a participação social, as pessoas acabam se acomodando devido à falta de espaços participativos e de resultados práticos. Como o planejamento por parte dos gestores não é participativo, não há resultados positivos e este fato desfavorece as medidas que valorizam e se comprometam com o bem estar do natalense e com seu empoderamento e participação da população local em questões sociais.

É oportuno relatar que o turismo em Natal/RN não é includente, e incentiva com isso uma expressiva segregação socioespacial, valorizando a ação dos agentes hegemônicos

(Estado e Mercado) e deixando para a participação social, pífias oportunidades. Estes são os pilares dos desmandos que acometem o turismo em Natal, onde o turista é explorado (e não volta) e a população local é escanteada e acaba não participando por falta de oportunidades.

Por esta razão, afirma-se que o capital social constituído em Natal/RN ainda não contribui de forma ideal para um redirecionamento justo da produção espacial voltada para a expansão do turismo na capital potiguar. Percebe-se certa incipiência na busca por um bom desempenho do turismo que seja diretamente proporcional ao bem-estar da população local. Com base nesses descompassos, considera-se que esta participação existe, mas de forma pontual e não suficiente para provocar um redirecionamento de ações que Natal necessita na atualidade.

A falta de estímulo à participação e a frágil consciência do papel de cidadão demonstram parte da dificuldade que as lideranças sociais de Natal convivem diariamente. Dessa forma, não é possível detectar em Natal/RN um turismo de base local, justamente por não haver incentivo por parte dos gestores, por não haver interesse na participação social nos principais projetos de turismo e devido não haver uma valorização do turismo cultural e como consequência disso, o turismo comunitário não tem como se espacializar.

Vale relatar também que na gênese do capital social, Putnam (2006) sequer menciona a possibilidade em se ter lideranças, uma vez que existe o entendimento de que as metas são coletivas e um direito de todos. Contrariando a indicação de Putnam (2006), é detectado em Natal que as poucas conquistas existentes são organizadas e mobilizadas por lideranças. Nota-se que caso inexistissem estas lideranças na realidade natalense, correr-se-ia sérios riscos de inexistir de igual modo ações efetivas, caso as mesmas dependessem única e exclusivamente de uma mobilização espontânea da sociedade local.

Prosseguindo com os objetivos específicos propostos e com base nos resultados da pesquisa, a caracterização do capital social natalense obteve êxito no que tange o conhecimento e divulgação de como ocorre à formação, participação e gestão desses grupos e a maneira como agem diante da prática do turismo em Natal. Uma vez que não existe no referido município, um órgão que cadastre, catalogue e sirva de base de pesquisa, com referências para esses movimentos da sociedade que surgem atrelados aos impactos da atividade do turismo em Natal/RN. Nota-se de igual modo, um limitado número de capital social mobilizado em torno do turismo, contrariando a idéia de que o turismo é uma das atividades econômicas mais enfáticas em Natal/RN.

Diante das tipologias do capital social expostas no referencial deste trabalho e de autoria de Putnam (2006) e Sacchet (2009), pode-se inferir que a sociedade civil natalense,

não se caracteriza como nenhuma daquelas que foram estudadas pelos autores. O que é percebido em Natal é que as ações específicas do capital social caracterizam uma possível fase de sensibilização e engajamento da população local na luta por seu direito de cidadão.

Esta declaração baseia-se no fato que na tipologia *Bonding* ocorre a união por meio de questões relacionadas com experiências pessoais, necessitando de vivências comuns entre os membros, que podem ser familiares, vizinhos ou entre a própria comunidade. Em Natal, conforme citado por CS1 (2012), existe um sentimento de disputa e rivalidade dentro dos próprios movimentos, fato que dificulta a mudança da realidade. Por conta disso, as ações limitam-se aos seus escopos particulares, revelando além da falta de confiança "no outro", certa desarticulação das frentes de ação dos agentes sociais que compõem o capital social em Natal/RN.

Este fato prejudica ao mesmo tempo a tipologia *Bridging*, que busca a conexão dos membros e das ações, visando maior efetividade e da mesma forma, causa dificuldades para a tipologia *Linking* que busca estabelecer ligações entre os membros do CS com as pessoas que estão em posição de poder ou influência entre os agentes hegemônicos. É irracional querer mobilizar apoio e parcerias com os outros agentes, se inexiste união entre os próprios membros que compõem do capital social.

Não se quer afirmar aqui que uma suposta fase de sensibilização dos membros da sociedade natalense seja inválida e desnecessária para o processo de consolidação do capital social local, no entanto quando comparado ao capital social mencionado por Putnam (2006), as lideranças sociais de Natal necessitam de outros elementos como: educação, civismo, cidadania, interesse político na busca por validar sua participação efetiva nas causas do turismo, redirecionando a atividade a partir de outra lógica "contrafinalidades" (SANTOS 2009).

Convém observar que quando questionados sobre a percepção das principais lacunas e dificuldades, os entrevistados revelam que a falta de identidade influencia no desestímulo e na descrença por mudanças. Menciona-se também a acentuada disparidade social e econômica, fato que leva a população a buscar prioridades distintas, uma vez que a maioria busca exclusivamente o que é vantajoso pra si.

O incipiente nível de mobilização em Natal justifica-se também devido à influência de uma cultura política brasileira, marcada pelo entendimento que visualiza a política como um espaço particular de grupos tradicionais. Por essa razão, demonstra-se que a participação popular tem um caráter pedagógico no aprendizado da democracia, contribuindo para a politização dos cidadãos.

Relata-se uma forte pressão econômica sobre a política, somada a falta de princípios éticos e de confiança, o que justifica o fato que leva as lideranças sociais de Natal a sucumbirem diante da hegemonia do Mercado e do Estado. Somado a isto, nota-se o insuficiente conhecimento sobre como participar dos processos decisórios por parte da maioria da população. É preciso entender que as ações errôneas e a desmobilização da população acentuam ainda mais os enclaves que impedem a participação popular (em muitos casos, o nível educacional não favorece esta prática).

Fica evidente que os principais desafios vinculam-se à carência de ações e resultados com efeitos práticos, aos investimentos na área de educação e fazer a população entender que sua participação autentica uma série de efeitos positivos para o bem comum. Mas para que tenham uma representação e participação ativa em fóruns de discussão sobre o turismo, é preciso organização e conscientização do importante e fundamental papel que a população detém.

Deve-se priorizar a geração de oportunidades que visem integrar o morador com o visitante. Especificamente no caso de Ponta Negra, observam-se grupos tradicionais de cultura popular (folclore) que sequer estão inseridos no circuito turístico de uma das praias potiguares mais turistificadas. Se houvesse maior conectividade entre os agentes, além de conseguir a geração de renda, fortalecer-se-iam os aspectos da identidade cultural – que consequentemente refletiria em todos os níveis da esfera social.

Também é possível verificar uma concentração de ações e surgimento de grupos em áreas específicas, como é o caso da Praia de Ponta Negra. Visualiza-se que a maioria dos grupos levantados por esta pesquisa, revela-se uma concentração de suas ações em PN. O fato justifica-se devido Ponta Negra ter sido a área que mais recebeu intervenções estatais visando um melhor aproveitamento do turismo e consequentemente a localidade continua sendo a mais afetada e assim, passa a ser palco de lutas sociais. Em contrapartida, as outras áreas recebem pouca atenção, devido, por enquanto, as poucas modificações promovidas pelo processo de produção espacial voltado para o turismo.

Quanto às possibilidades e contribuições, fica claro que existe um possível efeito multiplicador de ações similares, mesmo diante de tantas dificuldades. Por meio da sensibilização, as pessoas começam a perceber aos poucos, que a luta é uma luta coletiva e que se não houver uma mudança de interesses, vai haver sérios prejuízos a qualidade de vida.

Não há dúvidas que quando organizada, a sociedade pode contribuir: primeiro na sinalização das necessidades e potencialidades para investimentos; segundo na otimização da aplicação de recursos quando se realiza uma ação planejada e em conformidade com a

comunidade onde serão aplicadas tais ações e terceiro, evitar-se-ia refazer algo que não foi devidamente debatido e compartilhado previamente.

Os resultados sugerem igualmente que o processo de produção do espaço urbano natalense, associado em certa medida ao turismo, e considerando as ações dos principais agentes produtores do espaço turístico e a legislação municipal vigente, é composto por várias incoerências, como por exemplo: o feroz processo de verticalização, a forte segregação social-espacial, a desigualdade de acesso, a concentração de bens, serviços e equipamentos em uma faixa específica de população, sérias alterações no microclima, na poluição de rios e praias, a desobediência à legislação vigente e a "vista grossa" do poder público, entre outras.

Observa-se que o processo de apropriação dos espaços por agentes econômicos ligados ao turismo vem afetando o cotidiano do natalense de maneira negativa, uma vez que este não frequenta mais a praia de Ponta Negra como dantes – a qual se tornou hostil aos nativos pela forma como o turismo foi conduzido (de maneira depreciativa e exploratória).

Ainda sobre as incoerências entre o que a legislação municipal determina e as decisões tomadas pelos agentes hegemônicos que produzem o espaço voltado para o turismo em Natal é que não existe planejamento a médio e longo prazo, o que é posto em prática tem perfil imediatista e paliativo. Ou seja, além de não resolver, terá que ser refeito, onerando ainda mais o setor público. Não há regras claras estabelecidas, tampouco fiscalização, regulação e competência administrativa.

Fica demonstrado que toda a legislação municipal, contrariando seu conteúdo, volta-se para os agentes hegemônicos de transformação do espaço e com isso incide diretamente na desigualdade de acessos e nas relações verticais. Este fato compromete a relação de confiança que deveria existir entre o poder público e a população local quanto à gestão e planejamento do turismo em Natal. Inexiste compromisso político com o coletivo, e enquanto isso o município de Natal padece diante da intenção de lucro rápido por parte de empresários e outros agentes.

É importante relatar que os espaços urbanos de convívio social em Natal são constantemente modificados pela ação do homem, determinados pelo modelo capitalista, trazendo sérios problemas para o fomento de meios que asseguram uma maior equidade social. O que nota-se com frequência é que após o espaço ser modificado para fins turísticos, ele acaba promovendo, concomitantemente, uma barreira real e imaginária, que impede o uso cotidiano do espaço pelo morador local.

Resultado direto das falhas no planejamento e gestão e das "brechas" que a legislação permite, por exclusão da população local na tomada de decisão, pela grande

pressão do mercado e entre outros fatores. Dar-se relativa ênfase às questões infraestruturais, mas esquecem de preparar os espaços em sua totalidade para a recepção dessas mudanças. Isto é, construir os fixos, adaptando-os aos fluxos que os darão vida.

Fica latente que o nível de organização da sociedade natalense e a capacidade de luta e participação no planejamento público são incipientes e falhos. Observa-se uma forte centralização de poder, que nega um possível modelo de desenvolvimento integrado, o qual concilia a participação política da sociedade, com a ética, transparência, compromisso social entre outros.

Verifica-se que há um longo caminho a ser percorrido, haja vista que as relações marcadas por práticas e características clientelistas ganham relevo no contexto político atual. Não se verifica uma gestão participativa ou uma construção coletiva de propostas que busquem mudanças estruturais no município de Natal/RN, fato este que viria valorizar o incipiente capital social ali constituído.

É descartada de igual modo, a real importância que o poder local apresenta no sentido de fomentar na configuração do campo político, transformações que extrapolam o crescimento e o desenvolvimento econômico, capazes de formar um tecido social adequado para influenciar e determinar o percurso das ações. Por fim, esta dissertação julga necessária a constituição de um capital social ativo ligado ao turismo a fim de um desenvolvimento comunitário em Natal/RN.

Já no que se refere ao alcance e limitações desta pesquisa, fica evidenciada a grande dificuldade em se obter informações dos possíveis grupos formados desde a década de 1980 (inicio do desenvolvimento natalense) até a atualidade, uma vez que inexistem órgãos de cadastro e catalogação desses movimentos no município de Natal.

Somado a isto, as possíveis informações arquivadas nos arquivos dos principais jornais de Natal e que fazem referência a formação de capital social a partir dos anos 1980, não foi liberada para análise, em alguns casos por não ser permitida a entrada e em outros pela cobrança onerosa por cada consulta. Há que se relatar que ainda houve algumas visitas, no entanto como os arquivos possuem um vasto material não catalogado e digitalizado, acabou impossibilitando uma possível identificação de material que pudesse fazer menção aos movimentos sociais, ONGs e associações que se relacionassem com o turismo em Natal, desenvolvidos desde década de 1980 em tempo ágil.

Diante do exposto, é preciso combater a visão consequêncialista dos agentes hegemônicos, que vislumbram apenas os resultados quantificados em divisas. O turismo deve ser pensando diferente.

Faz-se necessário pensar o turismo como uma prática social importante na contemporaneidade, inserindo-o em um processo de melhorias sociais, sobretudo, visando combater a segregação e a desigualdade social, uma vez que não adianta o turismo gerar divisas para o Estado e Mercado e as mazelas sociais continuarem sendo inseridas e, muitas vezes não enfrentadas, na dinâmica da sociedade.

Por conseguinte, reafirma-se a idéia de que o valor de um turismo que integre todos os seus agentes na tomada de decisão para a comunidade local é um valor dotado de força social, revelando parcerias, que se traduzem na forma de renda, trabalho, lazer e educação. Justamente por saber que, se não há integração não há desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

ABU-EL-HAJ. Jawdat. **O debate em torno do capital social:** Uma Revisão Crítica. Revista Brasileira da Informação Bibliográfica em Ciências Sociais. BIB, Rio de Janeiro, nº47, 1º semestre de 1999. p.65-79.

ABRAMOVAY, Ricardo. **O capital social dos territórios**: repensando o desenvolvimento territorial. In Economia Aplicada, vl 4. Número 2, Abril/Junho. 2000.

ATA DE FUNDAÇÃO DA ONG OCEÂNICA. **Estatuto Social**. Disponível em: <*oceanica.org. br* >. Acesso em 20. Dez. 2011.

ANDRADE, Mário de. **O turista aprendiz**. Belo Horizonte, MG: Itatiaia, 2002.

AZEVEDO, Francisco Fransualdo de. Desenvolvimento Local e Capital Social: uma abordagem teórica. Aracaju: **Revista Geonordeste**, Ano XIX, nº1, p.87-105, 2008.

BARBOSA, Luiz Gustavo Medeiros Barbosa, *et all*. **Prêmio Responsabilidade Social em Turismo:** experiências premiadas. Brasília: Ministério do Turismo, p.76, 2008.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Edições 70. Lisboa, Portugal, 2004.

BARRETO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do turismo.** 10 ed. Campinas. São Paulo, 2001.

BORNHORST, Tom; RITCHIE, J.R. Brent; SHEEHAN Lorn. **Determinants of tourism success for DMOs & destinations:** An empirical examination of stakeholders' perspectives. Science Direct: Tourism Management, p. 572–589, 2010.

BRANDÃO, Pâmela de Medeiros. **Análise da rede política do turismo brasileiro.** 2010. 217f, Dissertação de Mestrado em Turismo - Departamento de Ciências Administrativas. Programa de Pós-Graduação em Turismo**.** Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2010.

CAVALCANTI, Keila Brandão. **Estado e política de turismo:** o caso da Via Costeira da cidade de Natal. 1993. 279 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Departamento de Ciências Administrativas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1993.

CARVALHO, Jairo Costa; NASCIMENTO, Antonio Ciro Neves. **O turismo comunitário como fator de desenvolvimento local:** o caso da comunidade barro vermelho – Parnaíba/PI. Anais do II Seminário Internacional de Turismo Sustentável, Ceara, Fortaleza, p.5, 2008.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede:** a era da informação, economia, sociedade e cultura. V.1. São Paulo: Paz e Terra, 6 ed.1999.

CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos. **Turismo urbano**. São Paulo: Contexto, 2000.

CLEMENTINO, Maria do Livramento M; SOUZA, Maria Ângela de Almeida. **Como andam Natal e Recife**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2009.

COLEMAN, J. **The foundations of social theory**. Cambridge: Harvard University Press, 1990.

COLODZEISKI, Ana Caroline Teixeira da Silva. **Turismo e Capital Social:** a experiência de desenvolvimento local sustentável no distrito de Morro Azul, Litoral Norte do RS. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

CORIOLANO, Neide. **Turismo e Desenvolvimento Social Sustentável**. Fortaleza: Eduece, 2003.

COSTA, Ademir Araújo da. **A verticalização e as transformações do espaço urbano de Natal-RN**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de janeiro 2000. p.353.

_____ **número de empreendimentos verticais** de Natal de 2000-2009. 2009

CRUZ, Rita de Cássia. **Políticas do turismo e território**. São Paulo. Contexto, 2000.

_____, **Turismo, produção do espaço e desenvolvimento desigual**. In. BARTHOLO, Roberto et all. Turismo de base comunitária: diversidades de olhares e experiências brasileiras. Letra e imagem: Rio de janeiro. 2008.

CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. **Confiança, capital social e desenvolvimento territorial.** Revista RA'EGA, n. 4, p. 49-60. Editora da Universidade Federal do Paraná: Curitiba. 2000.

DANTAS, Andréa Virginia Sousa. **Uma análise sobre a relação turismo e pobreza no Rio Grande do Norte**. 2005. 162f. Monografia (Curso de Turismo)-Departamento de Ciências Econômicas. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2005.

DANTAS, Eugenio Wanderley Correia; FERREIRA, Ângela Lucia; CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. **Turismo imobiliário nas metrópoles**. Rio de janeiro: Letra Capital, 2010.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. São Paulo: Futura, 1998.

ESTATUTO DA CIDADE. **Legislação correlata.** Senado Federal. Secretaria Especial de Editoração e Publicações. 2 ed. Brasília, 2004

EVANS, P. **O Estado como problema e solução**. Lua Nova: revista de cultura e política, Rio de Janeiro, n. 28/29, p. 107-156, 1993.

FRATUCCI, Aguinaldo Cesar. **A Dimensão Espacial nas Políticas Públicas Brasileiras de Turismo:** as possibilidades das redes regionais de turismo. 2008. 310f. Tese de Doutorado em Geografia- Instituto de Geociências - Departamento de Geografia. Universidade Federal Fluminense, 2008.

FOX, J. **How does civil society thicken? The political construction of social capital in rural.** World development, Mexico, v. 24, n. 6, p. 1089- 1103, 1996.

FONSECA, Maria A. Pontes, **Tendências Atuais do Turismo Potiguar**: A internacionalização e a interiorização. In: NUNES, Elias; CARVALHO, Edílson Alves de; FURTADO, Edna Maria; FONSECA, Maria Aparecida P. da. (Orgs.). Dinâmica e Gestão do Território Potiguar Natal: EDUFRN, 2007. p. 215 – 231.

_____, TAVEIRA, Marcelo da Silva. **O modelo turístico potiguar e seus efeitos sócio espaciais nas comunidades litorâneas.** VI Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo. Universidade Anhembi Morumbi – UAM/ São Paulo/SP, 2009.

_____,COSTA ,Ademir Araújo da Costa. **A racionalidade da urbanização turística em áreas deprimidas:** o espaço produzido para o visitante. Revista Mercator- revista de Geografia da UFC. Ano 03, número 06, 2004.

FUKUYAMA, F. **Confiança: valores sociais e criação de prosperidade**. Lisboa: Gradiva, 1996. p. 412

FURTADO, Edna Maria**. A onda do turismo na cidade do sol.** A reconfiguração urbana de Natal. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais:** paradigmas clássicos e contemporâneos. Edições Loyola, São Paulo, 2010.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. **Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável para Região Metropolitana de Natal**. (Natal metrópole 2020)**.** Cenários e trajetória mais provável. Análise do ambiente externo e dos cenários. Produto 03. Recife, Dezembro de 2006.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

LEFÈVRE, Fernando; LEFÈVRE, Ana Maria. **O discurso do sujeito coletivo:** um novo enfoque em pesquisa qualitativa (desdobramentos) Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2003.

_____,**Depoimentos e Discursos:** uma proposta de análise em pesquisa social. Brasília: Liber Livro editora, 2005. Série pesquisa, 12.

_____, Palestra ministrada na Faculdade de Saúde Pública da USP e Instituto de Pesquisa do Discurso do Sujeito Coletivo. Com o tema: **O Discurso do Sujeito Coletivo e as Representações Sociais**, 2007.

_____, *et all*. **Discurso do Sujeito Coletivo**: qualiquantisoft passo a passo. São Paulo, 2009.

LIN, Chieh-Peng. **Modeling job effectiveness and its antecedents from a social capital perspective:** A survey of virtual teams within business organizations. Science Direct: Computers in Human Behavior. p. 915–923.2011.

LIN, Nan. **Social capital**: theory of social structure and action. Cambridge University Press, 2001, 292p.

KYTZIA, Susanne; WALZ, Ariane; WEGMANN, Mattia. **How can tourism use land more efficiently?** A model - based approach to land-use efficiency for tourist destinations. Science Direct: Tourism Management. p 629-640.2011.

MARANHÃO, Christiano. H. S. **Analise das políticas de turismo no Rio Grande do Norte à luz da abordagem de turismo pró-pobre.** 2009. 232f. Monografia (Curso de Turismo) Departamento de Ciências Administrativas – Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2009.

MOWFORTH, Martin; MUNT, Ian. **Tourism and sustainability:** development and new tourism in the third world. 2. ed. New York: Routledge, 2006.

NORONHA, D.P; FERREIRA, S. M. S. P. **Revisões da Literatura**. In: CAMPELO, B.S; CENDÓN, B. V. e KREMER, J. M. Fontes de Informação para Pesquisadores e Profissionais. Belo Horizonte: Editora UFMG, p.191-198, 2000.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Território, coesão social e governança democrática**: Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Salvador, Recife, Belém, Natal, Goiânia, Maringá. Relatório de pesquisa. Arranjos Institucionais para a Gestão Metropolitana Outubro, 2009. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetropoles.net/>. Acesso em 12 dez 2011.

_____, **Caderno temático região metropolitana de Natal**. Quadro sociourbano núcleo RM Natal. Natal, 2005. Disponível em: < http://www.cchla.ufrn.br/rmnatal/relatorio/rmn1.pdf >. Acesso em 10 dez 2011.

_____, Parecer técnico. **Modificação do plano diretor de natal** – lei n. 082/07. Linha 4 – monitoramento de políticas públicas. Departamento de arquitetura – grupo de estudos em habitação arquitetura e urbanismo – GEHAU. Projeto: habitação e direito à moradia: assistência técnica a grupos e organizações sociais. 2009. Disponível em: < http://www.observatoriodasmetropoles.net/planosdiretores/produtos/PARECER%20TÉCNICO%20UFRN%>Acesso em 02//01/2012.

_____, Relatório final de pesquisa. Linha II Dimensão sócio-espacial da exclusão/integração nas metrópoles: estudos comparativos. Estudo comparativo sobre o papel das atividades imobiliário-turísticas na transformação do espaço social das metrópoles nordestinas: Salvador, Recife, Natal e Fortaleza. 2009. Disponível em: < http://cchla.ufrn.br/rmnatal/relatorio/finalimobiliarioturisticomai09.pdf >. Acesso em 02 jan.2012.

_____, **Monitoramento de políticas públicas.** Parecer técnico: modificação do plano diretor de natal (lei n. 082/07). 2009. Disponível em: < http://www.observatoriodasmetropoles.net/planosdiretores/produtos/>>. Acesso em 01fev2012.

_____, **O Rio Grande do Norte e sua região metropolitana no Censo de 2010**. Natal. Agosto de 2011. Disponível em: < http://web.observatoriodasmetropoles.net/download/Censo2010_Natal_RN.pdf>. Acesso em 12 nov. 2011.

_____, **O Mapa Social da Região Metropolitana de Natal: desigualdade social e governança urbana.** Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Base de Pesquisa: Estado e Políticas Públicas. Natal/RN, 2005. Disponível em:< http://observatoriodasmetropoles.net/index. php?option=com_content&view=article&id=978&lang=pt>.Acesso em 13 fev.2012.

PANOSSO NETTO, Alexandre**. Filosofia do turismo**: teoria e epistemologia. São Paulo: Aleph, 2005.

PANOSSO NETTO, Alexandre; LOHMANN, Guilherme. **Teoria do Turismo:** conceitos, modelos e sistemas. São Paulo: Editora Aleph, 2008. (série turismo).

PIRES, Ewerthon Veloso; ALCANTARINO, Marcos Delgado. **A participação das comunidades autóctones no turismo e o capital social no processo de desenvolvimento local: um exame do Programa Turismo Solidário – MG.** Caderno Virtual de Turismo. ISSN: 1677-6976 Vol. 8, N° 1, 2008.

PREFEITURA DO NATAL. **Lei organiza do Município de Nata**l. Disponível em: <http://www.natal.rn.gov.br/css/novo_arquivos/imagens/LeiOrganicadoMunicipiodeNatal.pdf >. Acesso em 05 maio 2011.

_____, **Programa Integrado de Desenvolvimento urbano e Inclusão social de Natal.** Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Finanças. Natal: Set.2005.

_____, **Instrumento de Ordenamento Urbano de Natal**. Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo, Natal. Departamento de Informação, Pesquisa e Estatística. 2009.

_____, **Plano plurianual (PPA) 2010-2013**. Lei nº 6.047, de 15 de janeiro de 2010. Disponível em: < http://www.natal.rn.gov.br/sempla/paginas/ctd-281.html>. Acesso em 19 de set.2011.

_____, **Anuário de Natal 2010**. Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo (SEMURB). 2010.

PUTNAM, Robert. D. **Comunidade e Democracia:** a experiencia da Itália moderna. 5 ed.Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

_____, **Bowling Alone: the Collapse and Revival of American Community**. New York: Simon and Shuster, 2000.

RICHARDSON, Roberto Jarry et.al **Pesquisa Social:** métodos e técnicas. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

RODRIGUES, Adyr Balastreri.Turismo **e territorialidades plurais- lógicas excludentes ou solidariedade organizacional**.In: LEMOS,Amália Inês Geraigis de. Et all.América Latina: Cidade, campo e turismo. 1 ed.São Paulo: Universidade de São Paulo,2006.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Desenvolvimento sustentável e a atividade turística.** In: SERRANO, Célia; BRUHNS, Heloisa Turini; LUCHIARI, Maria Tereza (orgs). Olhares contemporâneos sobre o turismo. Campinas, São Paulo: Papirus, 2000.

SACCHET, Teresa. **Capital social, gênero e representação política no Brasil**. Revista Opinião Pública, Campinas, vol. 15, nº 2, Novembro, p.306-332, 2009.

SANTOS, Figueiredo. **Turismo** – mosaico de sonhos. Incursões sociológicas pela cultura turística. 2. ed. Lisboa: Edições Colibri, 2007.

SANTOS FILHO, João dos. **Questões teóricas expressam riqueza e pobreza no debate epistemológico do fenômeno turístico**: uma ciência em construção. Parte I e Parte II. Disponível em : < http://www.espacoacademico.com.br/096/96jsf.pdf> maio 2009.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 4 ed.São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.- (Coleção Milton Santos).

SEABRA, Giovanni. **Turismo de base local**: identidade cultural e desenvolvimento regional. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 2007.

SEBELE, Lesego S. **Community-based tourism ventures, benefits and challenges:** Khama Rhino Sanctuary Trust, Central District, Botswana (Case Study). Science Direct: Tourism Management, p 136–146. 2010.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. 4. Reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 409 p. Título original: Development as freedom.

SHARPLEY, Richard; TELFER, David. J. **Tourism and development:** concepts and issues.Clevedon: Channel view publications, 2007.

_____, **Tourism and development in the developing word.**Routledge, New York, 2008**.**

SILVA, Alexsandro Ferreira Cardoso da; FERREIRA, Ângela Lúcia de Araújo. **Para além do muro alto:** "Turismo Imobiliário" e novas configurações sócioespaciais na Região Metropolitana de Natal - RN/Brasil. CCHLA, 2010.

SILVA, Karina Messias da. **O processo de urbanização turística em Natal:** A perspectiva do residente. 2007.128f. Tese de Mestrado em Geografia-Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2007.

SOUZA, Crhis Anderson Martins. **Turismo e desenvolvimento:** percepções e atitudes dos residentes da Serra da estrela. Dissertação de Mestrado. Departamento de Economia, Gestão e Engenharia industrial. Universidade de Aveiro, 2009.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local**? In: RODRIGUES, Adyr Balastreri.Turismo e desenvolvimento local.2 ed.São Paulo: Hucitec, 1999.

_____,RODRIGUES, Glauco Bruce. **Planejamento Urbano e Ativismos sociais**. São Paulo: UNESP, 2004. (Coleção paradidáticos; Série sociedade, espaço e tempo.)

SVENDSEN, Gunnar Lind Haase; KJELDSEN, Chris; NOE, Egon. **How do private entrepreneurs transform local social capital into economic capital?** Four case studies from rural Denmark**.** Science Direct: The Journal of Socio-Economics. p.631–644, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. Núcleo Avançado de Políticas Públicas. **O Mapa Social da Região Metropolitana de Natal.** Produto 04 Tipologia socioespacial numa metrópole em formação. Natal, 2007.

VALLS, Josep-Francesc. **Gestão integral de destinos turísticos sustentáveis**; tradução: Cristiano Vasques e Liana Wang. Rio de janeiro: Editora FGV, 2006.

VEAL, Anthony. **Metodologia de pesquisa em lazer e turismo**. tradução: Gleice Guerra; Mariana Aldrigui.São Paulo: Aleph, 2011. Série turismo.

APÊNDICES

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
DEPARTAMENTO DE TURISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUÇÃO EM TURISMO
MESTRADO EM TURISMO

APÊNDICE A
ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA AS LIDERANÇAS SOCIAIS NATALENSES

I PARTE: QUESTÕES REFERENTES À CARACTERIZAÇÃO DOS GRUPOS QUE COMPÕEM O CAPITAL SOCIAL CONSTITUIDO E VINCULADO AO TURISMO NO MUNICÍPIO DE NATAL/RN

1) Qual o nome do movimento, da associação, da ONG?
2) Qual a data de criação e/ou fundação?
3) Possui CNPJ e/ou sede própria? Localização da sede?
4) Qual a principal liderança (articulador de ações)?
5) Como ocorre a eleição da liderança?
6) Qual a frequência dos encontros e/ou reuniões?
7) Onde ocorrem os encontros e/ou reuniões?
8) Como ocorre a adesão dos participantes?
9) Existe um regimento interno, estatuto ou algum cadastro que controle a adesão?
10) Quantos participantes compõem o movimento atualmente?
11) Por que o senhor (a) escolheu liderar este movimento?
12) Quais as principais causas?
13) Qual a principal área de atuação?
14) Quais as ações de maior impacto, já realizadas?
15) Quais os principais parceiros/colaboradores?

II PARTE: QUESTÕES REFERENTES À PERCEPÇÃO DE LACUNAS, DIFICULDADES E OPORTUNIDADES RELACIONADAS À MOBILIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL VINCULADO AO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM NATAL/RN, POR MEIO DAS LIDERANÇAS SOCIAIS.

1) Na percepção do senhor (a) existem lacunas e dificuldades quanto à participação ativa da população natalense no processo de planejamento e gestão do turismo em Natal? Quais? Pode explicar melhor?
2) Na sua compreensão do senhor (a), a mobilização e a participação popular no desenvolvimento do turismo em Natal/RN gera possibilidades para a população local? Em caso afirmativo, quais são?

III PARTE: QUESTÕES REFERENTES ÀS CONTRIBUIÇÕES DA CONSTITUIÇÃO, ORGANIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL NO MUNICÍPIO DE NATAL RELACIONADA À PRODUÇÃO DO ESPAÇO PARA O TURISMO, NA ÓTICA DAS LIDERANÇAS SOCIAS

1) Na opinião do senhor (a), a sociedade civil organizada contribui para o redirecionamento das ações ligadas à produção do espaço para fins turísticos em Natal? De que forma? Pode citar exemplos? Em caso negativo, por que não ocorre contribuição?

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
DEPARTAMENTO DE TURISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUÇÃO EM TURISMO
MESTRADO EM TURISMO

APÊNDICE B

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS ESPECIALISTAS NAS ÁREAS DE TURISMO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO

QUESTÕES REFERENTES AO PROCESSO DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO DO MUNICÍPIO DE NATAL PARA O TURISMO, RELACIONANDO AS AÇÕES DOS AGENTES PRODUTORES DO ESPAÇO TURÍSTICO E A LEGISLAÇÃO MUNICIPAL VIGENTE.

1) Como o Senhor (a) avalia a modificação dos espaços de convívio cotidiano, motivada pela produção do espaço para fins turísticos no município de Natal? Existem consequências para o morador local? Quais?
2) O foco da gestão do turismo no município de Natal/RN centra-se no interesse de quem? Devido quais motivos?
3)Em sua compreensão, existem divergências entre o que a legislação municipal responsável pelo processo de desenvolvimento urbano determina e as decisões tomadas pelos agentes hegemônicos que produzem o espaço turístico em Natal? Em caso positivo quais as principais infrações?
4) Qual o valor para a comunidade local de um turismo que integre todos os seus agentes na tomada de decisão que visa o desenvolvimento da atividade?

APÊNDICE C

Lista de Periódicos indexados da CAPES consultados para a pesquisa

PERIÓDICO	NÚMERO DE ARTIGOS IDENTIFICADOS	CATEGORIA
Tourism studies	00	Internacional
Tourism Review	00	Internacional
Annals of tourism research	02	Internacional
Tourism management	05	Internacional
The Journal of Socio-Economics	01	Internacional
Journal of Rural Studies	01	Internacional
Computers in Human Behavior	01	Internacional
Technological Forecasting & Social Change	01	Internacional
Global Tourism	01	Nacional
Caderno Virtual de Turismo	01	Nacional
TOTAL	**13**	

APÊNDICE D

DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO (DSC)
OBJETIVO ESPECÍFICO B

PERCEPÇÃO DE LACUNAS, DIFICULDADES E OPORTUNIDADES REFERENTES À MOBILIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE NATALENSE NA PRÁXIS DO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO, SOB A ÓTICA DAS LIDERANÇAS DO CAPITAL SOCIAL DE NATAL/RN.

INSTRUMENTO DE ANÁLISE DE DISCURSO (I)

1º Questão: Na percepção do senhor (a) existem lacunas, dificuldades e oportunidades quanto à participação ativa da população natalense no processo de planejamento e gestão do turismo em Natal? Quais? Pode explicar melhor?

2º Questão: Na compreensão do senhor (a), a mobilização e a participação popular no desenvolvimento do turismo em Natal/RN geram oportunidades para a população local? Em caso afirmativo, quais são?

LEGENDA DOS QUADROS

O capital social representado está em **negrito sublinhado**. As idéias centrais (IC) estão em **negrito**. As letras que aparecem em maiúsculo e negrito entre parênteses **(A)** indicam os agrupamentos das IC de mesmo sentido.

EXPRESSÕES-CHAVE	IDÉIAS CENTRAIS
(I) MOVIMENTO S.O.S PONTA NEGRA	
Existem sim lacunas, muitas dificuldades e a principal é (01ª Idéia) **segurar esta mobilização e participação com efeitos práticos e o efeito prático depende de uma série de coisas que agente esbarra**. Primeiro, (02ª Idéia) **a sociedade natalense é formada por gente de outras cidades, outros estados, países e isso enfraquece a identidade cultural da cidade.** Então quem mora hoje em Natal, eu não sei dizer bem a porcentagem, mais muita gente é de fora **e isso acaba não levando a um sentimento de pertencimento. Não há "esta é a minha cidade, esta é a cidade pela qual eu vou defender". O primeiro grande desafio é você convencer as pessoas que elas são sim responsáveis pelo destino, presente e futuro da cidade.** Esqueça o passado, é presente e futuro. (03ª Idéia) **E as pessoas não estão interessadas nisto. Infelizmente a maioria, quer tirar proveito, quer tirar vantagem.**	Necessidade de ações com efeitos práticos. **(A)** Enfraquecimento da identidade cultural **(B)** Interesse pessoal acima do coletivo. **(D)**
Do final dos anos 80 e inicio dos anos 90, a cidade recebeu muita grana. Uma vez que o Estado e principalmente Natal, era extremamente pobre no inicio dos anos 80 e com a chegada do dinheiro, as pessoas se perderam e não souberam se controlar. (04ª Idéia) **Então você vê uma disparidade social e econômica muito grande em Natal e isso acaba , digamos, enquanto algumas pessoas querem de certa forma, defender o crescimento e um desenvolvimento responsável e equilibrado da cidade, quem tá por "cima da carne seca", com altos salários, em altos prédios, com altos carros não tá nem ai para o que está acontecendo fora dos muros. O que ele não quer é o trânsito, mas espaço público?**	Grandes disparidades sociais e econômicas. **(C)**

No meu condomínio a área pública está sendo privatizada. Então assim, as pessoas não estão prestando muito atenção nesta falta de praças, falta de uma praia sem poluição, porque elas vão de helicóptero e de carros para outras mais praias vizinhas.	
(05ª Idéia) **então a principal dificuldade é envolver e convencer as pessoas a aderirem ao movimento, que acaba sendo limitado. Agente consegue muito barulho com pouca gente. As pessoas acreditam que somos 50.000 pessoas, o que na verdade somos 300, 500 pessoas que fazem barulho por 50.000. E são sempre as mesmas pessoas que estão lá atingindo na zona norte, sul, leste e oeste para tudo que é assunto, agente acaba topando com as mesmas pessoas.** E uma das coisas que eu sempre falo nos encontros é "gente vamos ampliar esse negócio. Não dá para eu encontrar com vocês em todos os lugares." a gente não tem nem perna para esta em todos os lugares.	Falta de adesão popular no capital social. **(D)**
E falando de dificuldades, (06ª Idéia) **como há a pressão econômica sobre a pressão política e os movimentos sociais não são tão unidos, porque há uma pobreza generalizada nos movimentos sociais que acaba sucumbindo ao poder econômico e ao poder político por alguns favores, então não há esta coerência, digamos assim, por parte do controle social que é cada vez mais tolhido.**	A pressão econômica sob a política, vedando o controle social. **(E)**
A cada dia que passa agente ta na batalha e apesar de esta enfraquecendo, a gente continua (07ª Idéia), mas **a principal dificuldade é a falta de resultados práticos e o resultado prático está ligado diretamente à boa vontade política.** Não tem para onde correr. **Só com pressão popular, a boa vontade política pode aflorar. E como não há um resultado prático a curto e médio prazo, esta pressão popular acaba enfraquecendo e a boa vontade política acaba sendo protelada.** Então eu acredito que a maior dificuldade seja esta. **A fragilidade da identidade cultural faz com que as pessoas não acreditem em resultados a curto e médio prazos, e essa falta de crença, acaba dificultando agente de pressionar o poder público e a vontade política vai pro ralo e assim agente vê esse lugar que esta a 03 anos do mesmo jeito.**	Falta de vontade política. **(E)**
(08ª Idéia) **A perda das oportunidades está diretamente ligada ao bem estar e a qualidade de vida.** A cada dia que passa agente esta perdendo, os espaços públicos diminuem e as pessoas não têm mais, além de praças, praças esportivas, calçadão, agente não tem plano para ciclovias, então tudo isso é perda. É não incluir no plano de mobilidade para a copa do mundo ciclovia e calçadas.	As oportunidades perdidas prejudicam o bem estar social e a qualidade de vida. **(A)**
(09ª Idéia) **É uma grande perda e isso foi porque tem pouca gente mobilizada. Somos as mesmas pessoas, menos pessoas, isso dificulta a pressão, diminui pressão e assuntos importantes como a áreas públicas de lazer, transporte público eficiente, espaços para ciclovias estão fora do plano de mobilidade para copa,** vem ai um monte de grana e a gente sabe que o foco é o carro. A outra perda é a seguinte,	Dificuldade de pressionar o poder público devido o pequeno número de participantes do Capital Social. **(D)**
(10ª Idéia) **por falta de pressão, o poder público acaba, digamos sendo ineficiente e até incompetente.** Essa nova administração do PV é incompetente em vários sentidos.	Ineficiência do poder público**. (E)**
(11ª Idéia) **Muitas verbas deixam de ser encaminhadas para a cidade por falta de projetos. E sem projetos não vem dinheiro e sem profissional capacitado não tem projeto.** Então assim, é um ciclo vicioso. **A falta de técnicos capacitados na prefeitura, que se utiliza de cargos comissionados de confiança de companheiros políticos não qualificados.** Essa "Laia" **não tem capacidade de elaborar projetos, que justamente são os que vão chancelar o recebimento de verbas públicas, federais ou até internacionais para o saneamento, para recuperar uma biblioteca, construir uma praça. É um ciclo vicioso de incompetência generalizada e de falta de controle e pressão social.**	Falta de técnicos capacitados no poder público que visem captar verbas para projetos **(E)**

(II) ONG RESPOSTA	
(01º Idéia) **Mobilizar a população em torno desta causa específica é difícil por envolver estigmas, moral, sexualidade, tem mil e uma coisa por trás.** Tem gente que acha que as meninas é quem provocam e os homens é que são explorados. No entanto, eu acho que vencemos uma etapa no campo do turismo. Nós temos tradição nos conselhos e a resposta mais uma vez foi eleita para o Conetur/ Pólo Costa das Dunas. É uma instância estratégica, inclusive do ponto de vista de investimentos. Nesse impacto já se reconhece a importância da temática, que a exploração sexual é um impacto negativo, (02 Idéia) **e se tem a necessidade de um planejamento contemplando essas questões, investindo em educação, para que as pessoas se conscientizem.**	Envolvimento de estigmas, mitos e questões relacionadas com a moral, são entraves para a mobilização social. **(B)** Necessidade de investir em educação, visando à conscientização popular. **(F)**
(03 Idéia) **Já existe um consenso que não é a lei que vai resolver, apesar de dar um amparo legal, mas a questão é histórica e sociocultural.** Agora fazer as pessoas saírem de casa, desligar sua televisão e ir para as ruas fazer qualquer ação pelo tema, ainda é um desafio.	Questão histórica e sociocultural. **(B)**
(04ª Idéia) **Porque a forma como é colocada pela opinião pública dificulta. Às vezes as agências internacionais divulgam que 300 milhões de crianças são exploradas no mundo por segundo e você está em sua casa e escuta esse dado, pensa: "eu não tenho nada o que fazer com isso", porque é tão grande e absurdo, que as pessoas pensam: "quem sou eu? diante dessa problemática desse tamanho."**	Sentimento de pequenez e impotência diante da grande problemática. **(D)**
Então (05ª Idéia) **esse discurso sensacionalista da imprensa é muito desmobilizador. Eu considero que muita gente não se envolve na temática porque ela esta associada a redes criminosas, mega ações policiais, quadrilhas internacionais entre outros, levando a população a se sentir muito pequena em torno desta problemática.**	O discurso da imprensa é desmobilizador. **(G)**
(06ª Idéia) Então nós entendemos que **é preciso desconstruir algumas coisas. Precisamos divulgar que do lugar que você esta você pode fazer a sua parte, é isso que a resposta quer estimular.**	As ações individuais também apresentam efeitos práticos. **(A)**
Eu acho que (07ª Idéia) **a omissão dos gestores públicos deixa a sociedade muito desacreditada. O que falta é uma vontade política.** O que mudou, por exemplo, nesta temática, agente ter sido governado 08 anos por uma mulher? A cidade ter sido cuidada por uma mulher? Temos uma nova gestão de mulheres, isso repercutiu em que, neste tema?	Omissão da classe política. **(E)**
(08ª Idéia) **Porque o discurso eleitoral é que eu vou cuidar da cidade, como eu cuido da minha casa. Eu sou mulher, eu sou mãe, eu vou cuidar. É um discurso todo de maternagem com a cidade. O poder público é omisso neste tema.** No orçamento, quanto tem de dinheiro? O que mudou durante esse 08 anos? Será que as varas da infância estão melhores equipadas? A resposta é não! Vou exemplificar. Na comarca de santa cruz, sabe quantos processos tem? Em uma cidade de pequeno porte? 3.000. Para pouquíssimos juízes e promotores.	Discordância entre o discurso eleitoral e as ações. **(E)**
(09ª Idéia) **Então essa inoperância do poder público faz a sociedade desacreditar e ai é um efeito bola de neve. A sociedade não acredita e por isso não se mobiliza, e por não se mobilizar, não há pressão nos políticos. Então eu vejo, no meu entendimento, a necessidade de um comprometimento maior do poder público.** Se você chama para uma campanha de "oba-oba" existe mobilização, mas para projetos mais consistentes e duradouros, ainda é de grande dificuldade. Eu acho que um	Inoperância do poder público gera descrédito na população. **(E)**

dos grandes desafios da reposta para os próximos anos é a melhoria da política pública no âmbito do turismo. (10ª Idéia) **Há muito boa vontade com o tema e até receptividade com a resposta, mas na hora do orçamento isto não está posto.**	O orçamento não comporta a necessidade existente **(E)**
(III) ONG OCEÂNICA Sim, (01 ª Idéia) **certamente a participação popular deixa a desejar em todos os processos de participação na gestão pública, não é diferente para as questões ligadas à gestão do turismo.** Acredito que (02ª Idéia) **as principais dificuldades são decorrentes do pouco conhecimento do processo de participação por parte da maioria da população**, (03ª Idéia) **além da representação falha desta população nos diferentes fóruns de discussão sobre a gestão do turismo.** Sim, (04ª Idéia) **as ONG´s, associações e demais organizações populares podem oferecer uma importante representação para a população local, com possibilidade de participação efetiva em fóruns de discussão sobre o turismo, além de projetos e atividades organizadas para discussão e promoção dos mais variados temas, como o desenvolvimento do turismo, por exemplo. Somente com esta participação efetiva, conseguiremos resultados mais abrangentes. A população precisa descobrir todo o seu potencial existente e legal, garantido por lei.**	A participação popular não apresenta significância ativa na gestão pública. **(D)** Falta conhecimento do processo de participação por parte da população. **(F)** Representação popular é falha nos fóruns sobre gestão de turismo. **(D)** O capital social pode contribuir para o desenvolvimento do turismo. **(H)**
(IV) CONSELHO COMUNITÁRIO DE PONTA NEGRA Acho que as pessoas estão desacreditadas. (01ª idéia) **As pessoas justificam que como não existem resultados rápidos para os problemas emergências, elas não se envolvem, mesmo admitindo que a conquista destas causas vá beneficiar a sua condição de vida**. A desmotivação é tanta que nós que formamos as lideranças, mesmo por meio de ações de mobilização, não recebemos uma resposta positiva que represente ao menos parte dos interesses dos moradores. (02ª idéia) **Têm casos, que mesmo alcançando soluções, existe resistência à participação, até por outras oportunidades que fracassaram** A participação da comunidade local iria ser favorável por vários aspectos, cito com destaque, que caso a população participasse, teríamos uma chance de reverter à situação. (03ª idéia) **Eles iriam ver a grande dificuldade que as lideranças enfrentam, justamente por não haver uma representatividade efetiva da comunidade e dessa forma poderiam participar mais, por entender que a sua desmotivação e descrença é causa principal dos fracassos de que eles se queixam. Acho então que se as pessoas participassem, iriam perceber melhor as dificuldades e ai iriam se mobilizar para ajudar e se interar dos assuntos.**	Necessidade de resultados rápidos **(A)** Oportunidades fracassadas historicamente **(B)** A força de uma representatividade efetiva **(D)**

(A) Importância de ações com efeito prático
1-Necessidade de ações com efeito prático;
2-As ações individuais também apresentam efeitos práticos;
3-As oportunidades perdidas prejudicam o bem-estar social e a qualidade de vida.
4- Necessidade de resultados rápidos.
(B) Influência do processo histórico sócio-cultural
1-Enfraquecimento da identidade cultural;
2-Questão histórica e sócio-cultural;
3-Envolvimento de estigmas, mitos e questões relacionadas com a moral;
4- Oportunidades fracassadas historicamente.
(C) Disparidades econômicas e sociais
1-Grandes disparidades econômicas e sociais
(D) O valor da participação popular efetiva
1-Falta de adesão popular no capital social;
2-Sentimento de pequenez e impotência diante das grades problemáticas;
3-Participação popular não apresenta significância ativa na gestão pública;
4-Representação popular é falha nos fóruns de gestão do turismo;
5-Dificuldade de pressionar o poder público devido o pequeno número de participantes no C.S;
6-Interesse pessoal acima do coletivo;
7- A força de uma representatividade efetiva.
(E) As falhas do poder público (Estado)
1-Pressão econômica sobre a política impede o controle social;
2- Falta de vontade política;
3-Ineficiência do poder público;
4-Omissão da classe política;
5-Discordância entre o discurso eleitoral e as ações;
6-Inoperância do poder público gerando descrédito na população;
7-Orçamento público não comporta a necessidade existente;
8-Falta de técnicos capacitados no poder público para captar verbas para projetos.
(F) Investimento em Educação
1-Necessidade de investir em educação, visando à conscientização popular;
2-Falta de conhecimento da população.
(G) O papel da Imprensa
1-o discurso da imprensa é desmobilizador.
(H) A contribuição do Capital Social (CS)
1-O Capital Social pode contribuir para o desenvolvimento do turismo.

Quadro 14: Agrupamento das idéias centrais do objetivo especifico B
Fonte: Dados da Pesquisa, 2012.

INSTRUMENTO DE ANÁLISE DO DISCURSO (II)

(A) Importância de ações com efeito prático (IC)

EXPRESSÕES-CHAVE	DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO
1-*"A dificuldade é segurar esta mobilização e participação com efeitos práticos e o efeito prático depende de uma série de coisas que agente esbarra."* ***2-****"Mas a principal dificuldade é a falta de resultados práticos e o resultado prático está ligado diretamente à boa vontade política. Só com pressão popular, a boa*	Existem muitas dificuldades para mobilizar a população local e mantê-la como participante ativa. A principal delas é a falta de resultados práticos, os quais estão ligados diretamente à boa vontade política. Como inexistem resultados práticos a curto e médio prazo, a

vontade política pode aflorar. E como não há um resultado prático a curto e médio prazo, esta pressão popular acaba enfraquecendo e a boa vontade política acaba sendo protelada." ***3-****"Então nós entendemos que é preciso desconstruir algumas coisas. Precisamos divulgar que do lugar que você esta você pode fazer a sua parte."* ***4-*** *"As pessoas justificam que como não existem resultados rápidos para os problemas emergências, elas não se envolvem, mesmo admitindo que a conquista destas causas vá beneficiar a sua condição de vida."*	pressão popular enfraquece e a boa vontade política acaba sendo protelada. Eu tenho certeza que somente com pressão popular, a boa vontade política pode aflorar. As pessoas justificam que como não existem resultados rápidos para os problemas emergências, elas não se envolvem. Por isso percebo a necessidade de desconstruir algumas idéias. É preciso divulgar que do lugar que o cidadão está, ele pode fazer a sua parte.

(B) Influência do processo histórico sócio-cultural (IC)

EXPRESSÕES-CHAVE	DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO
1-*"A sociedade natalense é formada por gente de outras cidades, outros estados e até outros países e isso enfraquece a identidade cultural da cidade. E isso acaba não levando a um sentimento de pertencimento. Não há "esta é a minha cidade, esta é a cidade pela qual eu vou defender."* ***2- "****Mobilizar a população em torno desta causa específica é difícil por envolver estigmas, moral, sexualidade, mil e uma coisa por trás."* ***3-*** *"Já existe um consenso que não é a lei que vai resolver, apesar de dar um amparo legal, mas a questão é histórica e sociocultural. Agora fazer as pessoas saírem de casa, desligar sua televisão e ir para as ruas fazer qualquer ação pelo tema, ainda é um desafio."* ***4-*** *"Têm casos, que mesmo alcançando soluções, existe resistência à participação, até por outras oportunidades que fracassaram."*	Outra dificuldade que posso citar sobre mobilizar a população em torno destas causas é o envolvimento de estigmas, mitos e elementos da moral. É uma questão histórica e sociocultural. A sociedade natalense é formada por gente de outras cidades, estados e até outros países e isso enfraquece a identidade cultural do município e acaba não favorecendo a um sentimento de pertencimento. Já existe um consenso que afirma que não é a lei quem vai resolver, apesar de dar um amparo legal. Posso citar casos, que mesmo alcançando soluções, existe resistência à participação, até por outras oportunidades que fracassaram.

(C) Disparidades econômicas e sociais (IC)

EXPRESSÕES-CHAVE	DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO
1- *"Do final dos anos 80 e início dos anos 90, a cidade recebeu muita grana. Uma vez que o Estado e principalmente Natal, era extremamente pobre no início dos anos 80 e com a chegada do dinheiro as pessoas se perderam neste dinheiro fácil que chegou de uma forma muita rápida e as pessoas não souberam se controlar. Então você vê uma disparidade social e econômica muito grande em Natal e isso acaba provocando sentimentos contrários. Enquanto algumas pessoas querem de certa forma, defender o crescimento e um desenvolvimento responsável e equilibrado da cidade, quem tá por "cima da carne seca", com altos salários, em altos prédios, com altos carros não tá nem aí para o que está acontecendo fora dos muros. O que ele não quer é o transito, mas espaço público? Não importa!"*	Os abismos sociais existentes em Natal é outra grande dificuldade em se mobilizar a população local em torno das causas que defendem seus direitos. Posso citar que do final dos anos 80 e início dos anos 90, o município recebeu muita grana, e em contrapartida o Estado e principalmente Natal, era extremamente pobre no início dos anos 80. Com a chegada desse dinheiro, de forma rápida, as pessoas se perderam e não souberam se controlar. Daí você vê uma disparidade social e econômica muito grande em Natal. Enquanto algumas pessoas querem defender o crescimento e um desenvolvimento responsável e equilibrado do município, quem da tá com altos salários, em altos prédios, com altos carros não tá nem ai para o que está acontecendo fora dos seus altos muros. O que ele não quer é o trânsito, mas espaço público? Não importa!

(D) O valor da participação popular efetiva (IC)

EXPRESSÕES-CHAVE	DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO
1-*"O primeiro grande desafio é este, é você convencer as pessoas que elas são sim responsáveis pelo destino, presente e futuro da cidade e as pessoas não estão interessadas nisto. Infelizmente a maioria, só quer tirar proveito, quer tirar vantagem."* ***2***-*"Então a principal dificuldade é esta, é envolver e convencer as pessoas a aderirem ao movimento, acaba sendo limitado, agente consegue muito barulho com pouca gente. As pessoas acreditam que somos 50.000 pessoas, o que na verdade somos 300, 500 pessoas que fazem barulho por 50.000. E são sempre as mesmas pessoas que estão lá atingindo na zona norte, sul, leste e oeste para tudo que é assunto, agente acaba topando com as mesmas pessoas.* ***3***-*"É uma grande perda e isso foi porque tem pouca gente mobilizada neste sentido. Somos as mesmas pessoas, menos pessoas, isso dificulta a pressão, diminui pressão e assuntos importantes como a áreas públicas de lazer, transporte público eficiente, espaços para ciclovias estão fora do plano de mobilidade para copa."* ***4***-*"Porque a forma como é colocada pela opinião pública dificulta. Às vezes as agências internacionais divulgam que 300 milhões de crianças são exploradas no mundo por segundo e você está em sua casa e escuta esse dado, pensa: "eu não tenho nada o que fazer com isso", porque é tão grande e absurdo, que as pessoas pensam: "quem sou eu?"Diante dessa problemática desse tamanho.* ***5***-*"Certamente a participação popular deixa a desejar em todos os processos de participação na gestão pública, e também não é diferente para as questões ligadas à gestão do turismo."* ***6***-*"Além da representação falha desta população nos diferentes fóruns de discussão sobre a gestão do turismo."* ***7***- ***"****Eles iriam ver a grande dificuldade que as lideranças enfrentam, justamente por não haver uma representatividade efetiva da comunidade e dessa forma poderiam participar mais, por entender que a sua desmotivação e descrença é causa principal dos fracassos de que eles se queixam. Acho então que se as pessoas participassem, iriam perceber melhor as dificuldades e ai iriam se mobilizar para ajudar e se interar dos assuntos."*	Devido à situação de desigualdade, infelizmente a maioria da população, só quer tirar proveito próprio, tirar vantagem das situações. Por isso, penso que o primeiro e grande desafio é convencê-las que elas são responsáveis pelo destino, presente e futuro do município. Esta situação acaba limitando a abrangência do capital social em Natal. As pessoas acreditam que somos 50.000 pessoas, o que na verdade somos 300, 500 pessoas que fazem barulho por 50.000. E são sempre as mesmas pessoas que estão atingindo a zona norte, sul, leste e oeste para tudo que é assunto, agente acaba topando com as mesmas pessoas. O reduzido número de pessoas envolvidas dificulta e diminui efetivamente a pressão que poderíamos fazer sobre assuntos e cobranças como áreas públicas de lazer, transporte público eficiente, espaços para ciclovias entre outros. Por conta da falta de pressão, grande parte desses itens não está contemplada no plano de mobilidade da copa de 2014 que se aproxima. Percebo que participação popular em todos os processos da gestão pública em geral e principalmente nas questões específicas do turismo, deixa a desejar. E das poucas oportunidades que surgem, boa parte não sabe representar de forma coerente e organizada suas queixas e dúvidas, revelando com isso várias falhas nos fóruns de discussão sobre a gestão do turismo. Posso afirmar também que a forma como as questões são colocadas pela opinião pública, dificulta ainda mais a adesão. Às vezes as agências internacionais divulgam que 300 milhões de crianças são exploradas pelo turismo sexual no mundo por segundo e o cidadão está em sua casa e escuta esse dado, pensa: "eu não tenho nada o que fazer com isso", porque é tão grande e absurdo, que as pessoas pensam: "quem sou eu? Diante dessa problemática desse tamanho." e dessa forma deixa de participar, de se envolver e de lutar por melhorias. É preciso que a população enxergue que a grande dificuldade que as lideranças enfrentam de mobilizar, ocorre justamente por não haver uma representatividade efetiva da comunidade.

(E) As falhas do poder público (Estado)

EXPRESSÕES-CHAVE	DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO
1-*"E falando de dificuldades, como há a pressão econômica sobre a política e os movimentos sociais não são tão unidos, porque há uma pobreza generalizada nos movimentos sociais que acaba sucumbindo ao poder econômico e ao poder político por alguns favores, então não há coerência, coesão e convicção, com isso o controle social que é cada vez mais tolhido."* ***2***- *"Só com pressão popular, a boa vontade política pode aflorar. E como não há um resultado prático a curto e médio prazo, esta pressão popular acaba enfraquecendo e a boa vontade política acaba sendo protelada."* ***3***- *"Por falta de pressão, o poder público acaba, digamos assim, sendo ineficiente e até incompetente. Muitas verbas deixem de ser encaminhadas para a cidade por falta de projetos. E sem projetos não vem dinheiro e sem profissional capacitado não tem projeto. A falta de técnicos capacitados na prefeitura, que se utiliza de cargos comissionados de confiança de companheiros políticos não qualificados é notável."* ***4***- *"Não se tem capacidade de elaborar projetos, que justamente são os projetos que vão chancelar o recebimento de verbas públicas, federais ou até internacionais para o saneamento do município, para recuperar uma biblioteca, construir uma praça, enfim é complicado. É um ciclo vicioso de incompetência generalizada e a falta de controle e pressão social."* ***5- "****A omissão dos gestores públicos deixa a sociedade muito desacreditada. O que falta é uma vontade política."* ***6***- *"Porque o discurso eleitoral é que eu vou cuidar da cidade, como eu cuido da minha casa. Eu sou mulher, eu sou mãe, eu vou cuidar. É um discurso todo de maternagem com a cidade. O poder público é omisso neste tema.* ***7***- *"Então essa inoperância do poder público faz a sociedade desacreditar e ai é um efeito bola de neve. A sociedade não acredita e por isso não se mobiliza, e por não se mobilizar, não há pressão nos políticos. Então eu vejo, no meu entendimento, a necessidade de um comprometimento maior do poder público."* ***8- "****Há muito boa vontade com o tema e até receptividade com a resposta, mas na hora do orçamento isto não está posto."*	Penso que todas as dificuldades e lacunas originam-se, em grande parte, da pressão econômica exercida pelo Mercado sob a política afetando diretamente o Estado. A omissão dos gestores públicos deixa a sociedade desacreditada. O que falta é vontade política. Uma vez que no discurso eleitoral, os candidatos falam que vão cuidar de Natal, como cuida da sua própria casa. "Eu sou mulher, eu sou mãe, eu vou cuidar." É um discurso todo de maternagem com o município, mas na hora do orçamento isto não está posto em prática. Então a inoperância do poder público faz a sociedade desacreditar e ai é um efeito de bola de neve. A sociedade não acredita e por isso não se mobiliza, e por não se mobilizar, não há pressão nos políticos. Então no meu entendimento, existe a necessidade de um comprometimento maior do poder público. O poder público continua sendo omisso com o turismo, em especial. Eu acredito que somente com a pressão popular, a boa vontade política pode aflorar. E como não há resultados práticos a curto e médio prazo, esta pressão popular acaba enfraquecendo e a boa vontade política acaba sendo protelada. Justamente por falta de pressão popular, o poder público acaba sendo ineficiente. Muitas verbas deixam de ser encaminhadas para Natal por falta de projetos. E sem projetos não vem dinheiro e sem profissional capacitado não tem projeto. A falta de técnicos capacitados na prefeitura, que se utiliza de cargos comissionados de confiança de companheiros políticos não qualificados, é evidente. Eles não têm capacidade de elaborar projetos, os quais justamente vão chancelar o recebimento de verbas públicas, federais ou até internacionais visando o saneamento, a recuperação de bibliotecas, a construção de praças etc. É um ciclo vicioso de incompetência generalizada ocasionando a falta de controle e pressão social. Somado a isto, também cito que existe uma pobreza generalizada nos segmentos que compõem o capital social de Natal, que acabam sucumbindo ao poder econômico e ao poder político por troca de favores. Dessa forma, inexiste coerência, e por essa razão o controle social é cada vez mais tolhido.

(F) Investimento em Educação

EXPRESSÕES-CHAVE	DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO
1-"*Tem-se a necessidade de um planejamento contemplando essas questões, investindo em educação para que as pessoas se conscientizem."* ***2-****"As principais dificuldades são decorrentes do pouco conhecimento do processo de participação por parte da maioria da população."*	Observo que só teremos melhores oportunidades quando houver um maciço e necessário investimento por parte do poder público na educação da população local, visando uma maior conscientização e esclarecimento de seus diretos e deveres enquanto cidadãos. Sem querer justificar a inexistência de uma maior participação popular nas causas sociais do

	município de Natal, devo admitir que é difícil participar de algo que não se tem conhecimento, que não se sabe como opinar, entre outros fatos.

(G) O papel da Imprensa

EXPRESSÕES-CHAVE	DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO
1-*"Esse discurso sensacionalista da imprensa é muito desmobilizador. Eu considero que muita gente não se envolve na temática porque ela esta associada a redes criminosas, mega ações policiais, quadrilhas internacionais entre outros, levando a população a se sentir muito pequena em torno desta problemática."*	Além de tudo que já citei, ainda tem outro item que dificulta esse processo de conscientização e adesão da população. A imprensa de Natal que devia servir como canal de mobilização, acaba se tornando, por meio de seu discurso sensacionalista, um canal que desmobiliza a população local. Eu considero que muita gente não se envolve na temática porque a imprensa associa-a a redes criminosas, mega ações policiais, quadrilhas internacionais entre outros, levando a população a se sentir muito pequena em torno desta problemática.

(H) A contribuição do Capital Social (CS)

EXPRESSÕES-CHAVE	DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO
1-*"Sim, as ONG´s, associações e demais organizações populares podem oferecer uma importante representação para a população local, com possibilidade de participação efetiva em fóruns de discussão sobre o turismo, além de projetos e atividades organizadas para discussão e promoção dos mais variados temas, como o desenvolvimento do turismo, por exemplo. Somente com esta participação efetiva, conseguiremos resultados mais abrangentes. A população precisa descobrir todo o seu potencial existente e legal, garantido por lei."*	O que ainda me dá ânimo e me faz querer lutar por esta causa é a certeza que temos uma solução para esta conflituosa situação. A população local tem em suas mãos o poder de representar os seus anseios e necessidades diante do desenvolvimento do turismo. Para que tenhamos uma representação e participação ativa em fóruns de discussão sobre o turismo, além de projetos e atividades organizadas para discussão e promoção dos mais variados temas, é preciso organização e conscientização do fundamental papel que a população detém. Devemos exigir e fiscalizar as ações do Estado, que afetam nossa qualidade de vida, bem-estar e por fim, nosso cotidiano como um todo. Somente com esta participação efetiva, conseguiremos resultados mais abrangentes. A população precisa descobrir todo o seu potencial existente e legal, garantido por lei.

APÊNDICE E

DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO (DSC)
OBJETIVO ESPECÍFICO C

PERCEPÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES QUE VISAM O REDIRECIONAMENTO DAS AÇÕES LIGADAS À PRODUÇÃO DO ESPAÇO PARA FINS TURÍSTICOS DESENVOLVIDAS EM NATAL/RN, NA PERCEPÇÃO DOS MEMBROS QUE REPRESENTAM AS LIDERANÇAS DO CAPITAL SOCIAL NATALENSE.

INSTRUMENTO DE ANÁLISE DE DISCURSO (II)

Questão Única: Na opinião do senhor (a), a sociedade civil organizada contribui para o redirecionamento das ações ligadas à produção do espaço para fins turísticos em Natal/RN? De que forma? Pode citar exemplos? Em caso negativo, por que não ocorre contribuição?

LEGENDA DOS QUADROS

O Capital Social representado está em **negrito e sublinhado**. As idéias centrais (IC) estão em **Negrito.** As letras que aparecem em maiúsculo e negrito entre parênteses **(A)** indicam os agrupamentos das IC de mesmo sentido.

EXPRESSÕES-CHAVE	IDÉIAS CENTRAIS
(I) MOVIMENTO S.O.S PONTA NEGRA	
Não é pretensão, mais Natal nunca mais foi a mesma depois do S.O.S Ponta Negra. (01ª idéia) **As pessoas começaram a criar o S.O.S Tabatinga, S.O.S Mangue, S.O.S Rocas, S.O.S Mãe Luiza.** Então assim, mesmo com toda dificuldade, de estarmos em número pequeno, de fazermos muito barulho, das pessoas acreditarem, eles são muitos. Nós somos poucos, mais não somos fracos. Então assim, (02ª Idéia) **as conquistas que agente acumulou durante esses 05 anos, eu acredito que mudou o destino da cidade pelos próximos 50 anos.** Então agente evitou que a cidade fosse literalmente vendida, naquele *Boom* imobiliário. (03ª Idéia) **Algumas pessoas que antes eram contra, começaram a perceber que é uma luta coletiva.**	Efeito multiplicador **(A)** Garantia de futuro para o município. **(D)** Percepção que a luta é coletiva. **(A)**
(04ª Idéia) **O turismo acaba se beneficiando com isso, porque a cidade continua aprazível, gostosa, bonita, pouca poluição, poluição visual inclusive. É uma reação em cadeia, que acaba beneficiando o turismo.**	Benesses para o turismo **(D)**
Então assim, (05ª Idéia) **se não houver uma mudança de interesses mesmo, vão destruir a cidade**. A gente só esta evitando o pior e adiando esta destruição que vem a galope.	Mudanças de interesses **(A)**
(06ª Idéia) **Um dos maiores impactos em termos de ações do movimento foi a suspensão e finalmente cancelamento das licenças e qualquer outra possibilidade de construção de prédios absurdos próximo ao morro do careca.** Posso referenciar como provas, **o laudo pericial que foi solicitado pela 45ª Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente da comarca de Natal, através do contrato nº 004/2008- PGJ, celebrado**	Retenção do *Boom* imobiliário **(C)**

entre a procuradoria Geral da Justiça, UFRN e FUNPEC. O inquérito civil data de 2006, e trata de pretensões de edifícios verticalizados na área de cordão Dunar do morro do Careca, que forma a Zona de Proteção ambiental 6 (ZPA-6)	
(07ª Idéia) O movimento **também conseguiu emplacar na revisão 2007 do Plano diretor, duas emendas que foram iniciativas criadas no bairro de Ponta Negra,** que ainda não foram implementadas, mas foram inseridas na pauta da revisão do Plano Diretor de Natal 2007. **Uma delas é a aprovação da emenda para se formatar um plano setorial específico para o bairro de Ponta Negra,** uma vez que **Capim macio, Neópolis e Ponta Negra fazem parte de um grande conjunto que utilizam a mesma estrutura de abastecimento de água, saneamento básico, trânsito, áreas públicas de lazer. Em outras palavras, seria um Plano Diretor específico para o bairro, que compreendesse e buscasse o equilíbrio de como conciliar o uso residencial, comercial, turístico.**	Propostas de Emendas para a Revisão do Plano Diretor de Natal. **(C)**
(08ª Idéia) **A segunda emenda foi à área especial de interesse social para a vila de ponta negra,** que já existe em mãe Luiza, que inclusive ocorre um boicote histórico a mais de 10 anos por parte do poder publico. **A área de interesse social funciona da seguinte maneira, você impede que pequenos terrenos sejam aglutinados para formar uma grande área capaz de permitir a construção de grandes prédios. A área de interesse social limita essa agregação de pequenos terrenos para formar uma grande área, limitando a construção de pavimentos em até 03 pavimentos.** O que isso beneficia a comunidade? **O IPTU não vai para estratosfera, uma vez que o IPTU aumente demais, o nativo acaba migrando, ocorrendo o que se chama de "expulsão branca". Pois torna inviável a moradia do nativo em lugares paradisíacos como a vila de ponta negra. Evita a especulação imobiliária desenfreada e cruel e evita também que as pessoas acabem abandonando seu local de origem devido à inviabilidade de moradia no local.**	Proposta da AEIS de Ponta Negra. **(C)**
(09ª Idéia) **Outra ação que posso citar é a mudança dos planos de construção do emissário submarino no bairro de Ponta negra** foi mais uma ação que o movimento ajudou, se envolveu e que obteve êxito. E lança as perguntas (10ª Idéia) **"Por que queriam construir o emissário em Ponta Negra? Porque queriam "resolver" a questão do saneamento básico? Para justificar a liberação de grandes empreendimentos, uma vez que hoje tem muita coisa parada por falta de saneamento. Era um dominó que agente conseguiu tirar uma peça e as coisas pararam de cair sob efeito.**	Mudanças de planos na construção do emissário submarino de Ponta Negra **(C)** Interesses camuflados. **(B)**
(11ª Idéia) **Participamos também de debates assíduos e audiências públicas na época da operação chamada de "Operação Impacto", deflagrada pela Policia Civil e pelo Ministério Público em 2007, que investigou um suposto esquema fraudulento de liberação de propina na Câmara Municipal de Natal, durante a votação para reforma do Plano Diretor.**	Participação de debates, audiências públicas. **(C)**
(12ª Idéia) **Além de tudo isso, fazemos do blog, um canal informativo de divulgação das audiências públicas e de mobilização para ações.**	Divulgação e mobilização por meio de redes sociais. **(C)**
(II) ONG RESPOSTA	
(01ª Idéia) **Eu penso que a sociedade (senso comum) ainda não enxergou as mudanças no território que nós estamos vivenciando**. (02ª Idéia) **Por exemplo, a sociedade deixou de ir para Ponta Negra quando acharam que lá tinha prostituição, travestis, drogas. Agente não vai modificar essa mentalidade com a nossa ação, mas agente provoca.** Vamos à imprensa e convocamos, compareçam mais ainda, pois aquela	Dificuldades de entendimento do senso comum **(B)** Efeitos negativos provocados pela omissão popular. **(B)**

praia era frequentada pelos moradores da vila de ponta negra. (03ª Idéia) **E hoje pelo processo que quer eliminar a pobreza para deixar a praia nos padrões do turismo internacional, porque agente quer uma praia boa, legal e adequada.**	Processo errôneo de eliminação da pobreza. **(B)**
Então eu penso que (04ª Idéia) **a geografia de Natal favorece a perpetuação da cadeia hereditária da pobreza das comunidades do entorno. Você pega Ponta Negra com seus hotéis, resorts e observa a vila convivendo ali oprimida e quem vê a vila?** Agente! Que passamos lá um mês fotografando a realidade da vila. Vendo (05ª Idéia) **as contradições de muros sendo erguidos para condomínios fechados e pessoas morando em casa miseráveis ao lado.**	Geografia de Natal **(B)** Fortes Contradições Cotidianas **(B)**
(06ª Idéia) **O poder público querendo tirar os serviços públicos da vila, alegando que lá não tem mais pobre. Essas contradições não ficam visíveis, a sociedade ainda não enxerga**. Observando a Praia do meio, convivendo com Mãe Luiza, a comunidade da África com a Redinha, Santos Reis, Rocas e todas as assimetrias.	A distorção do poder público **(B)**
(07ª Idéia) **Todos são colocados à margem do processo de desenvolvimento**, então (08ª Idéia) **eu acho que até certo ponto eles são até pacíficos diante das fortes desigualdades postas.**	A população na margem do processo de desenvolvimento. **(B)** População local Pacifica. **(B)**
O que quero dizer é que (09ª Idéia) **a sociedade ainda não enxergou, por ser imediatista.** Precisa-se de (10ª Idéia) **uma política inclusiva**. (11ª Idéia) **Por isso eu questiono a inclusão social no turismo. Porque ainda na lógica atual, o rico fica rico e o pobre fica pobre.**	Sociedade Imediatista. **(B)** Falta de uma política inclusiva. **(B)** Falta de inclusão social no turismo. **(B)**
(12ª Idéia) **Porque quando se vai desenvolver essas áreas, a população apenas fica assistindo? Ela não consegue se inserir, ela não domina o inglês, ela não domina o português direito.** É por conta dessas questões **faz com que as pessoas não achem que esse problema não é seu. Não se identificam com os problemas. Então é preciso que ocorra a união dos agentes. Sozinho o poder público não é capaz de resolver tais problemas.**	Falta de capacitação e educação da população. **(B)**
(13ª Idéia) **A sociedade civil e a iniciativa privada já estão mais avançadas que o poder público**. Já **se percebe uma nova geração surgindo com uma postura mais crítica de empresários e cidadãos, com uma proposta mais sistemática, propositiva, onde já encontramos hoteleiros com mestrado na sua área, o que era difícil, pois eram basicamente administradores e da construção civil resolviam construir e administrar seus hotéis sem base alguma.** Então já percebido uma mudança no discurso da iniciativa provada, enquanto que o poder público tem sérias dificuldades de colocar seu discurso em prática.	Atraso do poder público. **(B)**
No que se refere (14ª Idéia) **às principais conquistas e ações promovidas** pela ONG Resposta, **destaco a valorização dos direitos das crianças e dos adolescentes no mercado turístico em Natal, prevenindo com isso, casos de exploração sexual nas empresas do trade do turismo; investimentos na área de educação de adultos;** as **denúncias de casos de exploração sexual ao Ministério Público do estado do Rio Grande do Norte feitas pela Resposta**; A **proposição e acompanhamento da atuação da Frente Parlamentar dos Direitos das Crianças e Adolescentes na Câmara de Vereadores do município de Natal e na Assembléia Legislativa do estado do Rio Grande do Norte, propondo políticas públicas e ampliação do orçamento público para iniciativas de interesse das crianças e adolescentes.**	Valorização de Direitos, Educação, Propostas e realização de Denúncias. **(C)**
Posso citar também a (15ª Idéia) **celebração de acordos formais entre empresas signatárias e fornecedores e a Prestação de serviços e**	Acordos Formais e Capacitação Técnica. **(C)**

colaboração técnica para implantação de políticas corporativas.	
Hoje nós temos 123 empresas signatárias do código de conduta. (16ª Idéia) **Temos um projeto mais abrangente, pois antes se centralizava muito em Natal e hoje já possui ações em Tibau do sul, em função do crescimento de Pipa.** Estamos também em processo de sensibilização das empresas do município.	Maior escopo dos projetos. **(A)**
Posso citar também a (17ª Idéia) **Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) contra exploração sexual em 2003, foi uma concepção nossa.**	Proposição da Comissão Parlamentar de Inquérito. **(C)**
(18ª Idéia) **Atualmente estamos desenvolvendo uma metodologia focada nos adolescentes, para que eles se protejam. Eu acho que uma das grandes inovações da resposta foi inserir os adolescentes nesta discussão, adolescentes de comunidades empobrecidas.**	Ações de formação e capacitação de adolescentes. **(C)**
(19ª Idéia) A Resposta **também habilitou 162 condutores de veículos tipo *buggy*, 171 taxistas e 40 guias de turismo e recebeu apoio de estudantes universitários, que se engajaram nas causas, prestando serviços voluntários à Resposta, promovendo eventos e participando das mobilizações sociais.**	Serviços de voluntariado. **(C)**
(III) ONG OCEÂNICA	
(01ª Idéia) **Acredito que com o aumento da participação popular, da sociedade civil organizada e instituições voltadas à discussão deste tema, teríamos possibilidades concretas de discutir as ações ligadas ao desenvolvimento do turismo.**	A participação popular e o incentivo de debates de ações. **(A)**
Entretanto (02ª Idéia) **considero que esta participação ainda não é suficiente para provocar o redirecionamento de ações,** tendo em vista que (03ª Idéia) **a participação de grupos com interesses direcionados para a iniciativa privada prevalece nestas discussões.**	Participação da população local ainda é inexpressiva. **(B)** Superioridade de grupos hegemônicos. **(B)**
Acredito que (04ª Idéia) **o papel da população é o de participar das decisões e apoiar o poder público na gestão e no planejamento das atividades, entre elas a gestão do turismo.**	O papel real da população. **(A)**
Somente (05ª Idéia) **com envolvimento e conhecimento em planejamento e na resolução dos problemas pode-se avançar para um turismo de qualidade, que beneficie a todos.**	O turismo de qualidade. **(D)**
(06ª Idéia) **É possível sim confiar na gestão pública, quando a mesma é bem assessorada e realizada de forma transparente e participativa.**	Gestão Pública transparente e participativa. **(A)**
(07ª Idéia) Elaborar e implementar **programas de educação ambiental; Promover a identificação, criação e manutenção de áreas de conservação**.Especificamente no município de Natal, a ONG Oceânica **realiza atividades relacionadas no combate e conscientização, por meio de campanhas, seminários, palestras e mobilizações sociais, no quesito da grande quantidade de lixo que é jogado nas praias urbanas,** nas áreas costeiras e nas áreas marinhas próximas como Pirangi (Parnamirim e Nisia Floresta) e APA dos Recifes de Corais (Maxaranguape, Rio do Fogo e Touros), visualizando assim, que esta ação acaba se propagando a nível estadual.	Ações em educação ambiental, consciência ecológica **(C)**
(IV) CONSELHO COMUNITÁRIO DE PONTA NEGRA	
(01ª idéia) **Poderia haver um diálogo e as coisas poderiam fluir melhor**. **As pessoas não reconhecem a importância de uma audiência pública**. Ali esta se decidindo o destino da gente. Na audiência pública sobre os	Diálogo e união de várias frentes **(A)**

prédios no morro, **se não fossem os poucos que ali estavam não teríamos conseguido embargar as obras e assim redirecionar, ao menos que provisoriamente a construção naquela área. Houve a união de muitas frentes populares com o ministério público e por isso tivemos resultados**. Pois caso contrário, a questão ambiental iria ser bastante afetada aqui. Divulga-se muito o mito que as construções iriam trazer melhoras econômicas para o bairro. No entanto, sabe-se que essas pessoas não empregam e não consomem aqui. (02ª Idéia) **Agente não é contra desenvolver, mais que seja feito de uma forma justa e sustentável para com todos e não só para os que vão morar nos prédios.**	Desenvolver de forma homogênea e igualitária **(A)**

(A) Elementos que facilitam as contribuições
1- Efeito multiplicador;
2- Percepção que a luta é coletiva;
3- Mudanças de interesses;
4- A participação popular e o incentivo de debates de ações;
5- O papel real da população;
6- Gestão Pública transparente e participativa;
7- Maior escopo dos projetos;
8- Diálogo e união de várias frentes;
9- Desenvolver de forma homogênea e igualitária.
(B) Elementos que dificultam as contribuições
1- Interesses camuflados;
2- Dificuldades de entendimento do senso comum;
3- Efeitos negativos provocados pela omissão popular;
4- Processo errôneo de eliminação da pobreza;
5- Geografia de Natal;
6- Fortes Contradições Cotidianas;
7- A distorção do poder público;
8- população na margem do processo de desenvolvimento;
9- População local Pacifica;
10- Sociedade Imediatista;
11- Falta de uma política inclusiva;
12- Falta de inclusão social no turismo;
13- Falta de capacitação e Educação da população;
14- Atraso do poder público;
15- Participação da população local ainda é inexpressiva;
16- Superioridade de grupos hegemônicos.
(C) Contribuições efetivas das lideranças sociais
1- Retenção do Boom imobiliário;
2- Propostas de Emendas para a Revisão do Plano Diretor de Natal;
3- Proposta da AEIS de Ponta Negra;
4- Mudanças de planos na construção do emissário submarino de Ponta Negra;
5- Participação de debates, audiências públicas;
6- Divulgação e mobilização por meio de redes sociais;
7- Valorização de Direitos, Educação, Propostas e realização de Denúncias;
8- Acordos Formais e Capacitação Técnica;
9- Proposição da Comissão Parlamentar de Inquérito;
10- Ações de formação e capacitação de adolescentes;
11- Serviços de voluntariado;
12- Ações em educação ambiental, consciência ecológica.
(D) Frutos das ações das lideranças sociais

1- Garantia de futuro para o município;
2- Benesses para o turismo;
3- Turismo de qualidade.

Quadro 15: Agrupamento das idéias centrais objetivo específico C
Fonte: Dados da Pesquisa, 2012.

INSTRUMENTO DE ANÁLISE DO DISCURSO (II)

(A) Elementos que facilitam as contribuições (IC)

EXPRESSÕES-CHAVE	DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO
1- *Não é pretensão, mais a cidade nunca mais foi a mesma depois do S.O.S Ponta Negra. As pessoas começaram a criar o S.O.S Tabatinga, S.O.S Mangue, S.O.S Rocas, S.O.S Mãe Luiza.* *2- Algumas pessoas que antes eram contra, começaram a perceber que é uma luta coletiva.* *3- Se não houver uma mudança de interesses mesmo, vão destruir a cidade.* *4-Acredito que com o aumento da participação popular, da sociedade civil organizada e instituições voltadas à discussão deste tema, teríamos possibilidades concretas de discutir as ações ligadas ao desenvolvimento do turismo.* *5- o papel da população é o de participar das decisões e apoiar o poder público na gestão e no planejamento das atividades, entre elas a gestão do turismo.* *6- É possível sim confiar na gestão pública, quando a mesma é bem assessorada e realizada de forma transparente e participativa.* *7- Temos um projeto mais abrangente, pois antes se centralizava muito em Natal e hoje já possui ações em Tibau do sul, em função do crescimento de Pipa.* *8- Poderia haver um diálogo e as coisas poderiam fluir melhor. As pessoas não reconhecem a importância de uma audiência pública. Se não fossem os poucos que ali estavam não teríamos conseguido embargar as obras e assim redirecionar a construção na área. Houve a união de muitas frentes populares com o ministério público e por isso tivemos resultado;* *9- Agente não é contra desenvolver, mais que seja feito de uma forma justa e sustentável para com todos e não só para os que vão morar nos prédios.*	O capital social constituído em Natal apresenta alguns resultados positivos mesmo diante de tantas dificuldades que enfrenta. Começamos a conquistar alguns espaços. Não é pretensão minha mais Natal nunca mais foi à mesma depois de algumas ações desenvolvidas pela sociedade civil organizada. Percebe-se o efeito multiplicador nas ações, uma vez que as pessoas começaram a criar outros movimentos similares motivados por diversas causas. Algumas pessoas que antes eram do contra, começaram a perceber que é uma luta coletiva e que se não houver uma mudança de interesses, vão destruir a cidade. Acredito que com o aumento da participação popular, por meio da sociedade civil organizada e das instituições voltadas à discussão, podem ser desenvolvidas possibilidades concretas e se criar um estimulo para a discussão e debates de ações ligadas ao desenvolvimento do turismo. Uma vez que o verdadeiro papel da população é o de participar das decisões e apoiar o poder público na gestão e no planejamento das atividades, que entre elas está a gestão do turismo. Para esta parceria entre sociedade e Estado, se faz necessário que haja uma relação bem assessorada e transparente, onde por meio disso, se poderá avançar nos escopos dos projetos e da mesma forma na sua eficácia e eficiência. É preciso que haja um dialogo aberto entre todos os interessados para que se consiga resultados efetivos. Agente não é contra desenvolver mais que seja feito de uma forma justa e sustentável para com todos e não só para os que vão morar nos prédios.

(B) Elementos que dificultam as contribuições (IC)

EXPRESSÕES-CHAVE	DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO
1-"Por que queriam construir o emissário em Ponta Negra? Porque queriam "resolver" a questão do saneamento básico? Para justificar a liberação de grandes empreendimentos, uma vez que hoje tem muita coisa parada por falta de saneamento. Era um dominó que agente conseguiu tirar uma peça e as coisas pararam de cair sob efeito. *2-Eu penso que a sociedade (senso comum) ainda não enxergou as mudanças no território que nós estamos vivenciando.*	Em meio às contribuições, não posso deixar de mencionar alguns elementos que dificultam esse processo de participação popular em Natal. Na verdade, existem pessoas mal intencionadas, adornadas de boa intenção. Posso citar como exemplo a grande mobilização de alguns agentes a fim de aprovar, com agilidade, a construção do emissário submarino em Ponta Negra. Por quê? Para justificar a liberação de grandes empreendimentos internacionais, uma vez que tem muita coisa parada na atualidade, por falta de

3-Por exemplo, a sociedade deixou de ir para Ponta Negra quando acharam que lá tinha prostituição, travestis, drogas. Agente não vai modificar essa mentalidade com a nossa ação, mas agente provoca. *4- E hoje pelo processo que quer eliminar a pobreza para deixar a praia nos padrões do turismo internacional, porque agente quer uma praia boa, legal e adequada.* *5- a geografia de Natal favorece a perpetuação da cadeia hereditária da pobreza das comunidades do entorno. Você pega Ponta Negra com seus hotéis, resorts e observa a vila convivendo ali oprimida e quem vê a vila?* *6-as contradições de muros sendo erguidos para condomínios fechados e pessoas morando em casa miseráveis ao lado.* *7- Detalhe o poder público querendo tirar os serviços públicos da vila, afirmando que lá não tem mais pobre. Essas contradições não ficam visíveis, a sociedade ainda não enxerga.* *8- Todos colocados à margem do processo de desenvolvimento* *9- eu acho que até certo ponto eles são até pacíficos diante das fortes desigualdades postas.* *10- a sociedade ainda não enxergou, por ser imediatista.* *11- Precisa-se de uma política inclusiva.* *12-Por isso eu questiono a inclusão social no turismo. Porque ainda na lógica atual, o rico fica rico e o pobre fica pobre.* *13- Porque quando se vai desenvolver essas áreas, a população apenas fica assistindo? Ela não consegue se inserir, ela não domina o inglês, ela não domina o português direito. faz com que as pessoas não achem que esse problema não é seu. Não se identificam com os problemas. Então é preciso que ocorra a união dos agentes. Sozinho o poder público não é capaz de resolver tais problemas.* *14- A sociedade civil e a iniciativa privada já estão mais avançadas que o poder público. Já se percebe uma nova geração surgindo com uma postura mais crítica de empresários e cidadãos, com uma proposta mais sistemática, propositiva, onde já encontramos hoteleiros com mestrado na sua área, o que era difícil, pois eram basicamente administradores e da construção civil resolviam construir e administrar seus hotéis sem base alguma.* *15-Considero que esta participação ainda não é suficiente para provocar o redirecionamento de ações,* *16- A participação de grupos com interesses direcionados para a iniciativa privada prevalecem nestas discussões.*	saneamento. É um dominó que agente conseguiu tirar uma peça e as coisas pararam de cair sob efeito cascata. Penso que a sociedade, através do senso comum, ainda não enxergou as mudanças no território que estão vivenciando. Por exemplo, a sociedade deixou de ir para Ponta Negra quando acharam que lá tinha prostituição, travestis, drogas entre outras mazelas. A população precisa entender que não vai conseguir modificar essa mentalidade com ações de preconceito. Ao contrário, ações errôneas e a desmobilização da população acentuam ainda mais os problemas. Outro exemplo é que hoje os agentes hegemônicos que polarizam as decisões em Natal, querem eliminar a pobreza por meio de um processo errôneo, objetivando deixar as praias nos padrões para o turismo internacional, porque se quer uma praia boa, legal e adequada. Dessa forma, eles se aproveitam que a geografia de Natal favorece a perpetuação da cadeia hereditária da pobreza das comunidades do entorno. Percebem-se então fortes contradições de muros sendo erguidos para condomínios fechados e pessoas morando em casa miseráveis ao lado. Ainda posso informar um detalhe: o poder público quer tirar os poucos serviços públicos existentes na vila, justificando que lá não têm mais pobres. São essas contradições que não ficam visíveis, e dessa forma a sociedade ainda não enxerga, e a sociedade só não enxergou ainda, por ser imediatista. Todos os moradores são colocados à margem do processo de desenvolvimento. Diante desses conflitos, eu acho que a população local de Natal é até certo ponto pacífica diante das fortes desigualdades que são postas. Por isso eu questiono que inexiste a inclusão social no turismo. Porque na lógica atual, o rico continua ficando rico e o pobre ficando pobre. Faz-se necessário uma política inclusiva urgente. O que se nota facilmente é que quando vai desenvolver essas áreas, a população apenas fica assistindo? Ela não consegue se inserir, pois ela não domina o inglês, ela mal domina o português direito. Dessa forma, eu vejo que é preciso que ocorra a união dos agentes de forma leal. Sozinho o poder público não é capaz de resolver os problemas. Um fato interessante que observo é que a sociedade civil e a iniciativa privada já estão mais avançadas que o poder público em alguns quesitos. Já se percebe uma nova geração surgindo com uma postura mais crítica de empresários e cidadãos, com uma proposta mais sistemática, propositiva, onde, por exemplo, encontramos hoteleiros com mestrado na sua área, o que era difícil, pois eram basicamente administradores ou da construção civil que resolviam construir e administrar seus hotéis sem base alguma. Com base em todos esses gargalhos, eu considero que esta participação existe, mas ainda não é suficiente para provocar um redirecionamento de ações que Natal necessita urgentemente na atualidade, uma vez que ainda se pode ver a hegemonia na participação de grupos com interesses direcionados para a iniciativa privada nestas discussões.

(C) Contribuições Efetivas do Capital Social (IC)

EXPRESSÕES-CHAVE	DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO
1- Um dos maiores impactos em termos de ações do movimento foi suspensão e finalmente cancelamento das licenças e qualquer outra possibilidade de construção de prédios absurdos próximo ao morro do careca. *2- o laudo pericial que foi solicitado pela 45ª Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente da comarca de Natal, através do contrato nº 004/2008-PGJ, celebrado entre a procuradoria Geral da Justiça, UFRN e FUNPEC. O inquérito civil data de 2006, e trata de pretensões de edifícios verticalizados na área de cordão Dunar do morro do Careca, que forma a Zona de Proteção ambiental 6 (ZPA-6)* *3- também conseguiu emplacar na revisão 2007 do Plano diretor, duas emendas que foram iniciativas criadas no bairro de Ponta Negra. Uma delas é a aprovação da emenda para se formatar um plano setorial específico para o bairro de Ponta Negra. Em outras palavras, seria um Plano Diretor específico para o bairro, que compreendesse e buscasse o equilíbrio de como conciliar o uso residencial, comercial, turístico.* *4- A segunda emenda foi à área especial de interesse social para a vila de ponta negra. A área de interesse social funciona da seguinte maneira, você impede que pequenos terrenos sejam aglutinados para formar uma grande área capaz de permitir a construção de grandes prédios. A área de interesse social limita essa agregação de pequenos terrenos para formar uma grande área, ela limita a construção de pavimentos em até 03 pavimentos. O IPTU não vai para estratosfera, uma vez que o IPTU aumente demais, o nativo acaba migrando, ocorrendo o que se chama de "expulsão branca". Pois torna inviável a moradia do nativo em lugares paradisíacos como a vila de ponta negra. Evita a especulação imobiliária desenfreada e cruel e evita também que as pessoas acabem abandonando seu local de origem devido à inviabilidade de moradia no local.* *5-Outra ação que posso citar é a mudança dos planos de construção do emissário submarino no bairro de Ponta negra;* *6- Participamos também de debates assíduos e audiências públicas na época da operação chamada de "Operação Impacto", deflagrada pela Policia Civil e pelo Ministério Público em 2007, que investigou um suposto esquema fraudulento de liberação de propina na Câmara Municipal de Natal, durante a votação para reforma do Plano Diretor;* *7-Além de tudo isso, fazemos do blog, um canal informativo de divulgação das audiências públicas e de mobilização para ações;* *8- destaco a valorização dos direitos das crianças e dos adolescentes no mercado turístico em Natal, prevenindo com isso, casos de exploração sexual nas empresas do trade do turismo; investimentos na área de educação de adultos; as denúncias de casos de exploração sexual ao Ministério Público do estado do Rio Grande do Norte feitas pela Resposta; A proposição e acompanhamento*	Mesmo diante de tantos obstáculos, ainda posso comemorar e me orgulhar de algumas ações que modificaram e garantiram certo alivio para Natal. Começo citando um das contribuições de maior impacto em termos do Capital Social, que foi a suspensão e finalmente cancelamento das licenças e qualquer outra possibilidade de construção de prédios absurdos próximo ao morro do careca. O inquérito civil é datado do ano de 2006 e trata justamente de pretensões de edifícios verticalizados na área de cordão Dunar do morro do Careca, que forma a Zona de Proteção ambiental 06 (ZPA-6). Também conseguimos emplacar na revisão 2007 do Plano Diretor de Natal, duas emendas que foram iniciativas criadas no bairro de Ponta Negra pela comunidade. Uma delas é a aprovação da emenda para se formatar um plano setorial específico para o bairro. Em outras palavras, seria um Plano Diretor específico para Ponta Negra, que compreendesse e buscasse o equilíbrio de como conciliar o uso residencial, comercial, turístico. A segunda emenda foi à área especial de interesse social (AEIS) para a Vila de Ponta Negra, impedindo com isso que pequenos terrenos sejam aglutinados para formar uma grande área capaz de permitir a construção de grandes prédios. Consegue-se com esta emenda que o IPTU não vá para estratosfera, uma vez que o IPTU aumentando, o nativo acaba migrando, e ocorre o que se chama de "expulsão branca", pois torna inviável a moradia do nativo em lugares paradisíacos como a vila de ponta negra. Impede também a especulação imobiliária desenfreada e cruel e evita também que as pessoas acabem abandonando seu local de origem devido à inviabilidade de moradia no local. Outra ação que posso citar é a mudança dos planos de construção do emissário submarino no bairro de Ponta negra. Também houve participações em debates assíduos e em audiências públicas na época da operação chamada de "Operação Impacto", operação deflagrada pela Policia civil e pelo Ministério Público em 2007, que investigou um suposto esquema fraudulento de liberação de propina na Câmara Municipal de Natal, durante a votação para reforma do Plano Diretor. Além de tudo isso, as redes sociais servem como um canal informativo de divulgação das audiências públicas e de mobilização para ações. Ainda destaco outras ações como a valorização dos direitos das crianças e dos adolescentes no mercado turístico em Natal, prevenindo casos de exploração sexual nas empresas do *trade* do turismo; a captação de investimentos na área de educação de adultos; as denúncias de casos de exploração sexual ao Ministério Público do estado do Rio Grande do Norte. Teve também a proposição e acompanhamento da atuação da Frente Parlamentar dos Direitos das Crianças e Adolescentes na Câmara de Vereadores do município de Natal e na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte, propondo políticas

da atuação da Frente Parlamentar dos Direitos das Crianças e Adolescentes na Câmara de Vereadores do município de Natal e na Assembléia Legislativa do estado do Rio Grande do Norte, propondo políticas públicas e ampliação do orçamento público para iniciativas de interesse das crianças e adolescentes; *9- celebração de acordos formais entre empresas signatárias e fornecedores e a Prestação de serviços e colaboração técnica para implantação de políticas corporativas;* *10- Posso citar também a (29ª Idéia) Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) contra exploração sexual em 2003, foi uma concepção nossa;* *11-Atualmente estamos desenvolvendo uma metodologia focada nos adolescentes, para que eles se protejam. Eu acho que uma das grandes inovações da resposta foi inserir os adolescentes nesta discussão, adolescentes de comunidades empobrecidas;* *12- também habilitou 162 condutores de veículos tipo buggy, 171 taxistas e 40 guias de turismo e recebeu apoio de estudantes universitários, que se engajaram nas causas, prestando serviços voluntários à Resposta, promovendo eventos e participando das mobilizações sociais;* *13- programas de educação ambiental; Promover a identificação, criação e manutenção de áreas de conservação;* *14- realiza atividades relacionadas no combate e conscientização, por meio de campanhas, seminários, palestras e mobilizações sociais, no quesito da grande quantidade de lixo que é jogado nas praias urbanas.*	públicas e ampliação do orçamento público para iniciativas de interesse das crianças e adolescentes. Também posso citar a celebração de acordos formais, prestação de serviços e colaboração técnica para implantação de políticas corporativas. Outra contribuição foi à formação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) contra exploração sexual em 2003, a qual foi uma concepção nossa. Atualmente estamos desenvolvendo uma metodologia focada nos adolescentes, para que eles se protejam principalmente os adolescentes de comunidades empobrecidas. Conseguimos, além disso, um maior envolvimento de alguns segmentos (universitários) nas causas como a prestação de serviços voluntários, promovendo eventos e participando das mobilizações sociais. Na área ambiental, posso citar os subsídios nos programas de educação ambiental, visando promover a identificação, criação e manutenção de áreas de conservação e ainda realizamos atividades relacionadas no combate e conscientização, por meio de campanhas, seminários, palestras e mobilizações sociais, no quesito da grande quantidade de lixo que é jogado nas praias urbanas de Natal

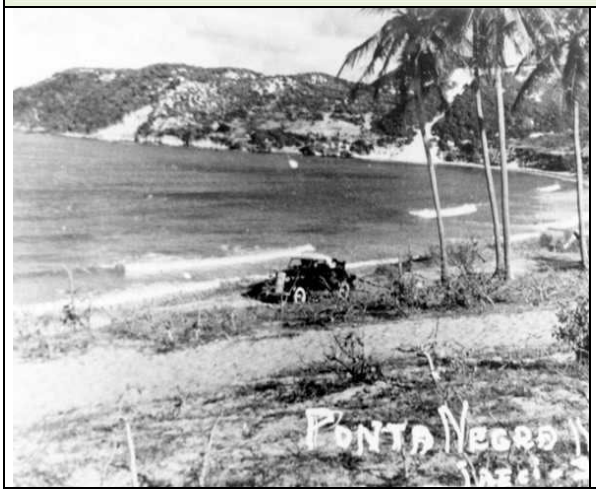
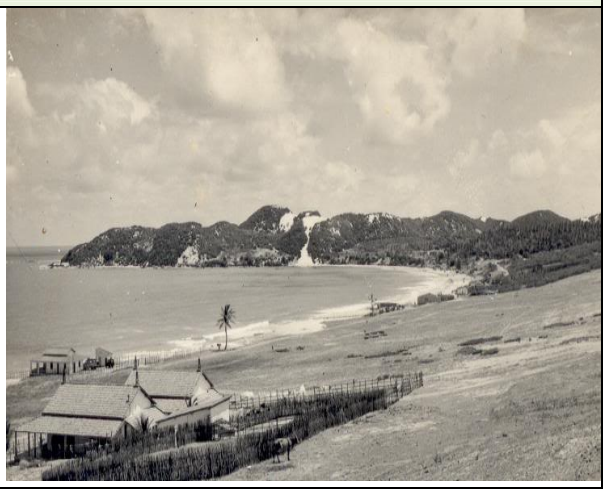
(D) Frutos das ações do Capital Social (IC)

EXPRESSÕES-CHAVE	DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO
1- as conquistas que agente acumulou durante esses 05 anos, eu acredito que mudou o destino da cidade pelos próximos 50 anos. *2- O turismo acaba se beneficiando com isso, porque a cidade continua aprazível, gostosa, bonita, pouca poluição, poluição visual inclusive. É uma reação em cadeia, que acaba beneficiando o turismo;* *3- com envolvimento e conhecimento em planejamento e na resolução dos problemas pode-se avançar para um turismo de qualidade, que beneficie a todos.*	Por fim eu concluo afirmando que as conquistas que agente acumulou durante esses anos, mudaram o destino da cidade pelos próximos 50 anos. Essas ações beneficiam o turismo, de forma direta e indireta, uma vez que a cidade continua aprazível, gostosa, bonita, com pouca poluição, poluição visual inclusive. É uma reação em cadeia. Penso que somente com o envolvimento e com o conhecimento em planejamento e na resolução dos problemas pode-se avançar para um turismo de qualidade, que beneficie a todos, principalmente o morador local.

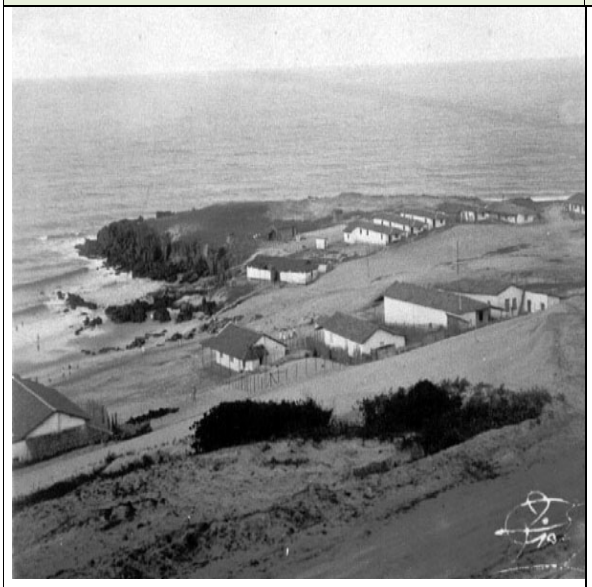
ANEXOS

ANEXO A

Imagens antigas das praias urbanas de Natal, antes da expansão do turismo

PRAIA DE PONTA NEGRA – NATAL/RN	
	

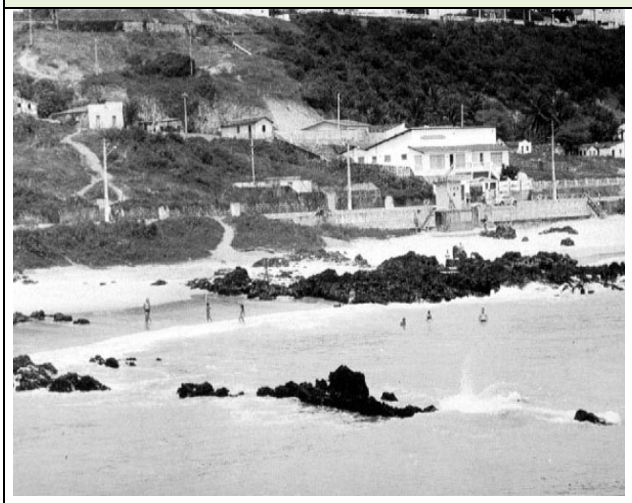
Fonte: Movimento S.O.S Ponta Negra, 2012.

PRAIA DO MEIO-NATAL/RN	PRAIA DA REDINHA-NATAL/RN
	

Fonte: Movimento S.O.S Ponta Negra, 2012.

PRAIA DE AREIA PRETA- NATAL/RN	

Fonte: Movimento S.O.S Ponta Negra. 2012.

PRAIA DOS ARTISTAS-NATAL/RN	PRAIA DO FORTE-NATAL/RN
	

Fonte: Movimento S.O.S Ponta Negra. 2012.

ANEXO B

Imagens atuais das praias urbanas de Natal, já inseridas nas rotas turísticas

PRAIA DE PONTA NEGRA	PRAIA DO MEIO

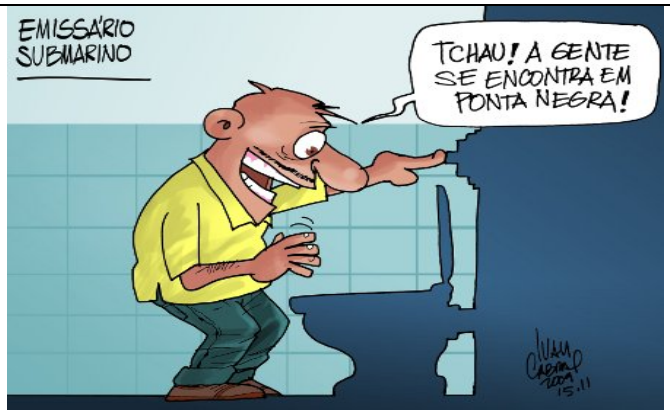
PRAIA DO FORTE	PRAIA DOS ARTISTAS

PRAIA DE AREIA PRETA	PRAIA DA REDINHA

Fonte: Disponível em: <http://dicas-de-turismo.blogspot.com/>

ANEXO C

Material de campanhas produzido pelos movimentos e coletado durante a pesquisa



Fonte: Movimento S.O.S Ponta Negra, 2012; ONG Resposta, 2012.